



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (FCI)
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (PPGCinf)

Juliana Aretz Cunha de Queiroz Afonso Detoni

**DADOS ABERTOS GOVERNAMENTAIS: ANÁLISE DA ABERTURA DOS DADOS
DAS BIBLIOTECAS DE UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS**

Brasília
2023

Juliana Aretz Cunha de Queiroz Afonso Detoni

**DADOS ABERTOS GOVERNAMENTAIS: ANÁLISE DA ABERTURA DOS DADOS
DAS BIBLIOTECAS DE UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Murilo Bastos da Cunha.

Área de concentração: Gestão da Informação.

Linha de pesquisa: *Gestão, tecnologias e organização da informação e do conhecimento*

Grupo de pesquisa: Biblioteca digital

Brasília
2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D482d Detoni, Juliana Aretz Cunha de Queiroz Afonso
Dados abertos governamentais: análise da abertura dos
dados das bibliotecas de universidades federais brasileiras
/ Juliana Aretz Cunha de Queiroz Afonso Detoni; orientador
Murilo Bastos da Cunha. -- Brasília, 2023.
175 p.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) --
Universidade de Brasília, 2023.

1. Dados abertos. 2. Dados governamentais. 3. Dados
abertos governamentais. 4. Bibliotecas universitárias. 5.
Governo aberto. I. Bastos da Cunha, Murilo, orient. II.
Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Ata Nº: 33

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, instalou-se a banca examinadora de Dissertação de Mestrado da aluna Juliana Aretz Cunha de Queiroz Afonso Detoni, matrícula 20/0001761. A banca examinadora foi composta pelos professores Dr(a). Ivette Kafure Munoz / membro interno / PPGCINF/UnB, Dr(a). Maíra Murrieta Costa / Membro externo / MCTI, Dr. Fernando Willian Cruz / PPGCINF/UnB, Suplente e Dr. Murilo Bastos da Cunha / orientador/presidente / PPGCINF/UnB. A discente apresentou o trabalho intitulado "DADOS ABERTOS GOVERNAMENTAIS: ANÁLISE DA ABERTURA DOS DADOS DAS BIBLIOTECAS DE UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS".

Concluída a exposição, procedeu-se a arguição do(a) candidato(a), e após as considerações dos examinadores o resultado da avaliação do trabalho foi:

Pela aprovação do trabalho;

Pela aprovação do trabalho, com revisão de forma, indicando o prazo de até 30 dias para apresentação definitiva do trabalho revisado;

Pela reformulação do trabalho, indicando o prazo de **(Nº DE MESES)** para nova versão;

Pela reprovação do trabalho, conforme as normas vigentes na Universidade de Brasília.

Conforme os Artigos 34, 39 e 40 da Resolução 0080/2021 - CEPE, o(a) candidato(a) não terá o título se não cumprir as exigências acima.

Dr. Murilo Bastos da Cunha, PPGCINF/UnB
(Presidente/orientador)

Dra. Ivette Kafure Munoz, PPGCINF/UnB
(Membro interno)

Dra. Maíra Murrieta Costa, MCTI
(Membro externo)

Dr. Fernando Willian Cruz, UnB
(Suplente)

Juliana Aretz Cunha de Queiroz Afonso Detoni
(Mestrando)



Documento assinado eletronicamente por **Murilo Bastos da Cunha, Usuário Externo**, em 27/12/2023, às 21:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Ivette Kafure Munoz, Membro do Colegiado da Pós-Graduação da Faculdade de Ciência da Informação**, em 29/12/2023, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Maíra Murrieta Costa, Usuário Externo**, em 11/01/2024, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Aretz Cunha de Queiroz Afonso, Usuário Externo**, em 15/01/2024, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10482359** e o código CRC **5FA31B32**.

Referência: Processo nº 23106.125137/2023-98

SEI nº 10482359

DEDICATÓRIA

À minha Clarissa, depois dela, todas as conquistas ganharam uma motivação especial.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Murilo, fonte inesgotável de conhecimento, grande mestre, uma das pessoas mais humanas que já conheci. Aceitou ser meu orientador sem nem ao menos me conhecer. Que mesmo com suas questões pessoais e tantas outras demandas, fez questão de me acompanhar e não me deixou sozinha em nenhum momento da pesquisa. Sem sua orientação, esse trabalho não teria chegado até aqui.

À querida professor Ivette, minha companheira das aulas *on-line* de quarta-feira de manhã durante a pandemia. Quando as notícias eram as mais desesperadoras possíveis, nossos encontros eram um oásis de esperança em meio ao caos da Covid-19; sempre com uma palavra de afeto e um colo virtual para nos oferecer. Sem dúvida as aulas remotas do Mestrado ganharam brilho por causa de você.

À doutora Maira, que tive o prazer de conhecer na banca de qualificação e segui acompanhando seu trabalho. Sua paixão e grande conhecimento pelo tema que escolhi para a dissertação me inspiraram a me dedicar e gostar ainda mais do trabalho com dados abertos.

Às secretarias do PPGCINF, Vivian e Fabiana, o meu muito obrigada, por toda a ajuda, todos os esclarecimentos, toda a gentileza em cada demanda que vocês atenderam, a jornada ficou mais fácil e menos burocrática graças a vocês.

Ao meu esposo, que me incentivou e acreditou na minha capacidade, mesmo quando eu achava que não seria capaz; que esteve comigo nas madrugadas e finais de semana em que tiver que renunciar aos nossos programas para dar continuidade a pesquisa, me acompanhando e me garantindo que tudo daria certo.

À minha mãe, minha grande apoiadora desde sempre.

À minha filha, que mesmo tão pequena, me fez reunir a força necessária para ir em frente e dar o meu melhor.

“Esta pesquisa é importante porque as bibliotecas não existem isoladamente; são inseparáveis das comunidades a que pertencem. A abertura dos dados da biblioteca expandiria muito a amplitude da investigação sobre o valor e as operações da biblioteca.” (Jackson, 2015, p. 3-4, tradução nossa).

RESUMO

As iniciativas de dados abertos governamentais têm por objetivo aumentar a transparência governamental, diminuir a corrupção e engajar a sociedade civil nas tomadas de decisão do governo, disponibilizando gratuitamente os dados coletados pelos governos federal, estadual e municipal, ao público para livre uso, reutilização e redistribuição. No Brasil, a Lei nº 12.527, de 2011, conhecida como a *Lei de Acesso à Informação* e no Decreto nº 8.777, de 2016, que instituiu a *Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal* são instrumentos legais que norteiam e institucionalizam as ações de governo aberto no país. Vinculadas ao Ministério da Educação - MEC, as universidades federais estão sujeitas ao cumprimento da *Política de Dados Abertos* do Governo Federal; nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo principal analisar a abertura de dados das bibliotecas de universidades federais brasileiras, considerando o que preceitua as iniciativas de governo aberto e o disposto na legislação brasileira vigente, utilizando como parâmetro os indicadores de desempenho para bibliotecas elaborados pela norma ISO 11620:2014. A metodologia foi dividida em duas etapas, a primeira com a análise quanti-qualitativa dos dados disponibilizados pelas bibliotecas no Painel Monitoramento de Dados Abertos e no *Portal Brasileiro de Dados Abertos*; na segunda etapa, foi aplicado o questionário como instrumento de coleta de dados, tendo com universo da pesquisa as 69 universidades federais vinculadas ao MEC. A análise dos dados coletados revela que a maioria das universidades federais brasileiras não contempla em seus *Planos de Dados Abertos* e na abertura de seus dados, dados sobre suas bibliotecas, o que evidencia o não cumprimento do disposto no manual de boas práticas elaborado pela Controladoria-Geral da União e a baixa representatividade das bibliotecas nessas importantes fontes de informação para a sociedade. As respostas ao questionário evidenciam que as bibliotecas coletam dados, produzem relatórios e utilizam mecanismos próprios de divulgação de seus resultados, porém sua participação na atividade de dados abertos dentro da instituição ainda é limitada, havendo um grande potencial para expandir seu envolvimento na promoção da transparência e do acesso à informação dentro da instituição.

Palavras-Chave: Dados abertos. Governo aberto. Dados abertos governamentais. Bibliotecas universitárias.

ABSTRACT

Open government data initiatives aim to increase government transparency, reduce corruption, and engage civil society in government decision-making by making data collected by federal, state, and municipal governments freely available to the public for use, reuse, and redistribution. In Brazil, Law No. 12,527 of 2011, known as the Access to Information Law, and Decree No. 8,777 of 2016, which established the Open Data Policy for the Federal Executive Branch, are legal instruments guiding and institutionalizing open government actions in the country. Affiliated with the Ministry of Education - MEC, federal universities are subject to compliance with the Federal Government's Open Data Policy; in this context, this research aims to analyze the opening of data from Brazilian federal university libraries, considering the guidelines of open government initiatives and the provisions of current Brazilian legislation, using the performance indicators for libraries established by ISO 11620:2014 as a benchmark. The methodology was divided into two stages, the first involving a quantitative-qualitative analysis of data made available by libraries on the Open Data Monitoring Panel and the Brazilian Open Data Portal; in the second stage, a questionnaire was applied as a data collection instrument, with the universe of the study comprising the 69 federal universities affiliated with the MEC. The analysis of collected data reveals that most Brazilian federal universities do not include data about their libraries in their Open Data Plans and in the release of their data, indicating non-compliance with the guidelines set out in the best practices manual elaborated by the Office of the Comptroller General, and the low representation of libraries in these crucial sources of information for society. Questionnaire responses highlight that libraries collect data, generate reports, and use their own mechanisms to disseminate results, but their involvement in open data activities within the institution is still limited, presenting significant potential for expanding their role in promoting transparency and access to information within the institution.

Keywords: Open Data. Government data. Open government data. Academic libraries.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Sugestão de compartilhamento de dados – estatísticas	22
Figura 2	Sugestão de compartilhamento de dados – banco de TCCs, monografias, dissertações, artigos e teses	23
Figura 3	Comparação entre os modelos de comunicação de Shannon-Weaver e Defleur	32
Figura 4	Modelo comunicativo governamental proposto por Liu	36
Figura 5	Fluxo de comunicação pública elaborado por Duarte	37
Figura 6	Estrutura de governo aberto proposta por Wirtz e Birkmeyer	39
Figura 7	Iniciativas de governo aberto no mundo	41
Figura 8	Escala Brasil Transparente	44
Figura 9	Classificação Berners-Lee conforme tipo do documento	48
Figura 10	Marcos legais - Dados Abertos no Brasil	52
Figura 11	Etapas para a elaboração do PDA	54
Figura 12	Matriz de priorização para abertura dos dados	56
Figura 13	<i>Checklist</i> de elaboração do PDA	57
Figura 14	<i>Status</i> dos PDAs dos órgãos no Painel Monitoramento de Dados Abertos	58
Figura 15	Visão geral “Painel Monitoramento de Dados Abertos”	62
Figura 16	Apresentação dos dados no <i>Portal Brasileiro de Dados Abertos</i>	63
Figura 17	Detalhes na seleção de conjunto de dados para visualização do arquivo	64
Figura 18	Ranking de órgãos no painel da LAI	72
Figura 19	Exemplo dos principais temas solicitados via e-SIC por órgão	76
Figura 20	Evolução dos pedidos de informação por órgão	82
Figura 21	Relatório da plataforma <i>Forms</i> sobre o tempo de preenchimento do questionário	99
Figura 22	Distribuição das bibliotecas respondentes por região	102
Figura 23	Divisão das bibliotecas em bibliotecas setoriais por região	103
Figura 24	Localização geográfica das bibliotecas	104
Figura 25	Localização das bibliotecas setoriais	106
Figura 26	Divisão da estrutura interna das bibliotecas	108
Figura 27	Quantidade de servidores na equipe das bibliotecas	110

Figura 28	Uso de instrumento para escolha de indicadores	111
Figura 29	Coleta de dados estatísticos sobre servidores	114
Figura 30	Coleta de dados estatísticos sobre uso	115
Figura 31	Coleta de dados estatísticos sobre acervos	117
Figura 32	Coleta de dados estatísticos sobre investimentos	118
Figura 33	Uso de canais de comunicação para disponibilização de dados	119
Figura 34	Pedidos de informações recebidos via LAI por região	124
Figura 35	Informações mais demandadas via LAI	126
Figura 36	Participação das bibliotecas na elaboração do PDA da instituição	127
Figura 37	Conhecimento do gestor sobre o PDA da instituição	129
Figura 38	Presença dos dados das bibliotecas no PDA da instituição	130
Figura 39	Conhecimento sobre o PDA x disponibilização dos dados da biblioteca	131
Figura 40	Inserção dos dados das bibliotecas no <i>Painel Monitoramento de Dados Abertos</i> e no <i>Portal Brasileiro de Dados Abertos</i>	132
Figura 41	Cruzamento de informações das questões 17 e 18	133
Figura 42	Comparação entre as questões 15, 16 e 19 relacionadas ao PDA	135
Figura 43	Disponibilização dos conjuntos de dados sugeridos pela CGU	136
Figura 44	Disponibilização dos dados das bibliotecas por região	139
Figura 45	Forma de disponibilização dos dados das bibliotecas por região	140
Figura 46	Cruzamento dos dados das questões 21 e 22	141
Figura 47	Importância da política de dados abertos por região	142
Figura 48	Percepção dos participantes sobre os benefícios dos dados abertos.	143
Figura 49	Grau de dificuldade em priorizar o trabalho com dados abertos	144
Figura 50	Quesitos para progredir na publicação dos dados abertos da biblioteca	145
Figura 51	Necessidade de conhecimento adicional para o trabalho com dados abertos	146

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Resultados obtidos na BDTD, no Portal de Periódicos Capes e nas bases de dados referenciais <i>Scopus e Web of Science</i>	29
Tabela 2	<i>Ranking</i> das universidades em número de solicitações via LAI	73
Tabela 3	Principais temas solicitados às universidades via e-SIC até fevereiro de 2023	77
Tabela 4	Registros de solicitações por órgão, principais temas e presença da biblioteca	78
Tabela 5	Levantamento comparativo de dados realizado no painel “Monitoramento de dados abertos” em 2022 e 2023	83
Tabela 6	Levantamento comparativo no <i>Portal Brasileiro de Dados Abertos</i> em 2022 e 2023	88
Tabela 7	Cruzamento de dados Painel “Monitoramento de dados abertos” versus “ <i>Portal brasileiro de dados abertos</i> ”	95
Tabela 8	Devolução dos questionários enviados	100
Tabela 9	Respostas coletadas por região	100
Tabela 10	Distribuição das universidades pelo país	105

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Sistema de classificação de 5 estrelas de Berners-Lee	46
Quadro 2	Técnicas metodológicas aplicadas aos objetivos da pesquisa	69
Quadro 3	Instrumento de coleta de dados relacionado com os objetivos da pesquisa	97
Quadro 4	Objetivos alcançados com a pesquisa	152

LISTA DE ABREVIATURAS

BDTD Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CGINDA Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos
CKAN Comprehensive Knowledge Archive Network
CMRI – Comissão Mista de Reavaliação de Informações
CGU Controladoria-Geral da União
CSV *Comma separated values*
e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
INAF *Indicador de Analfabetismo Funcional*
INDA Infraestrutura Nacional de Dados Abertos
INDE Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ISO International Organization for Standardization
LAI *Lei de Acesso à Informação*
LOD *Linked Open Data*
MEC Ministério da Educação
MCTI Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OECD Organization for Economic Co-operation and Development
OGD *Open Government Data*
OGP Open Government Partnership
OKF Open Knowledge Foundation
ONU Organização das Nações Unidas
PDA Plano de Dados Abertos
PDF Portable Document Format
REUNI *Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais*
RI Repositório Institucional
SLTI Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
UE União Europeia
W3C World Wide Web Consortium

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
1.2 PROBLEMA E JUSTIFICATIVA.....	24
1.3.1 Objetivo geral.....	27
1.3.2 Objetivos específicos	27
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	28
2.1 TEORIAS DA COMUNICAÇÃO	31
2.1.1 Modelo De Comunicação Governamental	35
2.2 GOVERNO ABERTO.....	38
2.2.1 Governo aberto no Brasil.....	42
2.3 DADOS ABERTOS.....	46
2.3.2 <i>POLÍTICA DE DADOS ABERTOS DO GOVERNO FEDERAL</i>	49
2.4 COLETA E DISPONIBILIZAÇÃO DE DADOS DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS.....	65
2.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A LITERATURA	68
3 METODOLOGIA	70
3.1 Universo da pesquisa	71
3.2 Coleta de dados na 1ª etapa metodológica	71
3.2.1 Coleta de Dados no Painel “Lei de Acesso à Informação”	71
3.2.2 Coleta de dados no Painel Monitoramento de Dados Abertos	82
3.2.3 Coleta de dados no <i>Portal Brasileiro de Dados Abertos</i>	88
3.2.4 Cruzamento de dados entre o painel “Monitoramento de dados abertos” e “ <i>Portal Brasileiro de Dados Abertos</i> ”	94
3.3 ANÁLISE DOS DADOS ETAPA 1.....	96
3.4 Coleta de dados na 2ª etapa metodológica	97
3.4.1 Realização de pré-testes com o instrumento de coleta de dados – questionário	98
3.4.2 Aplicação do questionário	99
3.5 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS NA ETAPA 2	101
3.5.1 BLOCO 1 DE QUESTÕES: perfil das bibliotecas	101
3.5.2 BLOCO 2 DE QUESTÕES: dados estatísticos coletados pelas bibliotecas	112

3.5.3 BLOCO 3 DE QUESTÕES: pedidos de informação.....	122
3.5.4 BLOCO 4 DE QUESTÕES: abertura de dados da biblioteca	139
3.5.5 BLOCO 5 DE QUESTÕES: identificação do respondente e comentários adicionais	148
4. CONCLUSÃO E SUGESTÕES DE ESTUDOS FUTUROS	152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	157
APÊNDICE A – RELAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS	164
APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS – QUESTIONÁRIO.....	167

1. INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea, também conhecida como a Sociedade da Informação, presencia um movimento jamais percebido antes na geração e compartilhamento de uma grande quantidade de informações, dado o grau de acesso à recursos tecnológicos, mudanças no contexto econômico, social e cultural e o *boom* informacional. Nesse sentido, para Coneglian *et al.* (2019, p. 23), “o surgimento de técnicas e de tecnologias a fim de compreender e contribuir na interação dos indivíduos com as informações disponíveis na Web” tem modificado, e, na opinião de Rodrigues (2015, p. 2), a “forma e meio utilizado para organizar, armazenar e recuperar as informações geradas em meio digital”.

No que diz respeito à comunicação digital e às novas mídias, iniciativas como o governo eletrônico e os portais governamentais, são considerados uma das maiores conquistas das inovações tecnológicas para democratizar as ações da administração pública e franquear ao cidadão o acesso às informações públicas. A importância dos *websites* e da internet para facilitar a comunicação governamental e o exercício da cidadania é fato incontestável.

Devido à natureza de suas operações e atividades regulares os governos são considerados grandes produtores de dados. Esses dados podem vir de várias fontes e departamentos do governo e podem abranger uma ampla gama de assuntos, tais como, dados demográficos, dados geoespaciais, dados ambientais, dados educacionais, dados sobre trabalho, dados sobre criminalidade e tantos outros. Nesse sentido, as iniciativas de dados governamentais abertos visam disponibilizar os dados produzidos ou custodiados pelo governo num formato que seja acessível e utilizável. Ao fazê-lo, os governos promovem a transparência, permitem a tomada de decisões baseada em dados e incentivam a inovação que beneficia a sociedade como um todo.

Segundo Davies (2012), as narrativas iniciais de governo aberto foram entendidas, como uma reação a culturas de longa data de sigilo governamental e ao escopo limitado para a participação dos cidadãos na formulação de políticas públicas. Os primeiros passos em direção ao governo aberto foram identificados na União Europeia em 2004, com a publicação da *Diretiva de Informação do Setor Público da EU*, ganhando força a

partir de 2009, quando o então presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, passou a exigir que as informações e dados sobre o governo americano fossem abertos ao público. Esta decisão, como aponta Okamoto (2017), deu origem a uma nova geração de dados, conhecida como dados governamentais abertos (*Open Government Data - OGD*),

Em 2011, foi fundada nos Estados Unidos, a Parceira para Governo Aberto - a *Open Government Partnership (OGP)*, com a missão de garantir que as instituições públicas trabalhassem para os cidadãos e não para si próprios e com o objetivo de facilitar a abertura dos dados governamentais, fomentar as práticas voltadas para a transparência pública e o acesso às informações do governo. O Brasil foi um dos oito países membros fundadores da OGP, sendo um dos primeiros a assinar a declaração de governo aberto, como aponta Breitman *et al.* (2012).

Em 2021, a OGP completou uma década desde a sua fundação, contabilizando 77 países signatários somados com mais 106 governos locais e milhares de organizações da sociedade civil, que juntos representam mais de dois bilhões de pessoas, quase 5.000 compromissos firmados e mais de 350 planos de ação instituídos, de acordo com as informações publicadas no relatório da organização em 2021.

O último relatório anual publicado pela OGP, em 2022, aponta que, mesmo em meio aos desafios enfrentados após a pandemia de COVID-19 e os impactos da guerra na Ucrânia, onde o mundo presencia um enfraquecimento da democracia e confiança nos governos, “os governos mais transparentes em particular – se saíram melhor no enfrentamento da pandemia do COVID-19 e os reformadores do governo aberto continuaram a liderar a investida em 2022”. (OGP, 2022, p. 2). Nesse ano, os membros nacionais e locais da OGP firmaram 392 novos compromissos distribuídos em 50 planos de ação nacionais e locais diferentes.

O conceito de governo aberto vem ganhando força e tornando-se uma tendência em nível mundial, visando estabelecer uma tomada de decisões orientada por dados, como um veículo ativo de transparência e publicidade, com mecanismos para a divulgação de forma aberta, estruturada e legível por máquinas, dos dados que não estejam sob sigilo ou restrição de acesso, assegurando a possibilidade de uso e reuso por parte da sociedade. Gordon-Murnane (2015, p. 17) afirma que, sob essa

perspectiva, "os dados devem estar publicamente disponíveis, estruturados de forma a permitir que sejam totalmente detectáveis e utilizáveis pelos usuários finais".

Os principais objetivos das iniciativas de governo aberto versam sobre construir um processo de tomada de decisões orientado por dados, como um veículo ativo de transparência e publicidade e disponibilizar ao público dados e informações gerados pelo governo em um formato facilmente acessível, legível por máquina e sem restrições ao seu uso. Nesse contexto, a disponibilização de dados governamentais de forma aberta, acessível e reutilizável, representa um enorme potencial para o fortalecimento da política de transparência do governo, permitindo que ele execute o seu papel democrático e amplie a participação popular.

No cenário governamental brasileiro, as iniciativas de governo aberto ganharam impulso nos últimos anos como parte dos esforços para aumentar a transparência pública e a participação social, além de atender o exercício do princípio constitucional da publicidade na administração pública. Essas diretivas, conforme preceitua a *Constituição Federal do Brasil*, que, em seu artigo 5º, parágrafo XXXIII, garante o livre acesso à informação governamental por todos os cidadãos, a saber:

todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. (Brasil, 1988).

Como forma de garantir que o trabalho com os dados abertos governamentais no Brasil siga atendendo o compromisso do governo com a transparência, foi publicada em 2011, a Lei nº 12.527, conhecida como a *Lei de Acesso à Informação (LAI)*, que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas, desempenhando um papel fundamental na promoção de *accountability*, no combate à corrupção e no fortalecimento da participação social. Segundo o texto da norma legal, todos os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, autarquias, fundações e empresa públicas e sociedades de economia mista estão submetidas ao regime dessa legislação.

Após uma década desde a sua publicação, a LAI enfrenta alguns desafios inerentes à organização administrativa brasileira, que soma, além de todos os órgãos da União e dos Estados, “mais de 5 mil municípios com distintas capacidades técnicas e administrativas”, como apontam Lui *et al.* (2023). O estudo bibliográfico conduzido pelos autores, mostra que os municípios brasileiros têm implantado a LAI de forma bastante heterogênea e que ainda não foram estabelecidos critérios para mensurar a qualidade da aplicação da lei, com foco no acesso do cidadão, no combate à corrupção e na entrega de políticas públicas” (Lui *et al.*, 2023, p. 12).

Como instrumento legal para a disponibilização de dados abertos governamentais do Poder Executivo Federal brasileiro, conforme preceitua a LAI, estabeleceu-se então a *Política de Dados Abertos*, por meio do Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, com o objetivo de favorecer o movimento de transparência pública e o fortalecimento da participação popular, criando uma estrutura para promover transparência, participação e colaboração por meio da divulgação de dados governamentais. A política incentiva as agências federais a publicarem dados em formatos abertos, como aponta a CGU:

promover a publicação de dados contidos em bases de dados de órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional sob a forma de dados abertos; aprimorar a cultura de transparência pública; e franquear aos cidadãos o acesso, de forma aberta, aos dados produzidos ou acumulados pelo Poder Executivo Federal (Brasil. CGU, 2020, p. 5).

O Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos - CGINDA, instituiu as normas e diretrizes para a elaboração e publicação de Planos de Dados Abertos, conforme o disposto no Decreto nº 8.777 de 2016, por meio da Resolução nº 3, de 13 de outubro de 2017, que aprova as normas sobre elaboração e publicação de Planos de Dados Abertos; por essa norma legal, as bases de dados a serem abertas “devem ser priorizadas e justificadas, nos Planos de Dados Abertos - PDA, em função de seu potencial em termos de interesse público, considerando-se o que for aplicável” (Brasil, 2017).

A obrigatoriedade do cumprimento da Política de Dados Abertos do Governo Federal contempla os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Esses órgãos/entidades devem publicar seus *Planos de*

Dados Abertos (PDA) a cada dois anos, tendo como material de referência e apoio o manual de elaboração de *Planos de Dados Abertos*, disponibilizado pela Controladoria-Geral da União (CGU).

As universidades federais brasileiras como integrantes da estrutura governamental, também devem seguir a legislação existente sobre a abertura e transparência de seus dados, conforme explicita a LAI. Porém, como destacam Zubcoff *et al.* (2016), deve-se considerar todos os atores e estruturas que alimentam este ciclo de dados, inclusive anteriores às iniciativas de governo aberto como os repositórios de acesso aberto e os ambientes virtuais de aprendizagem.

Em estudos sobre a publicação de dados abertos das universidades federais brasileiras, Silva; Pinheiro (2017), destacaram que, quase 20% delas ainda não disponibilizaram os dados obrigatórios indicados pela LAI em seus portais; os autores apontam ainda as dificuldades encontradas na padronização das informações disponibilizadas no portal; uma das fragilidades da padronização dos dados, envolve o estabelecimento de formatos, estruturas e protocolos consistentes para os dados, que permitam o seu compartilhamento, integração e análise.

No tocante às universidades, o manual de elaboração de planos de dados abertos, publicado pela CGU, sugere a abertura dos dados que são habitualmente solicitados pela sociedade civil, em especial aqueles referentes às informações que são produzidas ou custodiadas pelas bibliotecas, incluídos nas figuras 1 e 2.

Figura 1 – Sugestão de compartilhamento de dados – estatísticas

Estatísticas	Média do IRA (Índice de Rendimento Acadêmico)
	Índice de reprovação por matéria
	Percentual de Preenchimento das Cotas
	Patentes (data depósito, número do pedido, título, inventores, tema)
	Outras estatísticas e dados (por exemplo: atendimentos por tipo de serviço, atividade de extensão, acervo da biblioteca, lista de postos de atendimento, equipamentos públicos etc)

Fonte: CGU. *Manual de elaboração de Planos de Dados Abertos* (BRASIL. Controladoria-Geral da União. PDA, p. 18).

Figura 2 – Sugestão de compartilhamento de dados – banco de TCCs, monografias, dissertações, artigos e teses

Banco de TCCs, monografias, dissertações, artigos e teses	Título
	Resumo
	Autores
	Palavras-chave
	Data do documento

Fonte: CGU. *Manual de elaboração de Planos de Dados Abertos (PDA)* (BRASIL. Controladoria-Geral da União. PDA, p. 18).

Os dados estatísticos das bibliotecas sugeridos pela CGU para abertura de dados, listados na figura 1 estão relacionados principalmente às estatísticas de atendimentos por tipo de serviço, dados sobre acervo da biblioteca, lista de postos de atendimento e equipamentos públicos, entre outros. Na figura 2 são sugeridos especificamente os dados relacionados aos TCCs, dissertações, artigos e teses, com as respectivas informações sobre título, autor, palavras-chave e data.

As bibliotecas possuem uma sinergia natural com o movimento de acesso aberto, além de serem grandes interessadas no desenvolvimento e implantação de repositórios institucionais, como aponta Krishnamurthy (2008). No entanto, pouquíssimo esforço é direcionado para a abertura e divulgação de seus próprios dados, como preconiza Jackson (2015); o autor argumenta que as bibliotecas devem estar dispostas a abrir seus dados, dedicar recursos e implantar um programa de dados abertos para demonstrar seu valor, beneficiar seus espaços e alcançar a comunidade em geral.

No contexto dos dados abertos governamentais relacionados às bibliotecas, Townsdin (2018, p. 66) afirma que, “a maioria dos bibliotecários está familiarizada com o termo acesso aberto, mas poucos estão familiarizados com o termo dados abertos do governo”. Jackson (2015), por outro lado, defende que as bibliotecas têm muito a ganhar tornando seus dados disponíveis abertamente com alcance nacional e pouco a perder, levando em consideração como são valiosas e o que valorizam; abrir os dados para a comunidade confere uma série de benefícios à biblioteca e representa uma oportunidade de demonstrar o impacto sobre ela.

Além de abrir os dados que são sugeridos pela CGU, as bibliotecas poderiam avançar no trabalho com dados abertos e disponibilizar os dados estatísticos gerados por ela que envolvem seus acervos, equipes, espaço físico e investimentos, contribuindo para o movimento de dados abertos, favorecendo a transparência de suas ações e incrementando os dados disponibilizados pela universidade, além de servirem como instrumento de marketing das atividades executadas.

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar a abertura dos dados estatísticos produzidos pelas bibliotecas de universidades federais brasileiras no contexto na *Política de Dados Abertos* do Governo Federal, orientado pelos indicadores de desempenho estabelecidos pela norma ISO 11620:2014.

O estudo está estruturado em três partes: levantamento do referencial teórico para embasamento e contraponto de ideias, desenvolvimento da pesquisa a partir das etapas metodológicas utilizadas e conclusão com a análise dos dados obtidos e sugestões de estudos futuros.

1.2 PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

A LAI estabelece que os órgãos de governo deem transparência e publicidade às suas informações não sigilosas. No contexto da Administração Pública Federal brasileira, as universidades federais, que operam sob a jurisdição do Ministério da Educação – MEC, são estabelecidas como autarquias ou fundações de direito público, são consideradas entidades obrigadas a divulgar suas informações de acordo com o Artigo 8º da referida legislação:

É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. (Brasil, 2011).

Ao todo, o país possui 69 universidades federais – nominadas no Apêndice A, cujos dados devem ser disponibilizados no *Portal Brasileiro de Dados Abertos*. Uma vez que operam sob a jurisdição das universidades federais, as bibliotecas, por conseguinte, estão igualmente sujeitas a receber pedidos de informação e a abrir seus próprios

dados; considerando essa premissa, esta pesquisa busca então respostas para três questões:

De que maneira são coletados os dados estatísticos das atividades, equipes, serviços e custos das bibliotecas?

Onde os dados produzidos pela biblioteca estão disponíveis para o livre acesso, uso e reúso da sociedade?

Considerando o orçamento anual das universidades federais, qual o valor total foi direcionado para investimento nas suas respectivas bibliotecas? Desse montante, quanto foi destinado para capacitação de servidores? E quanto para manutenção das assinaturas de bases de dados? E quanto mais para o crescimento do acervo físico?

A obtenção dessas respostas seria facilitada se houvessem indicadores de avaliação e desempenho bem definidos dentro dos processos de coleta de dados e elaboração de relatórios de atividades das bibliotecas. Para serem disponibilizados conforme preceitua a *Política de Dados Abertos* do Governo Federal, esses indicadores precisam ser incluídos no Plano de Dados Abertos (PDA) da instituição e disponibilizados no *Portal Brasileiro de Dados Abertos*.

Ao disponibilizar seus dados para a comunidade, as bibliotecas acabam por promover um maior engajamento da comunidade acadêmica e da sociedade em geral, permitindo que estudantes, professores e cidadãos acessem e analisem suas informações proporcionando um ambiente mais participativo e democrático para as comunidades externa e interna da universidade.

Este estudo justifica-se pela necessidade de promover a divulgação de dados estatísticos das bibliotecas das universidades federais brasileiras, analisar o envolvimento das bibliotecas na elaboração do PDA da instituição e o trabalho empregado na disponibilização de seus próprios dados.

Por meio da pesquisa, espera-se esclarecer o panorama geral da disponibilização dos dados das bibliotecas, tomando como referência as diretrizes fornecidas pelo Manual de Elaboração do Plano de Dados Abertos da CGU, orientado pelos indicadores de desempenho estabelecidos na norma ISO 11620:2014, uma vez

que, como observado por Lubisco (2008, p. 7), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) não possui indicadores adequados para avaliar as bibliotecas universitárias.

É relevante observar que esta pesquisa é inédita e concentra-se especificamente na abertura de dados das bibliotecas das universidades federais brasileiras, considerando os preceitos de governo aberto e a legislação em vigor no país. Tal afirmação é corroborada pela ausência de pesquisas sistemáticas e estruturadas sobre esse tema em nível nacional, de acordo com a quantidade de trabalhos acadêmicos e artigos científicos encontrados sobre o tema na revisão bibliográfica realizada, conforme apresentado no Capítulo 2.

Além disso, este estudo busca demonstrar a importância da disponibilização de informações básicas, estatísticas de uso, acervos, equipe e investimentos das bibliotecas universitárias, ampliando sua participação nas ações institucionais das universidades, cumprindo as exigências da LAI e outras iniciativas de transparência governamental, reforçando a importância do seu papel não só nas comunidades acadêmicas e externas, mas também dentro da universidade.

Ao ressaltar a importância das bibliotecas no contexto institucional e acadêmico das universidades, esta pesquisa contribui para ampliar a visibilidade e a relevância desses espaços, fortalecendo seus laços com a comunidade acadêmica e externa. A disponibilização dos dados abertos das bibliotecas não é apenas um requisito legal, mas também uma oportunidade para aprimorar o acesso ao conhecimento e fortalecer o papel dessas instituições como pilares essenciais do ensino superior no Brasil.

A pesquisa realizada neste contexto se justifica não apenas pela escassez de estudos sistemáticos e estruturados nesse tema, mas também pelo potencial transformador que a disponibilização dos dados das bibliotecas pode ter nas esferas acadêmica e pública. Ao responder às perguntas sobre como os dados são coletados, onde estão disponíveis e quanto é investido nas bibliotecas, espera-se proporcionar um panorama mais claro e aberto das operações desse setor dentro da instituição.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a abertura dos dados estatísticos produzidos pelas bibliotecas de universidades federais brasileiras no *Portal Brasileiro de Dados Abertos*.

1.3.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos desta pesquisa são:

OE 1 – Levantar quais os dados sobre universidades federais foram mais solicitados pela sociedade via LAI;

OE 2 – Identificar no painel “Monitoramento de dados abertos” as informações relacionadas ao Plano de Dados Abertos da universidades e suas bibliotecas;

OE 3 – Identificar no *Portal Brasileiro de Dados Abertos* quantos e quais conjuntos de dados com informações estatísticas sobre as bibliotecas das universidades federais estão abertos;

OE 4 – Identificar quais dados estatísticos são coletados pelas bibliotecas universitárias sobre uso, espaço físico, acervos, produtos e serviços;

OE 5 – Analisar o envolvimento das bibliotecas com a elaboração do *Plano de Dados Abertos* da instituição.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente capítulo trata do arcabouço teórico para o embasamento da pesquisa, abordando os temas de comunicação pública, as iniciativas de governo aberto, sua evolução no mundo e no Brasil, a relação das bibliotecas como o governo aberto e uso de indicadores de desempenho em bibliotecas como forma de avaliação e demonstração de valor. A divisão de tópicos do capítulo em questão foi estruturada em três pilares da pesquisa:

1. “Teorias da comunicação” – cita os modelos de comunicação propostos por Shannon e Weaver, a comunicação governamental e originando o subtópico “modelos de comunicação governamental” onde será detalhado os modelos de comunicação voltados para o setor;

2. Governo Aberto – traça um histórico das iniciativas ao redor do mundo, as características e aplicações do governo aberto e, no subtópico “iniciativas de governo aberto no Brasil” como o assunto vem sendo tratado e desenvolvido no país;

3. Coleta e disponibilização de dados das bibliotecas universitárias – reforça os indicadores de avaliação e desempenho que podem ser coletados e aponta a importância de as bibliotecas participarem das iniciativas de governo aberto, bem como abrirem e disponibilizarem seus dados, assim como preconiza a ideia de governo aberto.

Para o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica, utilizou-se como principais instrumentos de busca as bases de dados e trabalhos disponíveis no *Portal de Periódicos Capes*, na *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)* e no *Google Scholar*.

A primeira estratégia de busca foi levantar nas bases de dados referenciais *Scopus* e *Web of Science*, os autores mais citados e seus respectivos trabalhos; de posse dessas informações, foram identificadas referências bibliográficas adjacentes que contribuíram para a escrita dos mesmos.

Para a realização da pesquisa, foram construídas estratégias com as palavras-chave descritas na Tabela 1, digitando os termos entre “aspas duplas” e adicionando o operador booleano “AND” em eventuais consultas. Os argumentos de pesquisa e os respectivos

resultados obtidos seguem listados na tabela 1. O levantamento foi realizado em fevereiro de 2023.

Tabela 1 – Resultados obtidos na BDTD, no Portal de Periódicos Capes e nas bases de dados referenciais *Scopus* e *Web of Science*

Argumento de pesquisa	Levantamento bibliográfico por palavra-chave						
	BDTD	Portal de Periódicos Capes		Scopus		Web of Science	
	Quantidade	Quantidade / ano	Idioma	Quantidade / ano	Idioma	Quantidade / ano	Idioma
		4.970	Inglês - 4.578	2.528	Inglês - 2.363	1.932	Inglês - 1.799
"Open government"	92	(1969 – 2023)	Espanhol - 221 Português - 120	(1974 – 2023)	Espanhol - 103 Português - 37	(1957 – 2023)	Espanhol - 90 Português - 29
"Governo aberto"	60	101 (2014 – 2023)	Inglês - 78 Português - 42	5 (2014 – 2022)	Português 5 Espanhol - 4		0
"Open government" AND "libraries"	1	1.697 (1980 – 2023)	Inglês - 1.648 Chinês - 21 Português - 12	68 (1998 - 2022)	Inglês - 60 Espanhol - 5 Português - 1	17 (1998 – 2022)	Inglês - 15 Espanhol - 2
"Governo aberto" AND "bibliotecas"	33	2 (2017 – 2020)	Inglês - 2 Português - 1		0		0
"Open government data"	43	1.144 (2009 – 2023)	Inglês - 1.057 Português - 42	1.185 (2010 – 2023)	Inglês - 1.146 Português - 22	759 (2010 – 2023)	Inglês - 733 Português - 20
"Dados abertos governamentais"	33	61 (2015 – 2022)	Inglês - 46 Português - 26	4 (2015 – 2020)	Português - 3 Inglês - 2		0
"Open government data" AND "libraries"	1	336 (2010 – 2023)	Inglês - 318 Chinês - 15 Português - 3	30 (2010 – 2022)	Inglês - 29 Chines - 1	6 (2016 – 2022)	Inglês - 6
"Dados abertos governamentais" AND "bibliotecas"	19	0		0		0	
"Government communication"	22	5.277 (1940 – 2023)	Inglês - 5.177 Espanhol - 67 Português - 32	588 (1954 – 2023)	Inglês - 549 Espanhol - 20 Português - 6	268 (1994 – 2023)	Inglês - 240 Espanhol - 13 Português - 8
"Comunicação governamental"	25	52 (2006 – 2022)	Inglês - 41 Português - 23	3 (2018 – 2021)	Português - 3 Inglês - 1		0
"Government communication" AND "Model"	6	178 (1988 - 2023)	Inglês - 166 Espanhol - 12 Português - 7	87 (1994 – 2023)	Inglês - 79 Português - 3	43 (1994 – 2022)	Inglês - 40 Espanhol - 2 Português - 1
"Comunicação governamental" AND "Modelo"	7	8 (2006 – 2022)	Inglês - 7 Português - 4	1 (2018)	Português - 1		0
"LEI" AND "Acesso" AND "informação"	1.066	948 (1991 - 2023)	Inglês - 730 Português - 408	20 (2013 - 2022)	Português - 15 Inglês - 7	4 (2017 - 2019)	Inglês - 3 Espanhol - 1
"ISO 11620"	10	52 (1998 – 2022)	Inglês - 34 Português - 9	14 (1998 – 2022)	Inglês - 11 Português - 2	8 (1998 – 2022)	Inglês - 5 Português - 2

Fonte: elaborado pela autora.

Algumas considerações relevantes sobre as consultas realizadas:

1. A duplicidade de resultados no *Portal de Periódicos Capes* em virtude de os artigos estarem indexados em duas línguas (português e inglês), onde somados os resultados superam a quantidade de resultados total e, em alguns momentos, o mesmo artigo estar disponível em diferentes bases de dados;
2. Na pesquisa associando “governo aberto” e “bibliotecas”, foi possível observar nos resumos que o contexto dos trabalhos recuperados refere-se ao envolvimento das bibliotecas com dados abertos governamentais no sentido de letrar o usuário para utilizar tais dados, e não sobre abrir seus próprios dados.
3. Na busca por “*open government data*” o artigo com o maior número de citações nas bases referenciais, foi escrito por Judie Attard *et al.* em 2015 e publicado no periódico *Government Information Quartely*.
4. O mesmo aconteceu com o termo “open government”; o artigo com o número de citações na *Scopus* e na *Web of Science* foi escrito por Marijn Janssen, Yannis Charalabidis & Anneke Zuiderwijk em 2012, e publicado na *Information Systems Management*;
5. Embora em quantidade consideravelmente inferior em relação à língua inglesa, todos os termos buscados e em todas as fontes utilizadas, com exceção da BDTD, os artigos publicados em língua portuguesa estão colocados em segundo ou terceiro lugar nos resultados, quase sempre a frente do chinês e do espanhol;
6. Em relação aos resultados sobre os modelos de comunicação governamental, um dos trabalhos mais citados nas bases de dados *Scopus* (em 2º lugar) e *Web Science* (em 3º lugar) foi o da autora Brooke Liu, de 2007. No *Portal de Periódicos Capes*, Liu figura nos primeiros resultados, porém cabe mencionar que o trabalho indicado no topo da lista –. foi o de autoria do pesquisador brasileiro Cezar Layon, publicado na *Revista de Administração Pública*, em 2018, que também aparece na 2ª posição na busca do termo em português na *Scopus*.

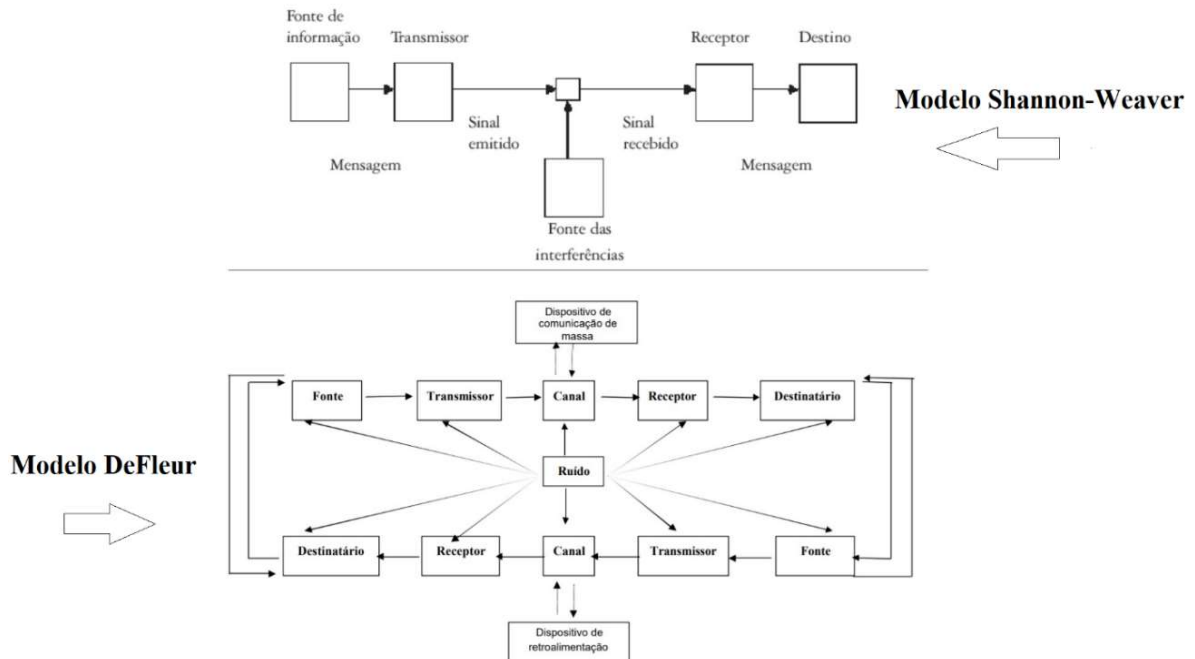
2.1 TEORIAS DA COMUNICAÇÃO

Com o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), os processos comunicativos entre seres humanos vêm sofrendo alterações constantes e significativas em todos os aspectos, como afirma Kunsch (2012). Entretanto, o que permanecem inalterados são os atores envolvidos no processo, fundamentais para o estabelecimento concreto do fluxo comunicativo.

O modelo comunicativo proposto por Shannon e Weaver em 1949, aponta que são necessários quatro agentes para se estabelecer uma comunicação: uma mensagem, um emissor, um receptor e um canal (sujeito a interferência e ruídos) em uma escala horizontal linear de sentido único. Eliminando-se os ruídos, obtemos o que os autores chamam de “boa comunicação” e a redução da insegurança e desconhecimento (Shannon; Weaver, 1970). Em 1970, Defleur propôs um novo modelo, a partir do modelo de Shannon e Weaver, incluindo duas perspectivas, com foco na retroalimentação, de forma não linear.

A figura 3 apresenta um comparativo entre os dois modelos, sendo possível verificar as semelhanças nos elementos essenciais e as diferenças existentes entre eles, evidenciando o fluxo linear de Shannon-Weaver e o modelo circular de Defleur.

Figura 3 – Comparação entre os modelos de comunicação de Shannon-Weaver e Defleur



Fonte: Shannon, Weaver (1970); Defleur (1980).

No contexto organizacional, os modelos comunicativos ganham novas variações e desdobramentos, tanto no ambiente interno quanto externo da organização, uma vez que, por se tratar de uma ação estratégica, a comunicação está diretamente envolvida em todas as ações da instituição. Para Kunsch (2003, p. 149), a organização precisa entender que as diversas subáreas da comunicação atuam de forma sinérgica, pressupondo “uma junção da comunicação institucional, da comunicação mercadológica e da comunicação interna, que formam o composto da comunicação organizacional”. Cardoso (2006) menciona que:

A comunicação organizacional necessita ser entendida, de maneira integral, como elemento que atravessa todas as ações de uma empresa ou organização e que configura, de forma permanente, a construção de sua cultura e identidade. Cada vez mais, torna-se claro como os processos de comunicação contribuem para desenvolver formas de inter-relação mais participativas [...] facilitando sua interação social de modo responsável para conjugar seus interesses com as condições culturais, econômicas e políticas nas quais se movem (Cardoso, 2006, p. 1132-1133).

No âmbito das instituições governamentais, como afirma Kunsch (2012, p. 18), o cidadão e a sociedade representam a razão de existir dos órgãos públicos e todas as ações governamentais deveriam estar voltadas para atender suas necessidades, sob os pilares essenciais dos princípios democráticos e o interesse público. A partir desta ideia, não basta apenas que o governo execute o que se espera dele, também é necessário que ele comunique efetivamente suas ações, buscando maiores possibilidades de resultados para o governo e a sociedade. Liu (2007, p. 379) defende que "a comunicação significativa entre o governo e o povo não é meramente uma praticidade gerencial, é uma obrigação política, embora moral, que se origina da aliança básica que existe entre o governo e o povo".

De acordo com Kunsch (2012, p. 17, grifo nosso) a comunicação em órgãos públicos representa um processo complexo, composta de quatro concepções básicas, devendo ser inclusiva e participativa:

Comunicação **estatal**; comunicação da **sociedade civil organizada** que atua na esfera pública em defesa da coletividade; comunicação **institucional** dos órgãos públicos - (entes públicos e administração pública para atuações normativas, acompanhamento legal e direitos constitucionais, promoção de acessos aos serviços) para promoção de imagem, dos serviços e das realizações do governo; comunicação **política**, voltada para o sistema político, para os partidos políticos e eleições.

O conceito de comunicação pública tem sido utilizado como sinônimo de comunicação governamental, para referir-se a normas e rotinas da comunicação do governo, porém, é fundamental diferenciar, a comunicação pública da política e da governamental.

A comunicação **governamental** está relacionada à prática instrumental dos governos, em busca de legitimação da gestão estatal. A comunicação **política** colabora para o jogo de disputa político-partidária e se esgueira ao lado do marketing eleitoral. A comunicação **pública** está voltada à recuperação da esfera pública em sua força expressiva e democrática de permitir à sociedade a interpelação do Estado e o direcionamento da política conforme o interesse coletivo. (Matos, p. 100, grifo nosso).

Duarte (2011, p. 126), complementa essas diferenças afirmando que a "comunicação governamental trata dos fluxos de informação e padrões de relacionamento envolvendo o executivo e a sociedade". Já a comunicação política, "diz respeito ao discurso e à ação na conquista da opinião pública, e por fim, a comunicação

pública se refere “à interação e ao fluxo de informação vinculados a temas de interesse coletivo” (idem, p. 126).

Segundo Kunsch (2012), alguns princípios são fundamentais para nortear a comunicação dentro das instituições governamentais, uma vez que somente a partir da abertura de canais comunicativos que a instituição consegue ouvir a sociedade e atender suas demandas.

A instituição pública/governamental deve ser hoje concebida como instituição aberta, que interage com a sociedade, com os meios de comunicação e com o sistema produtivo. Ela precisa atuar como um órgão que extrapola os muros da burocracia para chegar ao cidadão comum, graças a um trabalho conjunto com os meios de comunicação (Kunsch, 2012, p. 15).

Além disto, como preconiza Duarte (2011), a comunicação governamental representa uma dimensão pública de responsabilidade do governo, estabelecendo um fluxo informativo e comunicativo com seus cidadãos, permitindo assim, o exercício da cidadania, como uma forma de empoderar a sociedade, dando ao cidadão a possibilidade de criar de vínculos com as causas demandadas. Kunsch (2012) relembra que:

Para que o Estado cumpra sua missão e construa uma verdadeira cidadania, faz-se necessária uma mudança cultural de mentalidade, tanto do serviço público quanto da sociedade, para resgatar a legitimidade do poder público e sua responsabilização (*accountability*), por meio de um controle social permanente. E a comunicação exerce um papel preponderante em todo esse contexto. (Kunsch, 2012, p. 16).

No Brasil, o conceito de comunicação pública começou a ser discutido na década de 1980, pautado sob dois aspectos principais, “a redemocratização do país, em 1985, e a Constituição Federal de 1988, que garantiu legalmente a liberdade de imprensa, a liberdade de expressão e a divulgação e transparência dos atos de governo” (Koçouski, 2012, p. 48). Bobbio (1998, p. 201) define o termo comunicação política como “um conjunto de mensagens capaz de gerar decisões políticas”, utilizando sistemas de comunicação de massa, onde a qualidade, o tipo e a frequência das mensagens transmitidas estão relacionadas diretamente com a formação da opinião pública.

2.1.1 Modelo De Comunicação Governamental

Poucos estudos têm sido direcionados na construção de um modelo comunicacional voltado exclusivamente para o setor público, como afirma Liu (2007, p. 377), além de os modelos existentes não atenderem adequadamente o ambiente único da comunicação pública; a autora pondera que “o uso pelo governo de modelos tradicionais de comunicação de mão única, em vez de mão dupla, muitas vezes limita o diálogo, diminuindo assim o papel do feedback público” (idem, 2007, p. 380).

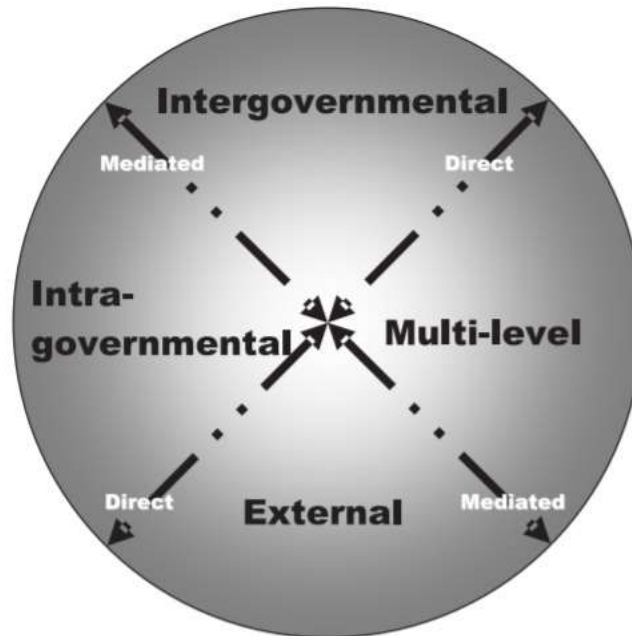
Um dos primeiros modelos registrados para o processo de comunicação governamental foi criado por Hielbert, em 1981. O modelo buscou identificar quatro estratégias básicas de informação que os agentes públicos podem utilizar para melhorar a imagem de sua instituição: reter informações, divulgar informações, organizar eventos especiais e persuadir o público; porém, como destaca Liu (2007, p. 382), o modelo não destaca o papel da política e não chegou a ser testado.

O modelo de comunicação pública predominantemente usado como ferramenta educacional em cursos de relações públicas foi desenvolvido por Hazelton e Long (1988). O modelo fornece uma abordagem da teoria de sistemas abertos para compreender as relações públicas e descreve um super sistema ambiental que fornece dados exógenos para os três subsistemas: organização, comunicação e público-alvo. O valor deste modelo é que ele fornece um roteiro de todo o processo de relações públicas, além de incorporar a importância de ambientes exclusivos ao contrário dos outros modelos.

O modelo de síntese de comunicação de crise no setor público de Horsley e Barker, criado em 2002, visa especificamente situações de crise, e inclui seis estágios interconectados: esforços contínuos de relações públicas, identificação e preparação para crises potenciais, treinamento interno, avaliação e revisão dos esforços de relações públicas e análise interinstitucional e de coordenação política. Liu (2007, p. 382), afirma que este modelo é limitado por se concentrar apenas na comunicação de crises, além de não incluir atributos significativos de comunicação governamental, como oportunidades para *feedback* do cidadão, restrições legais e foco no interesse público.

O processo de comunicação governamental elaborado por Liu (2007, p. 386), conforme apresentado na figura 4, consiste na presença de quatro microambientes diferentes, representando as esferas externa, intragovernamental, intergovernamental e multinível.

Figura 4 – Modelo comunicativo governamental proposto por Liu



Fonte: Liu (2007).

No quadrante superior central da figura 4 está a dimensão intergovernamental; no quadrante direito, a dimensão multinível; no quadrante inferior, a dimensão externa e no quadrante esquerdo a dimensão intragovernamental, todos os quatro sendo repartidos nos dois sentidos – de fora para dentro e vice-versa – pela comunicação mediada de um lado, e pela comunicação direta.

No microambiente multinível são envolvidos dois os mais níveis hierárquicos de governo colaborando em uma única questão, pode incluir ainda a interação com governos estrangeiros. No microambiente intergovernamental, o modelo preconiza duas ou mais unidades coordenadas envolvidas. Já no intragovernamental, tem-se a atuação de apenas uma agência, seja ela local, estadual ou nacional. Por fim, o microambiente

externo envolve a atuação de qualquer nível governamental com a sociedade civil e organizações privadas.

De acordo com o modelo elaborado por Duarte (2007, p. 66), a comunicação pública ocorre no espaço orientado pelos fluxos de informação e de interação entre agentes públicos e atores sociais em assuntos voltados ao interesse público. Nesse sentido, a comunicação pública contida na figura 5, envolve “o compartilhamento, negociações, conflitos e acordos na busca do atendimento de interesses referentes a temas de relevância coletiva”.

Figura 5 – Fluxo de comunicação pública elaborado por Duarte



Fonte: Duarte (2007, p. 66).

Conforme argumenta o autor, a comunicação pública ocupa-se da “viabilização do direito social, individual e coletivo à informação, à expressão ao diálogo e à participação” (Duarte, 2007, p. 66), portanto, fazer comunicação pública é assumir a perspectiva do cidadão na comunicação, envolvendo temas de interesse coletivo.

É notável as tentativas de se elaborar um modelo comunicativo que atenda às especificidades do ambiente governamental. Koçouski (2012, p. 82) afirma que duas

“noções são imprescindíveis quando se trata do objeto da comunicação pública: a publicidade e a sociedade civil”; como similaridades entre os modelos estudados até então, é possível destacar a importância dada aos atores e contextos situacionais envolvidos, porém, como foi possível verificar, todos eles carecem de um elemento ou outro, ora deixaram de considerar as complexidades, ora os ambientes variados e ainda, os vários atores que compõe o processo.

Observando o processo comunicativo para além do muro institucional, a organização alcança o espaço público e torna-se uma teia de troca de informações entre seus formuladores e receptores, formando um conjunto de atores que se manifestam em diferentes espaços. Como defende Cezar (2018, p. 68) “entender a comunicação em seu âmbito público configura-se como algo promissor no campo de estudos organizacionais e da administração pública ao permitir uma análise imbuída de elementos advindos da gestão pública e da comunicação”.

2.2 GOVERNO ABERTO

O governo aberto refere-se a uma mudança fundamental na forma como os governos trabalham, enfatizando a transparência e o envolvimento dos cidadãos nas ações e resultados do governo, promovendo um ambiente onde a informação é facilmente acessível e a participação pública é incentivada. O movimento iniciado na última década encorajou muitas organizações governamentais em todo o mundo a disponibilizar publicamente os seus dados para promover a transparência e o uso inovador de dados (Ansari; Barati; Martin, 2022).

As iniciativas de governo aberto como afirma Attard (2015, p. 399, grifo nosso), são baseadas em três pilares fundamentais: transparência, participação cidadã e colaboração, visando o fortalecimento da democracia, a diminuição da corrupção e ampliação do acesso à informação:

Transparência - significa que as partes interessadas não apenas podem acessar os dados, mas também devem ter permissão para usá-los, reutilizá-los e distribuí-los. O sucesso em alcançar a transparência resulta em um aumento considerável no controle social do cidadão; **Liberar valor social e comercial** - os governos são um dos maiores produtores e coletores de dados em muitos domínios

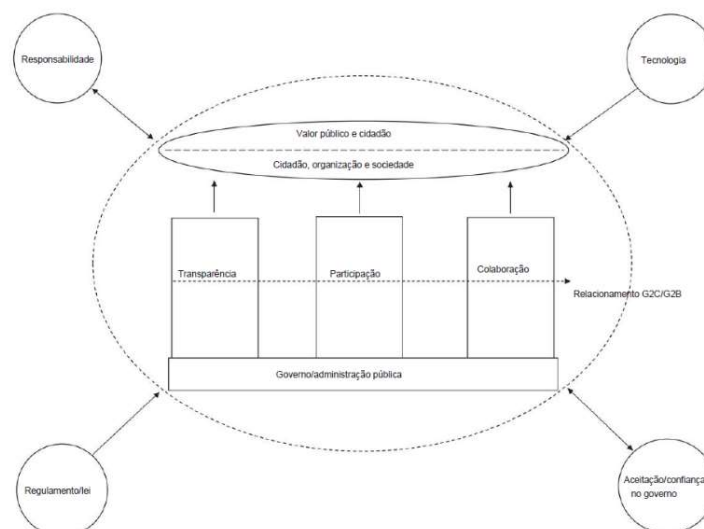
diferentes; todos esses dados têm valor social e comercial, ao publicar esses dados, o governo incentiva as partes interessadas a inovar com base neles e a criar novos serviços; **Governança participativa** - os cidadãos têm a oportunidade de participar ativamente dos processos de governança, como tomada de decisão e formulação de políticas, em vez de votar esporadicamente em uma eleição.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, define governo aberto como “uma cultura de governança que promove os princípios de transparência, integridade, accountability e participação das partes interessadas em apoio à democracia e ao crescimento inclusivo”. (OECD, 2022, p. 5). “Encontrar, reproduzir, compartilhar”, Eaves (2009), utilizou essas três conceituações para conceber as três leis de Governo Aberto:

1. Se o dado não pode ser encontrado e indexado na Web, ele não existe;
2. Se não estiver aberto e disponível em formato compreensível por máquina, ele não pode ser reaproveitado;
3. Se algum dispositivo legal não permitir sua replicação, ele não é útil.

Portanto, transparência, colaboração e participação; assim são definidos os três pilares do governo aberto, de acordo com os estudos feitos por Wirtz; Birkmeyer (2015); a partir do levantamento bibliográfico conduzido sobre o tema. Esses dois autores conseguiram elaborar uma estrutura que define as partes componentes do governo aberto, apresentada na figura 6.

Figura 6 – Estrutura de governo aberto



Fonte: Wirtz; Birkmeyer (2015; tradução nossa).

Os três pilares “transparência, participação e colaboração” formam o cerne do governo aberto e estão localizados internamente na estrutura desenhada; este círculo interno é influenciado por fatores externos como responsabilidade, tecnologia, regulamentos e confiança no governo, fatores estes que também aumentam a percepção do valor público e cidadão e influenciam as ações de governo aberto. O relacionamento entre governo e cidadãos é um fator multidimensional, influenciado por todos os outros fatores. (Wirtz; Birkmeyer, 2015).

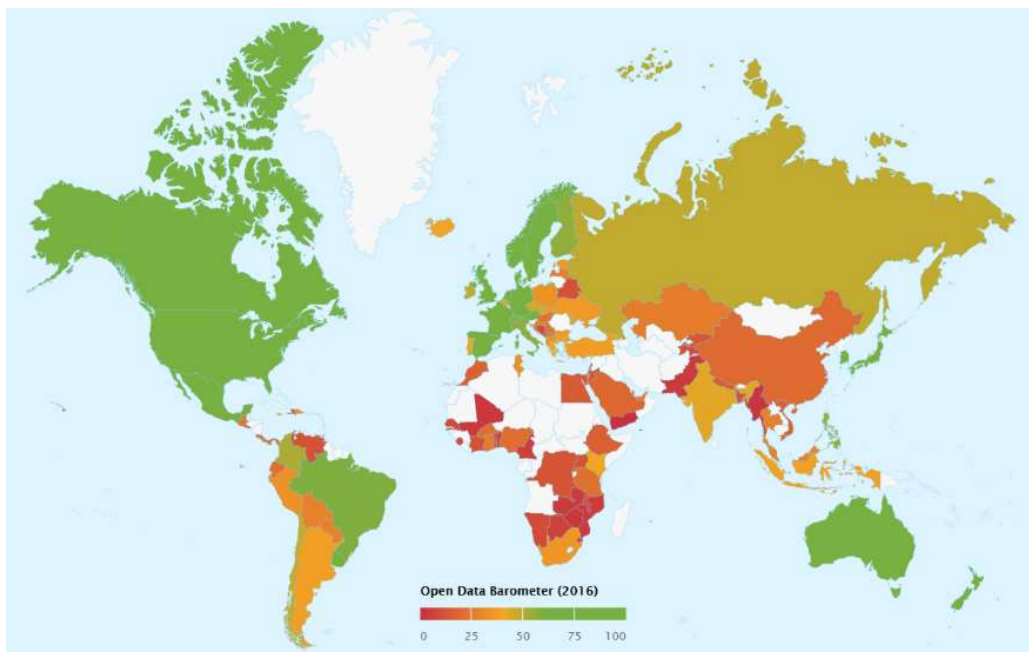
Considerando o governo aberto como uma iniciativa moderna e promissora de transparência ativa e passiva, como forma de munir o cidadão com informações sobre as ações do governo, propiciando um ambiente de interação e controle, tem-se então as primeiras ações registradas nesse sentido na União Europeia (EU) em 2003, com a entrega da Diretiva de Informação *do Setor Público da UE*, de acordo com Juana-Espinosa (2019). Em 2009, segundo Okamoto (2017), o movimento ganhou destaque durante o mandato do presidente Barack Obama; a Diretiva de Governo Aberto de Obama preconizava que os dados e informações do governo deveriam ser abertos ao público.

Na América Latina, como aponta Neves (2013), os primeiros países a regularem o direito ao acesso à informação foram o México em 2002, o Equador em 2004, o Uruguai em 2008 e o Chile em 2009 e o Brasil em 2011.

Segundo a pesquisa mais recente realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o governo aberto, no período entre 2014 e 2020, o número de países com portais OGD aumentou significativamente - de 46 para 153, refletindo o crescente reconhecimento de que os dados representam um recurso-chave e um ativo estratégico para o governo eletrônico e o governo em geral (ONU, 2020).

O levantamento realizado pela organização Open Data Barometer em 2016, mostra, em nível mundial, como os países estão publicando e utilizando os dados governamentais para medir as ações de inovação, impacto social e corrupção nos países que adotaram o governo aberto, como aponta a figura 7.

Figura 7 – Iniciativas de governo aberto no mundo



Fonte: Open Data Barometer (2016).

As iniciativas de governo aberto representam um importante canal de comunicação entre o governo e a sociedade e permitem estabelecer um fluxo comunicativo de mão dupla entre os dois atores, de um lado o governo, provendo amplo acesso aos seus dados e, por outro, o cidadão, fornecendo informações ao Estado, “contribuindo para a avaliação e ajustes das políticas públicas e para a melhoria dos dados públicos, entre outros benefícios” (Silva, *et al.*, 2014, p. 26).

Em 2007, um grupo de trabalho composto por 30 membros, defensores do governo aberto, se reuniu na Califórnia e elaborou um conjunto de oito princípios dos dados governamentais, sendo eles:

- 1. Completos** - Todos os dados públicos devem ser disponibilizados, com exceção dos que estão sujeitos a restrições de privacidade e segurança;
- 2. Primários** - apresentados tal como colhidos da fonte, sem agregação ou modificação.
- 3. Atuais** - Devem ser publicados o mais rápido possível para preservar seu valor;
- 4. Acessíveis** - São disponibilizados para a maior quantidade possível de pessoas;
- 5. compreensíveis por máquina** - Devem estar estruturados de modo razoável, possibilitando que sejam processados automaticamente;
- 6. Não discriminatórios** - Devem estar disponíveis para qualquer pessoa, sem necessidade de cadastro ou qualquer outro procedimento que impeça o acesso;
- 7. Não proprietários** - Nenhuma entidade ou organização deve ter controle exclusivo sobre os dados disponibilizados;
- 8. Livres de**

licenças - Não devem estar submetidos a *copyrights*, patentes, marcas registradas ou regulações de segredo industrial. (W3C, 2011, p. 13-14, grifo nosso).

Considerando que as iniciativas de governo aberto objetivam maior transparência, inovação e participação, Attard (2015) alerta que o desafio muito importante para atingir todo o potencial da publicação dos conjuntos de dados nos portais é o seu uso, ou a falta dele; a autora afirma que, embora os benefícios superem os esforços necessários, a plena participação e colaboração do cidadão visando a inovação nos serviços públicos com a utilização dos dados ainda não foi alcançada.

2.2.1 Governo aberto no Brasil

O Brasil é reconhecidamente um líder regional na área de governo aberto, graças ao “desenho de iniciativas inovadoras, sua ambiciosa agenda de transparências e seu papel fundador na OGP”. (OCDE, 2022, p. 5).

No país, as ações de incentivo à prática de governo aberto envolvem uma diversidade de mecanismos, desde os mais dinâmicos até os mais institucionalizados, incluindo, como apontam Dias *et al.* (2019, p. 85), “conselhos de políticas públicas, conferências, audiências públicas, auditorias e leis”. Ao longo dos anos, uma série de marcos legais relacionados ao governo aberto foram estabelecidas em todo o território nacional visando a promoção da transparência, a participação cidadã e a colaboração em processos governamentais.

Mesmo antes da LAI e da criação e participação na OGP, o governo brasileiro, engajado nas ações de transparência e controle, lançou o *Portal da Transparência*, em 2004, com o objetivo de disponibilizar informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira da União. Ainda sobre os dados orçamentários, também em 2009 foi publicada a *Lei de Transparência Fiscal*, cujo objetivo era disponibilizar informações sobre a execução orçamentária e financeira em tempo real, permitindo aos cidadãos acompanharem como os recursos públicos estão sendo gastos.

Já em 2011, foi publicada a LAI, franqueando ao cidadão o acesso às informações públicas, obrigando os órgãos da administração pública federal, estadual e municipal a

disponibilizarem seus dados de forma aberta, acessível e reutilizável. No mesmo ano, junto com a adesão à OGP, o Brasil elaborou seu 1º Plano de Ação de Governo Aberto entre 2011 e 2012, que, envolvia ações voltadas para as seguintes áreas: “aumento da integridade pública, 23 ações; “gestão mais efetiva dos recursos públicos” – 5 ações; “aumento da responsabilidade corporativa” – 1 ação; “melhoria da prestação de serviços públicos” – 4 ações; totalizando 33 ações que, de acordo com a CGU:

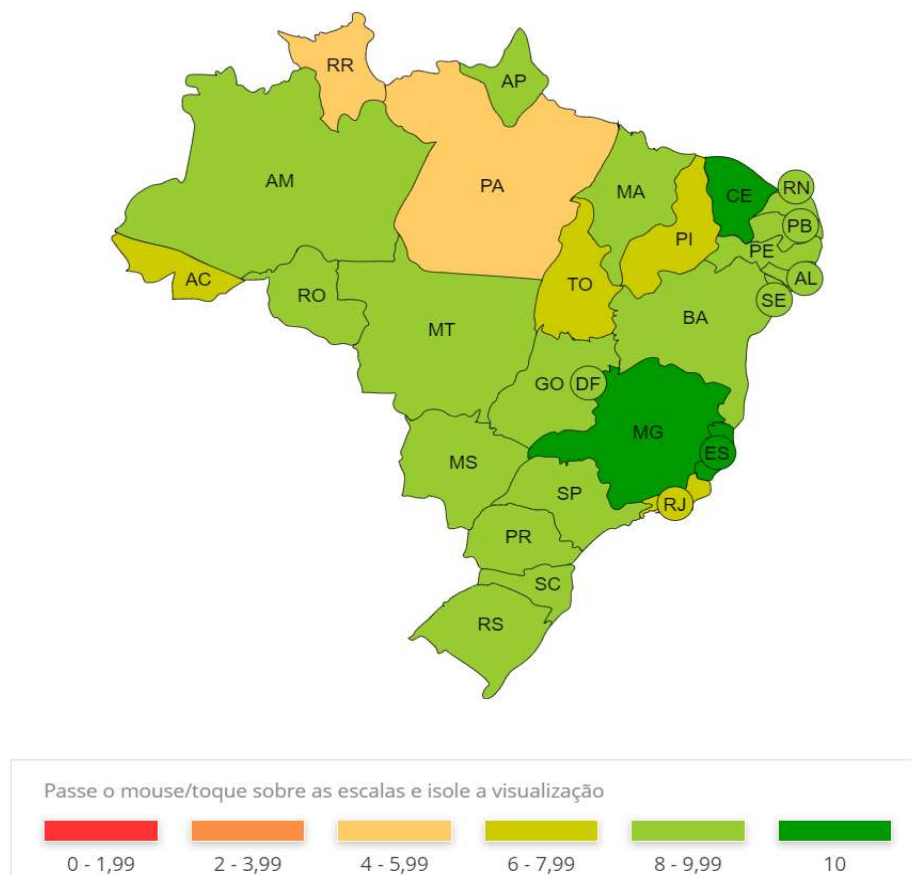
confirmam o compromisso do Brasil com a melhoria na prestação de serviços à população, o aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos, o incremento da transparência, o incentivo e a promoção da participação cidadã e com a prevenção e o combate à corrupção (Brasil. CGU, 2011).

O Brasil já publicou cinco planos de ação para o Governo Aberto, de acordo com o Portal da Transparência; o penúltimo, em vigência até 2023, conta com 12 compromissos, voltados para as seguintes áreas, Compromisso “Meio Ambiente, Floresta e Dados Abertos”; “combate à Corrupção no Setor Público”; “Maus-Tratos a Animais e Governo Aberto”; Direitos Humanos e Dados Abertos”; “cadeias Agropecuárias e Dados Abertos”; “transparência de Imóveis Públicos Federais”; “ciência de Dados para Vigilância Sanitária”; transparência em Ciência”, “controle Social da Dívida Ativa”; “governo Aberto no Licenciamento Ambiental Federal”; “participação Social para Melhoria dos Dados Eleitorais Abertos”; “acessibilidade para Participação no Legislativo. O sexto plano de ação, para o quadriênio 2023 – 2027, ainda está em fase de construção, conforme aponta a CGU.

Como forma de medir a transparência pública em estados e municípios brasileiros, a CGU lançou em 2013, a iniciativa “Brasil Transparente”, formalizada pela Portaria n.º 277, de 7 de fevereiro de 2013, cujo objetivo é “apoiar os estados e municípios na implementação da Lei de Acesso à Informação” (CGU).

O instrumento avalia o grau de transparência ativa dos municípios brasileiros e, em seu último período de avaliação, realizado entre abril e dezembro de 2020, avaliou aspectos de transparência ativa em 691 entes federados, divididos entre os 27 estados e 665 municípios – todos com mais de 50.000 habitantes. A figura 8 mostra que apenas três estados – Ceará, Minas Gerais e Espírito Santo – alcançaram a nota máxima na avaliação; no outro extremo, apenas Roraima ficou com nota abaixo de 5.

Figura 8 – Escala Brasil Transparente



Fonte: CGU. Mapa Brasil Transparente.

Em 2019 foi publicado o Decreto nº 10.160, que instituiu o Comitê Interministerial de Governo Aberto - CIGA¹, responsável pelo desenvolvimento da estratégia de governo aberto e por orientar a implementação e elaboração dos Planos de Ação do Brasil. De acordo com o artigo 4 do Decreto, são competências do CIGA¹:

I - propor medidas para o desenvolvimento e a implementação da estratégia de governo aberto no âmbito do Poder Executivo federal, nos termos do disposto no art. 2º; II - promover a cultura e o conhecimento sobre governo aberto entre os servidores da administração pública federal; III - propor ações prioritárias a ser implementadas por meio dos planos de ação nacionais sobre governo aberto; IV

¹ São membros do CIGA: I - Controladoria-Geral da União; II - Casa Civil da Presidência da República; III - Ministério da Justiça e Segurança Pública; IV - Ministério das Relações Exteriores; V - Ministério da Economia; VI - Ministério da Educação; VII - Ministério da Cidadania; VIII - Ministério da Saúde; IX - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; X - Ministério do Meio Ambiente; XI - Ministério do Desenvolvimento Regional; XII - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; e XIII - Secretaria-Geral da Presidência da República.

- promover a articulação intragovernamental necessária à execução de ações conjuntas, à troca de experiências, à transferência de tecnologia e à capacitação, no âmbito dos planos de ação nacionais sobre governo aberto; V - identificar ações de pesquisa e desenvolvimento necessárias no âmbito dos planos de ação nacionais sobre governo aberto; VI - orientar a elaboração, a implementação, o monitoramento e a avaliação dos planos de ação nacionais sobre governo aberto; VII - aprovar as propostas de planos de ação nacionais sobre governo aberto de que trata o inciso I do caput do art. 7º e promover a articulação intragovernamental para a sua implementação e a execução; VIII - identificar os meios necessários à elaboração, à implementação e ao monitoramento dos planos de ação nacionais sobre governo aberto; e IX - avaliar os resultados e propor alterações ou revisões nos planos de ação nacionais sobre governo aberto. (Brasil, 2019).

Outra iniciativa voltada para as ações de Governo Aberto no país é o programa “Time Brasil”, instituído pela Portaria n.º 6, de 24 de março de 2022, focado no governo aberto local, com o objetivo de “de fomentar, apoiar e orientar os entes federados subnacionais para a adoção de políticas e programas de prevenção da corrupção e para a promoção da transparência e do acesso à informação” (Santos; Moro, 2022, p. 171).

A adesão ao programa é voluntária e deve ser feita “através da autoridade máxima do ente federado – governador(a) ou prefeito(a), por um Termo de Adesão”. O programa está estruturado em três eixos – transparência, integridade e participação, está alinhado com a Agenda 2030 e tem por objetivos, conforme a CGU:

Promover o aprimoramento da gestão pública por meio da valorização da transparência, integridade; incentivar a publicação de dados em formato aberto pelos entes federados; difundir o uso de novas tecnologias e soluções criativas e inovadoras nas áreas de governo aberto e controle social das ações governamentais e participação social. (Brasil. CGU, 2021, p. 4).

Municípios de quase todos os estados, em todas as regiões do país já fizeram a adesão ao programa, com exceção do Amazonas, do Distrito Federal e do Rio Grande do Norte; no total, o programa conta atualmente com a participação de 129 municípios conforme o portal do programa, “alinhados em políticas e projetos e a inclusão de novos atores políticos, como a sociedade civil”, como aponta Santos; Moro (2022, p. 173).

Em 2022, a OCDE elaborou o instrumento “Avaliação de Governo Aberto do Brasil”, em parceria com a CGU, com o objetivo de “disseminar e fortalecer boas práticas de governo aberto e oferecer recomendações para melhoria relativas à temática, que aproximem as iniciativas do Brasil às dos países da OCDE”. (Brasil. CGU, 2022). O

trabalho resultou em quase 300 recomendações que fornecem um caminho de médio e longo prazo para uma agenda de governo aberto totalmente integrada e sustentável.

Através de marcos legais como a LAI e a *Política de Dados Abertos*, iniciativas como os programas Brasil Transparente e Time Brasil, e a parceria com a OCDE, o Brasil tem construído uma sólida estrutura de transparência ativa, consolidando os mecanismos de incentivo à participação cidadã nos processos de tomada de decisão. (Neves, 2013).

2.3 DADOS ABERTOS

A Open Knowledge Foundation – OKF, em seu glossário, define dados abertos como “dados que podem ser livremente usados, reutilizados e redistribuídos por qualquer pessoa - sujeitos, no máximo, à exigência de atribuição da fonte e compartilhamento pelas mesmas regras”, a W3C (2011, p. 13) detalha as três características que um dado precisa ter para ser considerado um dado aberto:

Disponibilidade e acesso: o dado precisa estar disponível por inteiro e por um custo razoável de reprodução, preferencialmente por meio de download na Internet; também deve estar num formato conveniente e modificável. **Reuso e redistribuição:** o dado precisa ser fornecido em condições que permitam reutilização e redistribuição, incluindo o cruzamento com outros conjuntos de dados. **Participação universal:** todos podem usar, reutilizar e redistribuir, não havendo discriminação contra áreas de atuação, pessoas ou grupos (não são permitidas restrições como “não comercial”, que impedem o uso comercial, e restrições de uso para certos fins, como “somente educacional”). (W3C, 2011, p. 13).

Todas as informações do setor público disponíveis gratuitamente em formato aberto e de maneira a permitir o acesso público e facilitar a exploração, uso e reuso, tem sido denominadas como dados governamentais abertos, como apontam Khurshid *et al.* (2020); nesse sentido, o Artigo 2, do Decreto 8.777/16, apresenta algumas definições como norte para os dados abertos:

I - dado - sequência de símbolos ou valores, representados em qualquer meio, produzidos como resultado de um processo natural ou artificial; **II - dado acessível ao público** - qualquer dado gerado ou acumulado pelo Governo que não esteja sob sigilo ou sob restrição de acesso nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; **III - dados abertos** - dados acessíveis ao público, representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na internet e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento, limitando-se a creditar a

autoria ou a fonte; **IV - formato aberto** - formato de arquivo não proprietário, cuja especificação esteja documentada publicamente e seja de livre conhecimento e implementação, livre de patentes ou qualquer outra restrição legal quanto à sua utilização; e **V - Plano de Dados Abertos** - documento orientador para as ações de implementação e promoção de abertura de dados de cada órgão ou entidade da administração pública federal, obedecidos os padrões mínimos de qualidade, de forma a facilitar o entendimento e a reutilização das informações. (Brasil, 2016, grifo nosso).

Os dados abertos governamentais se caracterizam pela combinação de dados conectados, dados abertos, dados governamentais e *big data*, como afirmam (Charalabidis *et al.*, 2018). Berners-Lee (2006) propôs o “Sistema de 5 Estrelas” – um sistema que classifica, por meio de estrelas, o grau de abertura dos dados; ou seja, quanto mais aberto, maior o número de estrelas para os dados e mais facilidade para ser enriquecido. As cinco estrelas para os dados abertos constam no quadro 1 e na figura 9.

Quadro 1 – Sistema de classificação de 5 estrelas de Berners-Lee

1 estrela	Dado disponível na <i>web</i> (em qualquer formato, com licença aberta)
2 estrelas	Dado disponível na internet de modo estruturado legível por máquina (por ex. planilha Excel)
3 estrelas	Dado disponível na <i>web</i> , de modo estruturado, em formato não proprietário (ex. Comma Separated Values – CSV em vez de Excel)
4 estrelas	Dados disponível seguindo todas as regras anteriores e dentro dos padrões estabelecidos pelo W3C (Resource Description Framework - RDF e SPARQL Protocol and RDF Query Language - SPARQL) para a identificação de coisas;
5 estrelas	Dado disponível seguindo todas as regras anteriores e mais a conexão de seus dados a outros dados, provendo um contexto.

Fonte: Berner-Lee, 2006 (adaptado).

Figura 9 – Classificação Berners-Lee conforme tipo do documento



Fonte: <https://5stardata.info/pt-BR/>

A *Open Knowledge Brasil* (2013), argumenta que o dado “só é considerado estritamente aberto se for no mínimo 3 estrelas”, correspondendo ao formato CSV - *Comma Separated Values*; publicar os dados no formato CSV², não requer conhecimento especializado e pode ser feito utilizando um editor de planilhas, como o LibreOffice Calc ou o Microsoft Excel.

Como alerta Attard (2015, p. 400), um dos grandes obstáculos enfrentados pela exploração dos dados abertos reside justamente na diversidade de formatos existentes, “a natureza heterogênea dos formatos de dados usados pelas administrações públicas, que incluem desde imagens, arquivos PDF e CSV e planilhas do Excel, até arquivos XML mais estruturados e registros de banco de dados”, representando uma barreira técnica tanto para os provedores quanto para os consumidores dos dados, impossibilitando não só a comparação como uma análise agregada dos dados disponibilizados pelas instituições.

² CSV - *Comma-separated values* (valores separados por vírgula, tradução livre) – é um formato de arquivo bem útil, pois é compacto e adequado para transferir grandes conjuntos de dados que possuem uma mesma estrutura.

Sobre o formato dos dados disponibilizados pelos órgãos no *Portal Brasileiro de Dados Abertos*, na reunião³ interministerial realizada entre o Ministério da Ciência, tecnologia e Inovação – MCTI e a CGU, foi apontado uma importante reflexão: “o avanço no formato dos dados disponibilizados reflete o amadurecimento da instituição no trabalho com os dados abertos, porém, por outro lado, dificulta o entendimento por parte do usuário” (Brasil. MCTI, 2023).

2.3.2 POLÍTICA DE DADOS ABERTOS DO GOVERNO FEDERAL

Ao assumir o compromisso com a transparência pública, o país desenvolveu ações para garantir a publicação aberta de dados oficiais, compreendendo marcos políticos e técnicos, além de incluir “um mandato presidencial para o lançamento do portal Dados do Governo Aberto Brasileiro”, disponível no domínio ‘www.dados.gov.br’, como aponta Breitman *et al.* (2012).

O Brasil tem dado passos significativos no estabelecimento de uma estrutura legal para dados abertos, ampliando e reforçando suas leis em consonância aos preceitos de governo aberto, transparência pública e combate à corrupção mesmo antes de integrar a OGP, em 2011.

Em 2008, foi criada a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE – com o objetivo de compartilhar e disseminar dados geoespaciais referenciados; a partir de então o país publicou uma série de atos normativos voltados para a abertura de dados, conforme a linha do tempo para os dados abertos.

O ano de 2011 destacou-se como um período excepcionalmente importante para as ações de transparência e participação social no país. Este ano significativo foi marcado, primeiramente, pela fundação e adesão à OGP; e, em segundo lugar, consolidou-se com a promulgação da LAI, representando um marco legal crucial que estabeleceu as bases para a transparência governamental.

³ Reunião interministerial realizada entre o Ministério da Ciência, tecnologia e Inovação – MCTI e a CGU, no dia 15 de agosto de 2023, na sede do MCTI, com a pauta “Oficina do Grupo de Trabalho de elaboração do Plano de Dados Abertos 2023 - 2025” onde a autora participou como ouvinte.

A implantação da LAI deparou-se com desafios inerentes à sua efetiva execução, associados à necessidade de uma mudança cultural, que transite do sigilo absoluto para a abertura total dos dados, além de dificuldades operacionais e técnicas, relacionadas às práticas diversas da administração, especialmente no que tange à gestão de informações públicas, que se traduz nas “dificuldades na localização da informação solicitada, inconsistências nos dados e informações incompletas” como destaca Araújo (2016, p. 125).

Como destaca Amorim (2014, p. 13), a publicação da lei “tem contribuído para o aumento da transparência pública, ao tornar disponíveis as informações de forma mais contundente e ágil”. Em suas conclusões, Silva *et al.* (2020, p. 164) afirmam que:

Avanços ocorreram na disponibilização de dados públicos, contudo há ainda limitações, especialmente no fornecimento de dados abertos, e uma estrutura institucional que ainda têm falhas mesmo no cumprimento de alguns requisitos regulamentados em lei.

Mesmo tendo sido publicada há mais de 10 anos, a aplicação da LAI ainda depende de um maior engajamento entre os órgãos e os poderes, como alerta Macedo (2019, p. 1297), “transparência, prestação de contas e participação social são temas que ensejam um desenvolvimento conjugado e articulado com as diferentes esferas de poder do sistema político para promoverem avanços no cenário democrático”.

Em 2012, através da Instrução Normativa nº 4, foi instituída a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA estabelecendo um conjunto de “padrões, tecnologias, procedimentos e mecanismos de controle necessários para atender às condições de disseminação e compartilhamento de dados e informações públicas no modelo de Dados Abertos” (Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI). De acordo com a Instrução Normativa nº 4 de 2012, a INDA tem o objetivo de:

I - Definir, estruturar e coordenar a política de dados abertos, bem como estabelecer o seu modelo de funcionamento; II - promover o ordenamento na geração, armazenamento, acesso, e compartilhamento de dados para uso do Poder Executivo federal e da sociedade; III- definir e disciplinar os padrões e os aspectos técnicos referentes à disponibilização e disseminação de dados para uso do Poder Executivo federal e da sociedade; IV - promover o compartilhamento de recursos de tecnologia da informação e evitar a duplicidade de ações e o desperdício de recursos na disseminação de dados e informações

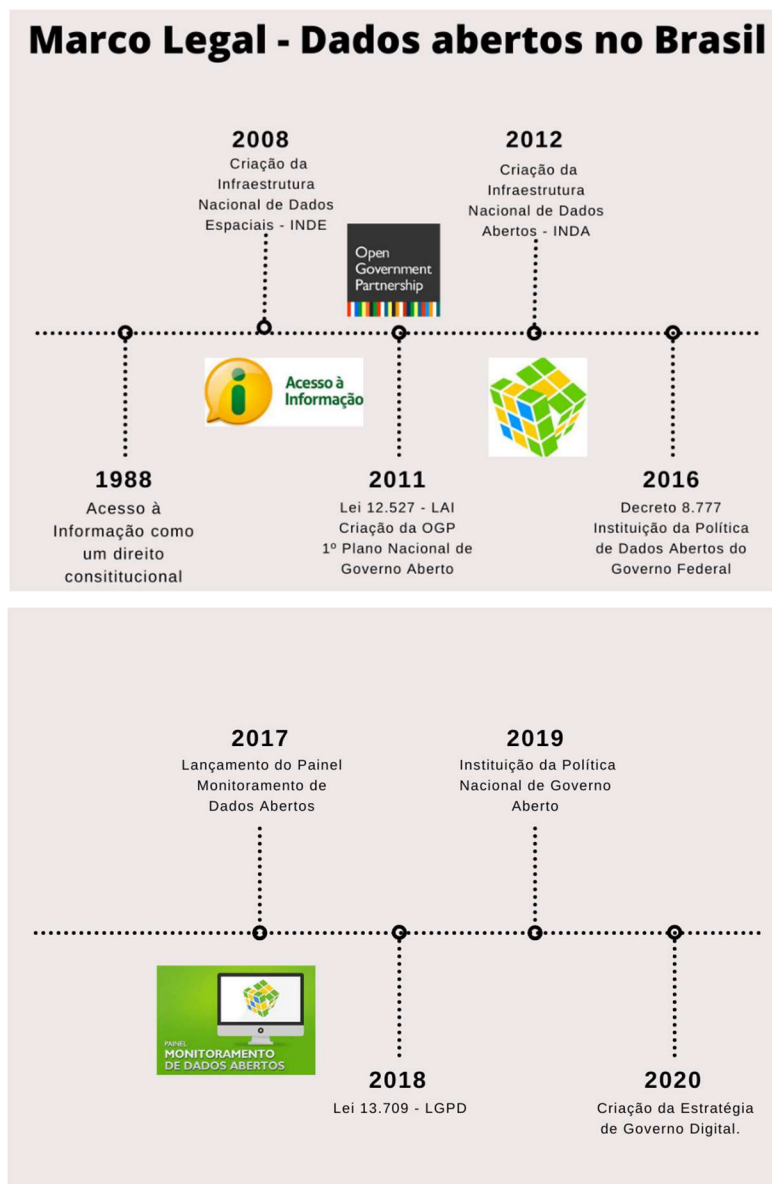
pelos órgãos e entidades do Poder Executivo federal; V - apoiar, capacitar e fornecer suporte para a publicação de dados abertos aos órgãos e entidades do Poder Executivo federal ou que aderirem à INDA que não possuem prática, cultura e atribuições finalísticas de disseminação de dados; VI - buscar a melhoria contínua da publicação de dados abertos, baseando-se nas melhores práticas concebidas nos cenários nacional e internacional; VII - promover a colaboração entre governos dos os diferentes níveis da federação e entre o Poder Executivo federal e a sociedade, por meio da publicação e do reúso de dados abertos; VIII - promover e apoiar o desenvolvimento da cultura da publicidade de dados e informações na gestão pública; IX - disponibilizar tecnologias e apoiar as ações dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal ou que aderirem à INDA na implementação da transparência ativa por meios digitais; e X - promover a participação social na construção de um ecossistema de reuso e de agregação de valor dos dados públicos. (Brasil, 2012).

Também é responsabilidade da INDA a gestão do *Portal Brasileiros de Dados Abertos*, “sítio eletrônico de referência para a busca e o acesso aos dados públicos, seus metadados, informações, aplicativos e serviços relacionados” (Brasil, 2012). O plano de ação da INDA – vigente até 2025, contempla sete ações “voltadas ao fortalecimento da *Política de Dados Abertos* e dos instrumentos de atuação na área”, com objetivo de facilitar o acesso da população aos dados produzidos e custodiados pelo governo.

Em 2016, foi publicado o Decreto nº 8.777, que instituiu a “*Política de Dados Abertos* do Poder Executivo Federal”; um importante instrumento normativo no contexto do governo aberto no Brasil, estabelecendo regras claras para a disponibilização de informações públicas em formatos acessíveis e reutilizáveis, necessárias para a implementação da política. Nesse sentido, conforme apresentado pela CGU na reunião com o MCTI, o objetivo é “descobrir quais informações devemos prestar ao cidadão enquanto representantes do governo”. (Brasil. MCTI, 2023).

A figura 10 apresenta a linha do tempo desses eventos significativos, ilustrando a evolução das políticas de dados abertos no Brasil.

Figura 10 – Marco legal - Dados Abertos no Brasil



Fonte: elaborado pela autora.

A publicação do Decreto 8.777 representa o avanço e o amadurecimento das ações do país voltadas para o governo aberto, culminando com a institucionalização da Política de Dados Abertos do Governo Federal, regida pelos oito princípios descritos no artigo nº 3 do referido Decreto:

I - observância da publicidade das bases de dados como preceito geral e do sigilo como exceção; II - garantia de acesso irrestrito às bases de dados, as quais devem ser legíveis por máquina e estar disponíveis em formato aberto; III -

descrição das bases de dados, com informação suficiente para a compreensão de eventuais ressalvas quanto à sua qualidade e integridade; IV - permissão irrestrita de reuso das bases de dados publicadas em formato aberto; V - completude e interoperabilidade das bases de dados, as quais devem ser disponibilizadas em sua forma primária, com o maior grau de granularidade possível, ou referenciar as bases primárias, quando disponibilizadas de forma agregada; VI - atualização periódica, de forma a garantir a perenidade dos dados, a padronização de estruturas de informação e o valor dos dados à sociedade e atender às necessidades de seus usuários; e VII - designação clara de responsável pela publicação, atualização, evolução e manutenção de cada base de dados aberta, incluída a prestação de assistência quanto ao uso de dados. (Brasil, 2016).

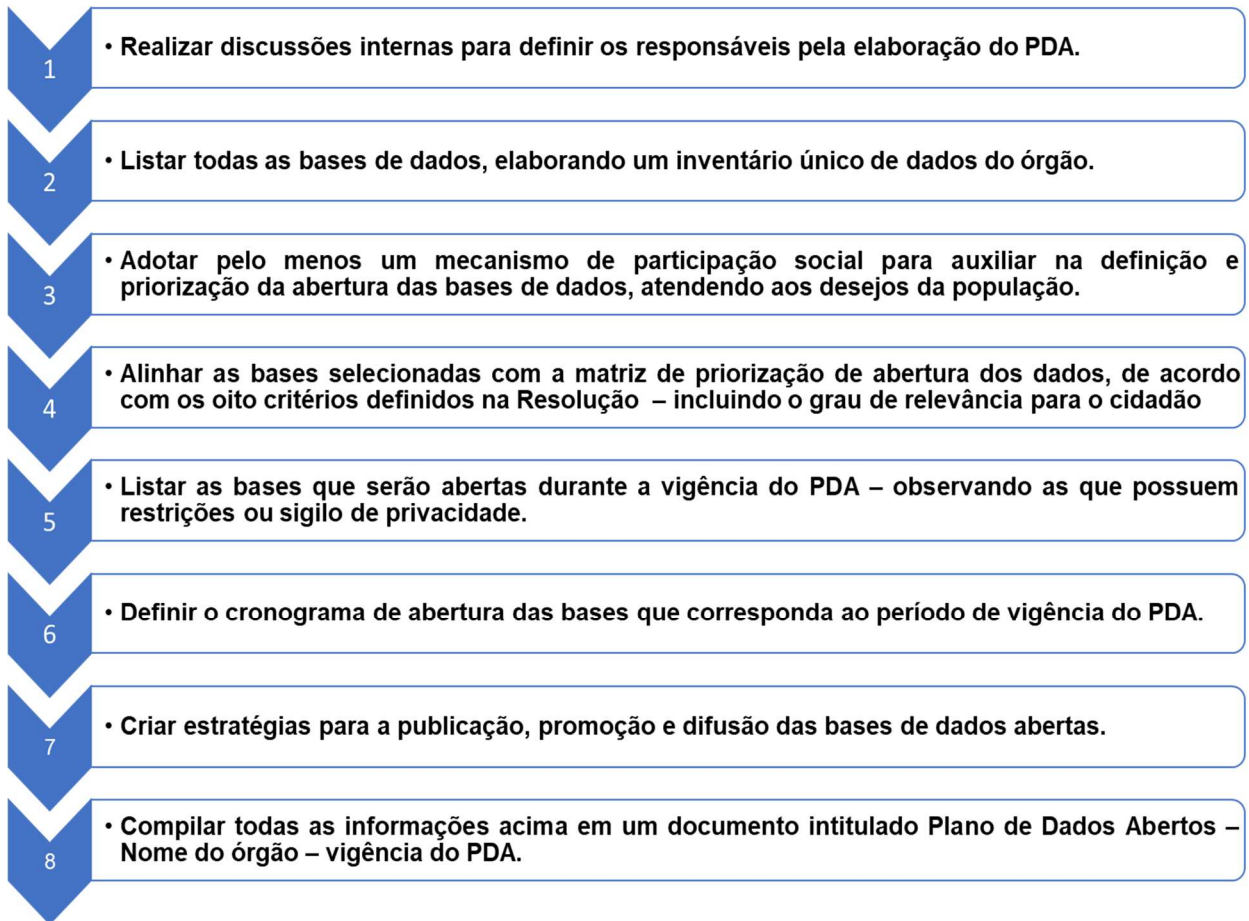
O instrumento que operacionaliza a Política de Dados Abertos do Governo Federal é o Plano de Dados Abertos – PDA, cujo objetivo principal é definir uma estratégia clara e detalhada para a abertura de dados, descrevendo quais conjuntos de dados serão disponibilizados e como eles serão disponibilizados. O PDA consiste em “abrir de forma ativa os dados do governo e diminuir a transparência passiva (pedidos registrados via LAI) que onera bastante a máquina pública (MCTI, CGU, 2023).

O Guia de Transparência Ativa para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, publicado pela CGU em 2022, fornece a seguinte definição para o PDA:

o documento orientador para as ações de implementação e promoção de abertura de dados de cada órgão ou entidade da Administração Pública Federal, obedecidos os padrões mínimos de qualidade, de forma a facilitar o entendimento e a reutilização das informações. É nele que se organiza o planejamento referente à implantação e racionalização dos processos de publicação de dados abertos nas organizações públicas (Brasil. CGU, 2022, p. 36).

De acordo com a Resolução nº 3 da INDA, antes de fazer a publicação dos dados abertos, cada instituição deverá seguir as etapas de elaboração do PDA listadas na figura 11.

Figura 11 – Etapas para a elaboração do PDA



Fonte: elaborado pelo autor.

A etapa 1 do processo de elaboração do PDA envolve a criação de um grupo de trabalho e a realização de debates envolvendo todas “as áreas finalísticas do órgão para contextualizá-las a respeito da *Política de Dados Abertos* do Governo Federal e definir responsáveis pela elaboração e cumprimento do PDA”, conforme informações do manual da CGU (Brasil, CGU, 2020).

Foi observado na reunião entre a CGU e o MCTI que representantes de várias áreas do Ministério estavam presentes no encontro, compartilhando suas percepções e dificuldades encontradas na abertura dos dados custodiados por seu respectivo setor. Importante mencionar que o conceito de “informação pública (que já se encontra disponível na internet, nos portais dos órgãos) é diferente de informação aberta, que

devem estar amplamente acessível e em formato utilizável pelo público” (Brasil. MCTI, 2023).

Na etapa 2, de acordo com o manual, é esperado que os órgãos elaborem o inventários das bases / dados sob sua responsabilidade, que serão abertos à sociedade – nessa etapa é mister constar todos os dados que o órgão pretende abrir, ainda que não sejam disponibilizados imediatamente, como será detalhado na etapa do cronograma. De acordo com a Resolução nº 3/2017, também devem constar no inventário:

a) as bases de dados já abertas e catalogadas no *Portal Brasileiro de Dados Abertos*; b) as bases de dados já abertas e não catalogadas no *Portal Brasileiro de Dados Abertos*; c) as bases de dados ainda não disponibilizadas em formato aberto na data de publicação do PDA; e d) as políticas públicas às quais as bases estão relacionadas, quando aplicável. (Brasil, 2017).

A etapa 3 sugere que os órgãos adotem um instrumento de participação social – recomendando a consulta pública, onde o inventário das bases criado na etapa 2 fique aberto para que a sociedade vote em quais dados ela está mais interessada na abertura. O manual orienta ainda que seja feita uma devolutiva da consulta pública, constando “os quantitativos de votos para cada base de dados do inventário, assim como as justificativas quanto à não abertura de bases, caso alguma não possa, de fato, ser aberta” (Brasil. CGU, 2020, p. 12).

Após o cumprimento das três primeiras etapas, o manual indica a elaboração da matriz de priorização para a abertura dos dados com base nos resultados obtidos na consulta pública e nos registro de pedidos de informação registrados via e-SIC, e como mencionado na reunião interministerial “é preciso lembrar que o sigilo é a exceção; abertura é a regra” e, no cenário ideal todas as bases de dados órgão seriam abertas, exceto as de natureza sigilosa ou que possam violar dados pessoais, como aponta o manual. A matriz de priorização deve considerar também os oito critérios de listados na Resolução nº 3/ 2017, do CGINDA:

I - o grau de relevância para o cidadão; II - o estímulo ao controle social; III - a obrigatoriedade legal ou compromisso assumido de disponibilização daquele dado; IV - o dado se referir a projetos estratégicos do governo; V - o dado demonstrar resultados diretos e efetivos dos serviços públicos disponibilizados ao cidadão pelo Estado; VI - a sua capacidade de fomento ao desenvolvimento sustentável; VII - a possibilidade de fomento a negócios na sociedade; VIII - os

dados mais solicitados em transparência passiva desde o início da vigência da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação. (BRASIL, 2017).

O grau de relevância para o cidadão poderá ser determinado a partir do resultado obtido com a consulta pública, onde será possível “medir o interesse da sociedade pelas bases de dados do órgão” (Brasil. CGU, 2020, p. 9); é preciso “direcionar esforços para abrir o que de fato é solicitado, com foco nas bases que não estão abertas ainda” (Brasil. MCTI, 2023). A figura 12 apresenta o modelo de matriz de priorização que pode ser utilizado pelos órgãos nessa etapa.

Figura 12 – Matriz de priorização para abertura dos dados

PRIORIZAÇÃO DAS BASES DE DADOS DA CGU											
BASE DE DADOS		Critérios								TOTAL (valor dado à base, conforme o critério da coluna, multiplicado pelo peso do critério, que deverá ser definido por cada órgão)	Ordem de prioridade de abertura
		Grau de relevância para o cidadão (consulta pública) (Resolução nº 03 CGNDA, Art. 1º, parágrafo 1º)	Mais solicitados em transparência passiva desde a LAI (Resolução nº 03 CGNDA, Art. 1º, VIII)	Estímulo ao controle social (Resolução nº 03 CGNDA, Art. 1º, II)	Possui obrigatoriedade legal / compromisso assumido de disponibilização daquele dado (Resolução nº 03 CGNDA, Art. 1º, II)	Refere-se a projetos estratégicos do governo (Resolução nº 03 CGNDA, Art. 1º, IV)	Demonstra resultados diretos e efetivos dos serviços públicos (Resolução nº 03 CGNDA, Art. 1º, V)	Capacidade de fomento ao desenvolvimento sustentável (Resolução nº 03 CGNDA, Art. 1º, VI)	Possibilidade de fomento a novos negócios na sociedade (Resolução nº 03 CGNDA, Art. 1º, VII)		
		Peso (oculto)	(a definir)	(a definir)	(a definir)	(a definir)	(a definir)	(a definir)	(a definir)		
Avaliador		Núcleo Avaliador 1	Núcleo Avaliador 2	Núcleo Avaliador 3	Núcleo Avaliador 4	Núcleo Avaliador 5	Núcleo Avaliador 6	Núcleo Avaliador 7	Núcleo Avaliador 8		
1	Nome da Base 01	3	2	2	0	1	0	3	0	11	1
2	Nome da Base 02	3	2	2	2	1	0	0	0	10	2
3	Nome da Base 03	2	2	2	1	1	0	0	0	8	3
4	Nome da Base 04	2	1	3	0	0	0	0	1	7	4

Fonte: CGU (2020).

A quinta etapa do processo de elaboração do PDA consiste em listar as bases que serão abertas durante a vigência do PDA – que é de dois anos a partir da data de publicação, de acordo com o artigo 3 da Resolução, observando quais dados possuem restrições de “sigilo ou privacidade do cidadão, de acordo com a legislação em vigor” (Brasil. CGU, 2020, p. 7).

A etapa 6 compreende a elaboração de um cronograma de abertura, utilizando os critérios de priorização e considerando também todo o prazo de vigência do PDA. Na sequência, a etapa 7 do processo de elaboração do PDA tem por ação definir estratégias de fomento para a “publicação, sustentação, difusão e fomento ao uso dessas bases”. (Brasil. CGU, 2020, p. 7), nessa etapa, como apontou a CGU “são definidas ações de fomento para fazer o marketing de incentivo ao consumo dos dados disponibilizados” (Brasil. MCTI, 2023).

A última etapa, de número 8, compila todas as informações e processos descritos nas etapas anteriores em um documento único, o PDA do órgão – que deve ser escrito em linguagem simples, facilitando o entendimento do cidadão. Como explicado pela equipe da CGU, o documento representará “a cultura do órgão e vai delimitar os caminhos que instruirão como a instituição deverá agir nos próximos dois anos em relação à abertura de seus dados” (Brasil. MCTI, 2023).

Conforme descrito nos artigos nº 3 e 4 da Resolução nº 3/2017, o PDA deverá conter obrigatoriamente os itens listados no *checklist* ilustrado na figura 13.

Figura 13 – Checklist de elaboração do PDA

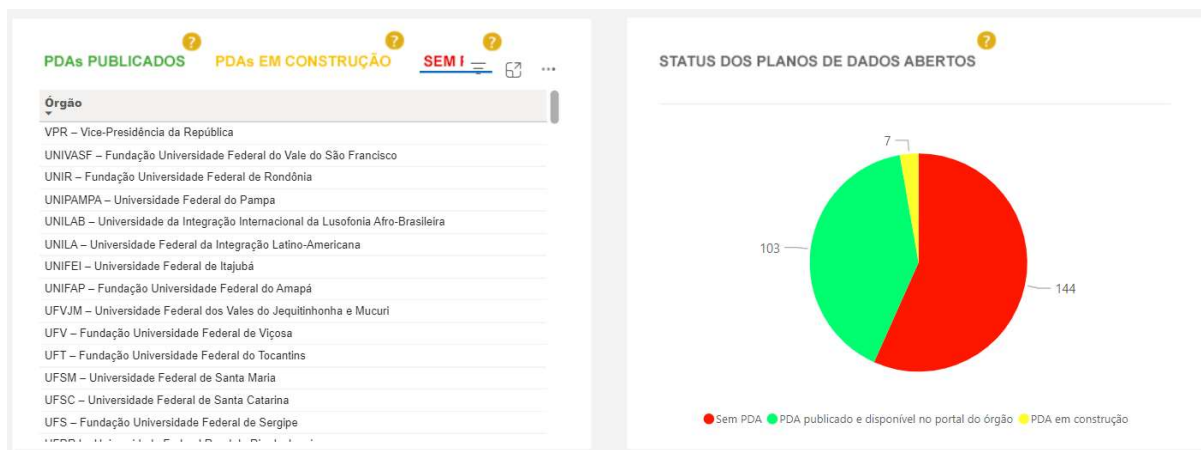
	CONTEÚDO OBRIGATÓRIO	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
x	Vigência de 2 anos a contar da data da sua efetiva publicação	Resolução nº3/2017 CGINDA Art.3º
x	Inventário de bases de dados	Resolução nº3/2017 CGINDA Art.4º, III
x	Mecanismos de consulta pública para a priorização de abertura de bases	Resolução nº3/2017 CGINDA Art. 4º, IV
x	Estratégias para a abertura de dados	Resolução nº3/2017 CGINDA Art. 4º, V
x	Cronograma detalhado de mecanismos de promoção, fomento, uso e reuso das bases	Resolução nº3/2017 CGINDA Art. 4º, VI, a
x	Cronograma detalhado de abertura de bases de dados	Resolução nº3/2017 CGINDA Art. 4º, VI, b
x	Disponível em transparência ativa no Portal do órgão, na aba “Dados abertos”, dentro do tópico “Acesso à Informação” do menu principal	Resolução nº3/2017 CGINDA Art. 6º
x	Aprovado pelo dirigente máximo do órgão	Resolução nº3/2017 CGINDA Art. 6º

Fonte: CGU (2020).

Após cumprir todas as etapas de elaboração e completar o *checklist* descrito na figura 13, o PDA precisa ser aprovado pelo Comitê de Governança Digital do órgão, conforme exigência do Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, e deverá ser “aprovado e instituído pelo dirigente máximo do órgão ou entidade e publicado em transparência ativa, na seção "Acesso à Informação" do sítio eletrônico de cada órgão” (Brasil, 2017).

Para fins de monitoramento e controle, o órgão deverá informar a publicação do PDA à CGU, por meio de formulário próprio; a partir dessa autodeclaração, tem-se como ferramenta para monitoramento em tempo real do status da publicação de PDAs, o painel “Monitoramento de Dados Abertos”, mantido pela CGU, como mostra a figura 14.

Figura 14 – Status dos PDAs dos órgãos no Painel Monitoramento de Dados Abertos



Fonte: CGU.

A última visualização do painel”, em outubro de 2023, mostra que, dos 254 órgãos presentes no painel, quase 60% deles - 144 órgãos no total, estão sem o PDA publicado; destes, 39 são universidades, evidenciando a baixa aderência dessas instituições à *Política de Dados Abertos do Governo Federal* e ao cumprimento total das normas vigentes para a publicação do PDA.

Também é responsabilidade do órgão fazer a catalogação dos conjuntos de dados previstos no PDA no *Portal Brasileiro de Dados Abertos*, devendo registrá-los com a nomenclatura idêntica à registrada no PDA, de acordo com o Art. 8º da Resolução nº

3/2017. A SLTI define os três requisitos técnicos que devem ser garantidos no momento da catalogação dos conjuntos de dados:

1. Controle de acesso: Somente as pessoas autorizadas devem ter acesso para publicação e modificação dos dados e metadados. É recomendado a utilização de mecanismos de autenticação (usuário e senha). **2. Integridade:** Deve assegurar que os dados não sejam adulterados durante a transferência. Esse requisito não é mandatório, porém para dados mais críticos é recomendável o uso de SSL. **3. Autenticidade:** Deve assegurar que os dados provêm de uma fonte legítima da instituição. Para isso todo conjunto de dados precisa possuir uma URL contendo um domínio sob controle do órgão ou entidade que termine em “gov.br”. (SLTI).

O artigo nº 4, do Decreto nº 9.903, de 2019, preconiza que “os dados disponibilizados pelo Poder Executivo federal e as informações de transparência ativa são de livre utilização pelos Poderes Públicos e pela sociedade” (Brasil, 2019); a respeito do assunto, como ponderam Silva; Freitas (2020, p. 13), o governo continua sendo a única “organização legítima, democrática e responsável em atuar plenamente no interesse de toda a sociedade ao fornecer dados de qualidade”.

Percebe-se que todo o esforço envolvido no processo de elaboração do PDA e disponibilização dos dados confirmam o compromisso do Brasil com as ações de governo aberto e são essenciais para o avanço da cultura de transparência no país.

Painel “Lei de Acesso à Informação”

As informações governamentais desejadas pelo cidadão podem ser solicitadas via sistema eletrônico e-SIC ou presencialmente no órgão em que se está buscando a informação; os pedidos são encaminhados diretamente à Ouvidoria de cada órgão, sendo esta a unidade organizacional a responsável não só por direcionar a demanda ao setor que deve fornecer a informação, como também por acompanhar o atendimento da mesma e encaminhar a resposta ao demandante.

A autoridade de monitoramento da LAI, que é o assessor especial de controle interno, deve ser designada pelo dirigente máximo do órgão, conforme o artigo nº 40 da Lei, sendo este o responsável pelas seguintes atribuições:

I - assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos desta Lei; II - monitorar a

implementação do disposto nesta Lei e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento; III - recomendar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento do disposto nesta Lei; e IV - orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento do disposto nesta Lei e seus regulamentos. (Brasil, 2011).

De acordo com a LAI, o órgão não pode levar mais que vinte dias para responder à solicitação, prazo que pode ser prorrogado por mais dez dias, mediante justificativa. O cidadão pode não estar de acordo com a resposta recebida e tem como ferramenta a opção de entrar com recurso até a 4ª instância, sendo:

- 1ª instância – chefe hierárquico
- 2ª instância – autoridade máxima do órgão
- 3ª instância – CGU
- 4ª instância – Comissão Mista de Reavaliação de Informações – CMRI

A CMRI foi instituída pelo artigo nº 35 da LAI, sendo responsável por decidir “no âmbito da administração pública federal, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas”. A comissão é formada por nove ministérios⁴, “observado o mandato de 2 (dois) anos para seus integrantes” e atua como última instância recursal nos pedidos de acesso à informação.

O artigo nº 8 da LAI estabelece que os órgãos devem agir de maneira proativa e disponibilizar informações de interesse público e geral, independentemente de requerimentos, promovendo assim a transparência ativa de, no mínimo:

I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público; II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; III - registros das despesas; IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados; V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade. (Brasil, 2011).

⁴ São membros da CMRI: Casa Civil da Presidência da República, que a preside; Ministério da Justiça e da Segurança Pública; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Defesa; Ministério da Economia; Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Advocacia-Geral da União; e Controladoria-Geral da União.

Como forma de facilitar o monitoramento da execução da LAI pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal pelo cidadão, a CGU disponibilizou o painel “Lei de Acesso à Informação”; o painel extrai as informações da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, o Fala.Br, oferecendo uma visão abrangente sobre a aplicação da LAI pelos entes federados.

Atualizado diariamente, o Painel da LAI revela que, até outubro de 2023, mais de 1.300.000 pedidos de informação foram registrados pela plataforma e-SIC. Em média, esses pedidos levam cerca de 15 dias para serem respondidos, com mais de 99% das solicitações atendidas e uma taxa mínima de omissões, representando apenas 0,006%. Dentre os pedidos de informação solicitados, as universidades registraram em média entre 1.000 e 3.000 pedidos, menos de 1% do total de solicitações recebidas pelo Governo Federal.

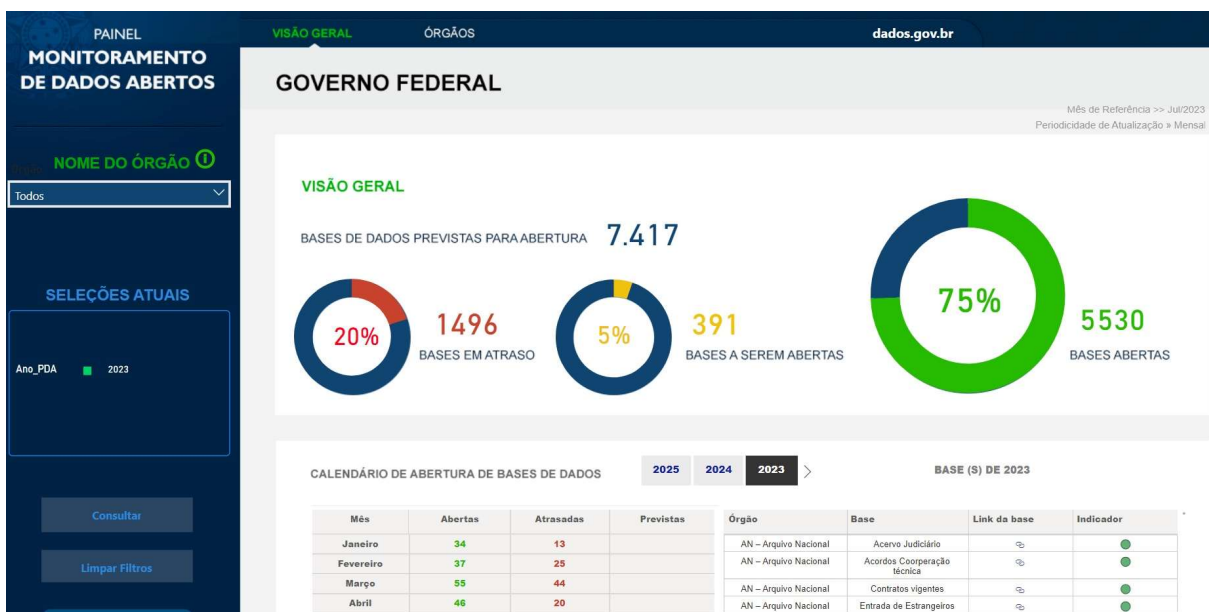
Com sua interface acessível, o painel, facilita o monitoramento cidadão, fortalecendo a política de dados abertos e proporcionando uma ferramenta eficaz para o acompanhamento e avaliação da execução da LAI pelos órgãos governamentais.

Painel “Monitoramento de dados abertos” – CGU

O painel “Monitoramento de dados abertos”, criado e mantido pela CGU em conjunto com a INDA, acompanha o cumprimento do que estabelece a *Política de Dados Abertos*, como objetivo de promover a cultura de transparência, permitindo que a população verifique e monitore quais órgãos estão agindo de acordo com o estabelecido pela legislação vigente, fomentando a participação social.

A página do painel é atualizada mensalmente e contava com 5.530 bases abertas em julho de 2023 – última visualização do painel. É possível encontrar informações sobre os PDAs publicados pelos órgãos, as bases abertas, previstas e em atraso, como ilustra a figura 15.

Figura 15 – Visão geral “Painel Monitoramento de Dados Abertos”



Fonte: paineis.cgu.gov.br.

O painel é um importante mecanismo de monitoramento da *Política de Dados Abertos* do Governo Federal e permite a sociedade acompanhar quais órgãos publicaram o PDA, quais estão em fase de elaboração do documento e os que ainda não iniciaram o processo, além de disponibilizar os conjuntos de dados abertos de cada instituição e permitir ao cidadão consultar as bases e solicitar melhorias.

Portal Brasileiro de Dados Abertos

O *Portal Brasileiro de Dados Abertos* é o “ponto central para a busca e o acesso aos dados abertos governamentais no âmbito do Poder Executivo Federal”, como afirma CGU (2022, p. 38) e, está disponível no domínio ‘dados.gov.br’.

Em fevereiro de 2022, o *Portal Brasileiro de Dados Abertos* contabilizava 206 organizações cadastradas, que disponibilizam seus dados de forma aberta, totalizando 10.940 conjuntos de dados catalogados. Já em fevereiro de 2023, esses números aumentaram para 223 organizações e 14.498 conjuntos de dados disponíveis; nesta

última atualização o portal também fornece o *link* direto para o painel de monitoramento de dados abertos da CGU.

De acordo com o *Portal Brasileiro de Dados Abertos*, os dados abertos produzidos por “órgãos e entidades do Poder Executivo Federal devem ser catalogados no *Portal Brasileiro de Dados Abertos*”. O portal utiliza o *software* livre CKAN⁵ - Sistema de Gerenciamento de Dados com código aberto, para publicar e gerenciar os dados abertos.

A figura 16 ilustra de que forma os conjuntos de dados são apresentados no *Portal Brasileiro de Dados Abertos* e identifica a instituição pesquisada, a quantidade de conjunto de dados disponibilizados e o formato dos documentos inseridos em cada conjunto.

Figura 16 – Apresentação dos dados no *Portal Brasileiro de Dados Abertos*

The screenshot displays the search results page on the Portal Brasileiro de Dados Abertos. At the top, there is a search bar with the text 'unb' and a magnifying glass icon. Below the search bar, there are several filter options under the heading 'Filtros': 'Selecione um tema', 'Selecione um formato', 'Selecione a periodicidade de atualização', 'Selecione uma palavra chave', 'Selecione se tem reuso', and 'Selecione uma licença'. There is also a 'Filtros de organização' dropdown menu. Below the filters, the text '54 Conjuntos de dados' is displayed. The main content area shows a data set card for 'Unidades Acadêmicas UnB' by 'Fundação Universidade de Brasília - UnB'. The card includes a logo, the title 'Relação das Unidades Acadêmicas.', and two tags: 'unidades' and 'unidades acadêmicas'. To the right of the card, it shows the format 'CSV' and statistics: '1 Recursos', '0 Reusos', '3 Downloads', and '0 Seguidores'.

Fonte: *Portal Brasileiro de Dados Abertos*.

Cada órgão é responsável por disponibilizar e atualizar os conjuntos de dados apresentados no portal. Esses conjuntos estão em constante atualização e são

⁵ O CKAN - Comprehensive Knowledge Archive Network (Rede abrangente de arquivos de conhecimento – em tradução livre) é um sistema de gerenciamento de dados de código aberto utilizado para alimentar portais de dados, inclusive o Portal Brasileiro de Dados Abertos.

independentes da publicação de PDA por parte do órgão, diferente do requisito disposto no painel da CGU. A figura 17 mostra os detalhes da pasta ao selecionar um conjunto de dados, com informações sobre atualizações, o autor do arquivo, a periodicidade e o arquivo pronto para ser aberto e explorado pelo usuário.

Figura 17 – Detalhes na seleção de conjunto de dados para visualização do arquivo

The image shows a user interface for the 'Unidades Acadêmicas UnB' profile. On the left, there is a profile card with a circular logo, the name 'Unidades Acadêmicas UnB', and buttons for '+ Seguir' and 'Avaliar ★'. Below the name is a '# Atualizado' indicator and a 'ESCALA DE SATISFAÇÃO / 10' section. A '0 - RESPOSTAS' section shows 0 'Seguindo' and 3 'Downloads'. The main content area on the right is divided into three sections: 'Organização' (Fundação Universidade de Brasília - UnB), 'Descrição' (Relação das Unidades Acadêmicas), and 'Recursos'.

Fonte: *Portal Brasileiro de Dados Abertos.*

Com a atualização do *Portal Brasileiro de Dados Abertos*, se tornou possível avaliar se os arquivos estão disponíveis conforme o esperado, seguir o tópico para novas atualizações e compartilhar o item nas redes sociais *Facebook*, *X* (antigo *Twitter*), *LinkedIn*, além de enviá-lo por e-mail. É possível ver também a quantidade de downloads do item e quantos usuários da plataforma estão seguindo a página do conjunto de dados.

Muitas são as iniciativas que favorecem o avanço do governo aberto no Brasil: a cultura de transparência ativa, as novas políticas de integridade e austeridade, a disseminação das ferramentas de governo eletrônico. Essas iniciativas, segundo Neves (2013), têm desempenhado um papel fundamental na construção de uma sociedade mais participativa tornando o governo mais permeável aos anseios e necessidades do cidadão.

2.4 COLETA E DISPONIBILIZAÇÃO DE DADOS DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Como entidades financiadas e mantidas pelo governo federal, as universidades federais devem abrir seus dados conforme orienta a LAI. Estando as bibliotecas dentro das universidades e, produzindo valiosos dados para o setor público, Weber (2019, p. 158), defende que ao disponibilizar seus dados, as bibliotecas podem:

contribuir para a tomada de decisões políticas e podem, semelhante a outras instituições públicas, estimular a inovação de aplicativos de usuários finais que incentivam o envolvimento com recursos exclusivos da biblioteca e ofertas de serviços.

Na sociedade do conhecimento, como afirma Lubisco (2011, p.14), tornou-se imperativo que as bibliotecas universitárias assumam competências maiores do que ser um repositório de informação, e passem a trabalhar com “políticas que focam a satisfação do usuário e a contribuição das suas ações na melhoria dos processos e dos resultados de formação dos alunos”, visando a melhoria contínua e a qualidade de seus serviços.

Para além de subsidiar o compartilhamento de dados abertos institucionais, a biblioteca universitária deve dispor, como aponta Lubisco (2011, p. 19), “de um instrumento que não só revele com fidedignidade seus *status* dentro da instituição (avaliação diagnóstica), mas que subsidie suas atividades de planejamento e gestão (avaliação corretiva)”.

Embora os bibliotecários estejam habituados com o termo “acesso aberto”, poucos estão familiarizados com o termo ‘dados abertos do governo’, como aponta Townsdin (2018); embora cheio de desafios, as iniciativas de governo aberto representam um enorme potencial e, de acordo com a autora “é importante que os bibliotecários se familiarizem com seus benefícios, desafios e obstáculos para encontrá-lo e usá-lo.” (Townsdin, 2018, p. 65).

Não é possível falar de dados abertos em bibliotecas sem antes mencionar a ciência aberta; como afirmam Santos; Freitas (2020, p. 4) “As instituições acadêmicas têm como compromisso avançar nos processos relacionados à disponibilização de dados abertos de pesquisa científica por meio do aprimoramento de instrumentos de

governança”. O compromisso nº 3, firmado pelo Brasil em seu 4º plano de ação de Governo Aberto, publicado em 2018, consistia justamente em “estabelecer mecanismos de governança de dados científicos para o avanço da Ciência Aberta no Brasil” com o objetivo de “permitir maior compreensão do universo de dados produzidos pela pesquisa brasileira” (Brasil. CGU, 2018, p. 35).

Como aponta Tzanova (2020, p. 287), o trabalho das bibliotecas com os dados abertos requer o envolvimento com as atividades de “curadoria de dados, preservação e gestão de conteúdo científico digital e conjuntos de dados em vários formatos”. As bibliotecas universitárias estão em um posição única ao liderar o trabalho com dados abertos, considerando que:

A pesquisa em Ciência Aberta não apenas usa dados abertos, mas também gera grandes quantidades de dados “novos” que precisam ser armazenados, curados e tornados públicos. O armazenamento dos “novos” dados exige recursos específicos do data center e traz o novo papel para os bibliotecários acadêmicos em grandes universidades de pesquisa – como consultores de pesquisa. (Tzanova, 2020, p. 287)

É importante mencionar que desafios e dificuldades são esperados ao se envolver com a atividade de dados abertos, como alerta Okamoto (2017, p. 121) “tempo, equipe e orçamentos limitados, abraçar e se envolver totalmente com um novo recurso de informação, tecnologia ou movimento como o *Open Government Data* – OGD, pode parecer impossível ou assustador para as bibliotecas”. Contudo, como pontua a autora, conhecer o OGD pode ser um primeiro e crucial passo para as bibliotecas, uma vez que o movimento veio para ficar.

Coletar e analisar os dados estatísticos pode representar grande mudanças na rotina de trabalho da biblioteca, nesse sentido, Ayre (2017, p. 181) defende que:

Se uma biblioteca coletasse e analisasse seus dados internos e os integrasse com dados disponíveis publicamente, ela poderia melhorar a eficiência dos fluxos de trabalho e fornecer suporte baseado em evidências para o desenvolvimento de programas. O compartilhamento de dados da biblioteca, como tecnologia interna, uso, estatísticas anônimas de circulação e metadados de catálogos, melhora a transparência da organização e pode fornecer aos cidadãos informações sobre o valor da biblioteca.

Apesar de não ser um processo fácil e conhecido, Jackson (2015, p. 4) destaca três passos necessários para tornar os dados das bibliotecas abertos e utilizáveis:

(1) identificar organizações com os recursos e escopo para realizar um programa estatístico sobre bibliotecas; (2) estabelecer protocolos nacionais para dados relatórios entre bibliotecas públicas e acadêmicas (algumas das quais já existem informalmente); e (3) estabelecer fluxos de trabalho que garantam que os dados sejam completos, livres de informações que podem comprometer a privacidade individual e estão prontamente disponíveis para o público.

A norma ISO 11620:2014, que trata dos indicadores de desempenho para bibliotecas, contempla 52 indicadores, divididos em quatro grupos: recursos, acesso e infraestrutura; uso; eficiência e potenciais e desenvolvimento. Seu objetivo principal é “endossar o uso de indicadores de desempenho em relação à qualidade de serviços de bibliotecas em bibliotecas, para difundir o conhecimento sobre como conduzir a medição de desempenho”. (ISO, 2014, p. 5).

De acordo com Paula (2018, p. 274), “cada indicador apresenta objetivo, escopo, definição, métodos de aplicação, interpretação e uso dos resultados, fontes e indicadores relacionados”; sendo a principal finalidade da norma realizar o autodiagnóstico das bibliotecas a partir do uso desses indicadores de desempenho.

Uma pesquisa conduzida por Weber e Norlander em 2019, envolvendo 85 bibliotecas públicas em diferentes cidades americanas que aprovaram leis de governo aberto ou estabeleceram infraestruturas de dados abertos para publicar informações estruturadas do setor público, analisou as práticas de publicação de dados abertos dessas bibliotecas. O resultado apontou que menos da metade das bibliotecas da amostra publicam ativamente os seus dados de forma aberta, não encontrando relação entre a receita da biblioteca e a disponibilização dos dados abertos e uma fraca relação entre o tamanho da equipe e práticas de publicação de dados abertos. (Weber; Norlander, 2019, p. 158).

As bibliotecas podem ser fontes valiosas de dados abertos e, uma vez que os gestores enxergam a importância e os benefícios dos dados abertos, Ayre (2017) destaca algumas ideias para começar então o trabalho:

1. Familiarizar a equipe com os portais de dados abertos disponíveis; 2. Familiarize-se com alguns dados reais. Recomendamos começar com os dados da biblioteca, pois eles serão imediatamente relevantes para muitos bibliotecários. 3. Avalie quais informações sobre a biblioteca devem ser publicadas como dados abertos.

De acordo com o autor, essas sugestões são uma ótima maneira de “mergulhar sua biblioteca no ecossistema de dados abertos e ajuda a fornecer familiaridade para futuros projetos e colaborações relacionados a dados”. (Ayre, 2017, p. 180).

2.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A LITERATURA

O Governo aberto visa construir o processo de tomada de decisões orientado por dados, como um veículo ativo de transparência e publicidade; nesse contexto, a disponibilização de dados governamentais de forma aberta, acessível e reutilizável, representa um enorme potencial para o fortalecimento da política de transparência do governo, permitindo que ele execute seu papel democrático e amplie a participação popular.

O avanço da *Política de Dados Abertos* do Governo Federal no país originou não só a publicação de marcos legais e instrumentos norteadores, como também portais dedicados para o monitoramento e disponibilização de dados abertos, contribuindo para a democratização do acesso aos dados governamentais e fomentando a participação cidadã.

As bibliotecas desempenham um papel significativo na promoção e utilização de dados abertos governamentais, dado a sua familiaridade natural com o movimento de acesso aberto, e seu trabalho como curadora de dados. Abrir os dados estatísticos das bibliotecas no contexto dos dados abertos governamentais pode contribuir não somente para fortalecer o compromisso com a transparência, com o seu papel social e informacional, mas também para fornecer *insights*, e o fornecimento de novos recursos para o provimento de melhorias no setor.

As bibliotecas universitárias são repositórios de conhecimento e informação, e os seus dados estatísticos podem fornecer informações valiosas sobre as suas operações, utilização de recursos e os seus impactos na educação e na sociedade como um todo.

Ao disponibilizar seus dados estatísticos de forma aberta, as bibliotecas participam ativamente do governo aberto, contribuem para um governo mais transparente e aprimoram a comunicação governamental.

Em resumo, a abertura dos dados estatísticos das bibliotecas no contexto do governo aberto promove a transparência, fortalece a comunicação governamental e fornece informações valiosas para a formulação de políticas públicas mais eficazes. Isso beneficia tanto o governo quanto a sociedade, criando uma maior interação entre o setor público e os cidadãos e promovendo uma governança mais informada e participativa.

3 METODOLOGIA

O presente capítulo está dedicado à análise das diferentes dimensões relacionadas à abertura e disponibilização dos dados estatísticos das bibliotecas das universidades federais brasileiras, permitindo uma compreensão aprofundada das demandas da sociedade em relação a esses espaços. A coleta dos dados da pesquisa foi dividida em duas etapas, utilizando-se procedimentos metodológicos distintos, a saber:

- **Etapa 1** - pesquisa documental de natureza quanti-qualitativa para analisar as informações mais solicitadas no painel “Lei de Acesso à Informação”, os conjuntos de dados disponibilizados no *Portal Brasileiro de Dados Abertos* e as bases de dados abertas no Painel de “Monitoramento de Dados Abertos”, das universidades federais brasileiras, referentes às bibliotecas;
- **Etapa 2** – aplicação de questionário com os gestores das 69 bibliotecas das universidades federais brasileiras, listadas no Apêndice A, para obter informações sobre os processos que envolvem a elaboração do PDA, a abertura das bases e a coleta e disponibilização dos dados estatísticos das bibliotecas.

De acordo com Marconi (2010, p. 65) “o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo”. No estudo em questão, de acordo com o quadro 2, serão cinco objetivos específicos que os métodos aplicados têm a intenção de atingir.

Quadro 2 – Técnicas metodológicas aplicadas aos objetivos da pesquisa

Etapa	Objetivo específico	Procedimento metodológico
1	Identificar no painel “Monitoramento de dados abertos” quantas e quais bases de dados sobre bibliotecas universitárias estão abertas e disponíveis	Levantamento de dados quanti-qualitativo
1	Identificar no <i>Portal Brasileiro de Dados Abertos</i> , quantos e quais conjuntos de dados com informações sobre as bibliotecas das universidades federais estão abertos	Levantamento de dados quanti-qualitativo
1	Levantar quais os dados sobre universidades federais foram mais solicitados pela sociedade via LAI	Levantamento de dados quanti-qualitativo

2	Identificar quais são os dados coletados pelas bibliotecas universitárias sobre uso, espaço físico, acervos, produtos e serviços	Questionário
2	Analisar o envolvimento faz bibliotecas com a política de dados abertos da instituição	Questionário

Fonte: elaborado pela autora.

3.1 Universo da pesquisa

O universo de pesquisa abrangeu as bibliotecas das 69 universidades federais brasileiras, visando uma análise completa e representativa do trabalho da disponibilização dos dados abertos das bibliotecas no contexto da *Política de Dados Abertos* do Governo Federal. A obtenção da lista nominal das bibliotecas participantes foi alcançada por meio do registro de pedido de informação enviado ao MEC.

Vale ressaltar que, até o último censo de 2018, havia um total de 63 universidades federais no país vinculadas ao MEC, entretanto, seis novas instituições foram criadas após o censo: a Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFTN, Universidade Federal de Jataí - UFJ, Universidade Federal do Agreste de Pernambuco - Ufape, Universidade Federal de Rondonópolis - UFR, Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr e Universidade Federal de Catalão - UFCat.

3.2 Coleta de dados na 1ª etapa metodológica

Como elemento de avaliação das etapas de elaboração do PDA e a complexidade envolvida no processo, para fins de enriquecimento da pesquisa, optou-se por vivenciar na prática as discussões que permeiam a elaboração do documento em oficina realizada no MCTI, com a participação da equipe de dados abertos da CGU, em agosto de 2023; o encontro resultou em observações importantes que serviram de ponte para a construção do referencial teórico, aprofundamento dos procedimentos metodológicos e análise dos dados.

3.2.1 Coleta de Dados no Painel “Lei de Acesso à Informação”

O painel da LAI fornece informações sobre números de pedidos, prazos e transparência ativa, entre outras informações, com mostra a figura 18. As três variáveis

utilizadas nessa etapa metodológica foram levantadas no painel “Lei de Acesso à Informação”, e contemplam as informações sobre número de solicitações recebidas pelo órgão, *ranking* dos órgãos mais demandados e principais temas classificados pelo órgão, segundo a solicitação recebida.





















Figura 18 – Ranking de órgãos no painel da LAI


















































Fonte: CGU

Para a construção da tabela 2, foram levantadas no painel da LAI as posições que cada uma das 69 universidades ocupava no ranking de solicitações registradas pela LAI em 2022, dados utilizados na etapa de qualificação da pesquisa; posteriormente, foram coletadas as posições ocupadas pelas universidades em 2023, para fins de comparação com o ano anterior, mostrando se a universidade ganhou, perdeu ou permaneceu na mesma posição nos últimos dois anos.

Tabela 2 – *Ranking* das universidades em número de solicitações via LAI

SOLICITAÇÕES - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO			
Sigla	Posição no Ranking em 2022	Posição no Ranking em 2023	Evolução
FUNRei	142	145	
FURG	166	163	
UFABC	131	126	
UFAC	149	144	
UFAL	73	75	
UFAM	90	88	
UFAPE*		302	
UFBA	77	76	
UFC	92	63	
UFCA	178	175	
UFCat	302	292	
UFCG	108	104	
UFCSPA	189	187	
UFDFPar*		298	
UFERSA	151	135	
UFES	94	92	
UFESBA	172	168	
UFF	72	73	
UFFS	163	162	
UFG	70	71	
UFGD	167	161	
UFJ	301	291	

UFJF	95	93	
UFLA	113	113	
UFMA	93	91	
UFMG	67	67	
UFMS	109	105	
UFMT	109	106	
UFNT*			
UFOB	171	167	
UFOP	130	129	
UFOPA	146	142	
UFPA	79	79	
UFPB	63	61	
UFPE	65	64	
UFPEL	150	148	
UFPI	102	99	
UFPR	98	98	
UFR*			
UFRA	132	127	
UFRB	142	141	
UFRGS	86	82	
UFRJ	52	51	
UFRN	84	81	
UFRPE	115	111	
UFRR	170	163	
UFRRJ	118	118	
UFS	101	97	

UFSC	71	72	
UFSCAR	116	115	
UFSM	107	107	 
UFT	141	138	
UFTM	145	143	
UFU	112	112	 
UFV	121	122	
UFVJM	135	130	
UNB	48	46	
UNIFAL	175	171	
UNIFAP	144	138	
UNIFEI	177	173	
UNIFESP	91	89	
UNIFESSPA	201	198	
UNILA	186	184	
UNILAB	157	153	
UNIPAMPA	153	149	
UNIR	117	115	
UNIRIO	127	126	
UNIVASF	111	110	
UTFPR	126	118	

Fonte: elaborado pela autora.

No geral, de acordo com a tabela 2, as universidades subiram no ranking de solicitações recebidas via LAI. Entre os 50 órgãos com maior número de pedidos registrados pela população, apenas a Universidade de Brasília aparece entre as universidades brasileiras, ocupando a 46^a posição; esse cenário revela duas

possibilidades: a primeira sugere a ausência de iniciativas voltadas à transparência ativa, resultando na necessidade de os cidadãos solicitarem informações que deveriam ser prontamente disponibilizadas; a segunda hipótese considera que as informações podem estar acessíveis no portal da universidade, mas o cidadão talvez não esteja ciente de como localizá-las.

As duas últimas universidades no ranking de solicitações entre as 69 universidades, são a Universidade Federal de Jataí – UFJ e Universidade Federal de Catalão – UFCat, que aparecem também como duas das últimas no ranking geral, que contabiliza 306 órgãos; essas duas universidades têm sua criação recente, em 2018, e ainda estavam sob a tutoria da Universidade Federal de Goiás – UFG.

O painel apresenta também uma visão geral dos principais temas solicitados pelo cidadão, conforme a figura 19. Os temas são classificados em palavras-chave pelo responsável no recebimento da solicitação.

Figura 19 – Exemplo dos principais temas solicitados via e-SIC por órgão



Fonte: paineis.cgu.gov.br/lai

Para analisar os temas mais demandados pela sociedade nas universidades, foi elaborada a tabela 3, construída a partir da pesquisa individual por universidade no painel “Lei de Acesso à Informação”; na aba “pedidos” podem ser vistos tanto a evolução no

número de pedidos como a nuvem de palavras - *cloud tag*, com os principais temas demandados via e-SIC pelo cidadão, como mostrado na figura 16.

Foram analisados os temas que estavam em evidência na nuvem de palavras em cada uma das universidades, destacando os 15 temas mais demandados para as universidades desde o início dos registros da LAI em 2011, até fevereiro de 2023; a coluna “recorrência” na tabela 3, apresenta em quantas, das 69 universidades federais, os temas mais solicitados aparecem.

Tabela 3 – Principais temas solicitados às universidades via e-SIC até fevereiro de 2023

Recorrência	Principais temas
63	Educação superior
62	Acesso à informação
22	Serviços públicos
17	Conduta docente
16	Emprego
4	Outros em educação
3	Bolsas
3	Telecomunicações
3	Universidades e institutos
2	Licitações
2	Outros em economia e finanças
1	Concurso
1	Outros em Administração
1	Outros em trabalho
1	Transparência

Fonte: elaborado pela autora.

O tema praticamente unânime entre as 69 universidades pesquisadas foi “educação superior”, com 63 recorrências; em seguida, o tema “acesso à informação”, com 62 recorrências. As solicitações versam ainda, em menor número, com pedidos de informações sobre bolsas, licitações, conduta docente e o tema recente, coronavírus e

correlacionados. Importante destacar que no levantamento realizado em 2022, quatro universidades não constavam no painel, são elas UFAPE, UFDPAr, UFNT e UFR; em 2023, esse número baixou para duas universidades: apenas a UFNT e a UFR não constam no rol de órgãos do painel.

A tabela 4 apresenta os números de solicitações recebidas por cada uma das 69 universidades em 2022 e em 2023, os três principais temas demandados e o registro de solicitações sobre a biblioteca especificamente, todos coletados no painel da LAI. A coleta das informações foi feita em duas etapas, analisando os dados de cada universidade individualmente; a primeira, coletou os dados em 2022, como parte da etapa de qualificação do projeto de pesquisa. Para manter o histórico, foram coletados os mesmos dados em 2023, oportunizando a comparação entre os dados dos dois últimos anos.

Tabela 4 – Registros de solicitações por órgão, principais temas e presença da biblioteca

Universidade	Solicitações recebidas até fev. 2022	Solicitações recebidas até fev. 2023	Principais temas	Biblioteca
UNB	4070	4641	Educação superior; Acesso à informação; Bolsas	
UFRJ	3653	3941	Educação superior; Acesso à informação; Emprego	
UFPB	2938	3261	Educação superior; Acesso à informação; Conduta docente	
UFPE	2737	3032	Emprego; Educação superior; Acesso à informação	
UFMG	2651	2881	Educação superior; Acesso à informação; Conduta docente	
UFG	2539	2762	Educação superior; Conduta docente; Acesso à informação	
UFSC	2523	2726	Educação superior; Acesso à informação; Licitações	
UFF	2402	2597	Educação superior; Serviços públicos; Acesso à informação	
UFAL	2359	2582	Educação superior; Acesso à informação; Conduta docente	
UFBA	2320	2581	Educação superior; Acesso à informação; Universidades e institutos	
UFPA	2247	2458	Educação superior; Acesso à informação; Emprego	

UFRN	2185	2432	Acesso à informação; Educação superior; Serviços públicos	
UFRGS	2141	2409	Educação superior; Acesso à informação; Outros em trabalho	
UFAM	2026	2192	Educação superior; Acesso à informação; Conduta docente	
UNIFESP	1948	2136	Educação superior; Serviços públicos; Emprego	
UFC	2806	3138	Educação superior; Acesso à informação; Emprego	
UFMA	1859	2041	Educação superior; Acesso à informação; Conduta docente	
UFES	1854	2024	Outros em educação; Educação superior; Acesso à informação	
UFJF	1823	1991	Educação superior; Acesso à informação; Conduta docente	
UFPR	1740	1878	Educação superior; Acesso à informação; Conduta docente	
UFS	1674	1880	Serviços públicos; Educação superior; Acesso à informação	
UFPI	1646	1862	Acesso à informação; Telecomunicações; Educação superior	
UFSM	1590	1742	Educação superior; Acesso à informação; Serviços públicos	Sim (5)
UFCG	1589	1762	Educação superior; Acesso à informação; Conduta docente	
UFMS	1554	1756	Educação superior; Acesso à informação; Bolsas	
UFMT	1554	1753	Educação superior; Acesso à informação; Conduta docente	
UNIVASF	1548	1684	Serviços públicos; Educação superior; Acesso à informação	sim (3)
UFU	1538	1666	Educação superior; Acesso à informação; Emprego	
UFLA	1526	1659	Serviços públicos; Educação superior; Acesso à informação	
UFRPE	1506	1667	Educação superior; Emprego; Serviços públicos	
UNIR	1485	1615	Serviços públicos; Educação superior; Acesso à informação	
UFRRJ	1477	1601	Educação superior; Acesso à informação; Telecomunicações	
UFV	1435	1571	Educação superior; Acesso à informação; Serviços públicos	
UFSCAR	1429	1613	Educação superior; Acesso à informação; Universidades e institutos	
UTFPR	1396	1599	Serviços públicos; Educação superior; Acesso à informação	
UNIRIO	1390	1492	Educação superior; Outros em educação; Conduta docente	

UFOP	1366	1472	Serviços públicos; Educação superior; Bolsas	
UFABC	1365	1488	Outros em educação; Educação superior; Acesso à informação	
UFRA	1324	1485	Educação superior; Acesso à informação; Outros em economia e finanças	
UFVJM	1288	1453	Educação superior; Acesso à informação; Emprego	
UFT	1194	1314	Educação superior; Acesso à informação; Telecomunicações	sim (1)
FUNRei	1188	1271	Educação superior; outros em educação; Acesso à informação	
UFRB	1188	1287	Serviços públicos; Educação superior; Acesso à informação	
UNIFAP	1187	1303	Acesso à informação; Educação superior; Emprego	
UFTM	1183	1279	Educação superior; Acesso à informação; Emprego;	
UFOPA	1173	1281	Educação superior; Acesso à informação; Serviços públicos	
UFAC	1156	1274	Educação superior; Acesso à informação; Serviços públicos	
UFPEL	1145	1259	Educação superior; Acesso à informação; Emprego	sim (5)
UFERSA	1143	1382	Educação superior; Acesso à informação; Conduta docente	
UNIPAMPA	1122	1246	Educação superior; Conduta docente; Outros em administração	sim (4)
UNILAB	1083	1211	Emprego; Educação superior; Acesso à informação	
UFFS	1037	1123	Educação superior; Acesso à informação; Conduta docente	
FURG	1013	1108	Educação superior; Acesso à informação; Serviços públicos	sim (4)
UFGD	1009	1133	Educação superior; Acesso à informação; Conduta docente	
UFRR	981	1090	Educação superior; Acesso à informação; Serviços públicos	
UFOB	976	1075	Educação superior; Conduta docente; Acesso à informação	
UFESBA	957	1047	Educação superior; Universidades e institutos; Acesso à informação	sim (3)
UNIFAL	938	1024	Serviços públicos; Acesso à informação; outros em Administração	
UNIFEI	926	1019	Educação superior; Acesso à informação; Emprego	
UFCA	925	1015	Emprego; Educação superior; Acesso à informação	
UNILA	860	939	Educação superior; Acesso à informação; Conduta docente;	

UFCSPA	825	913	Educação superior; Acesso à informação; Universidades e institutos	
UNIFESSPA	731	807	Conduta docente; Acesso à informação; Educação superior	
UFJ	38	100	Acesso à informação; Educação Superior; Outros em administração	sim (1)
UFCat	35	98	Acesso à informação; Educação superior; Universidades e Institutos	sim (1)
UFAPE	Não apresentaram dados.	16	Acesso à informação; Orçamento; Outros em administração	
UFDFPar	Não apresentaram dados.	53	Acesso à informação; Universidades e institutos; Cotas	
UFNT*				
UFR*				

Fonte: elaborado pela autora.

Importante notar que, entre as 67 universidades, em apenas nove delas as solicitações sobre bibliotecas aparecem no rol dos principais temas demandados ao órgão, e, em nenhuma universidade, o tema biblioteca figura entre os três temas mais solicitados, evidenciando a baixa procura pelo tema pela comunidade. Cabe destacar que, mesmo nos últimos lugares do *ranking* geral de solicitações, apresentado na tabela 4, as universidades de Catalão e Jataí registraram solicitações sobre bibliotecas.

No total, as 67 universidades federais (duas não constam no painel) registraram, desde a aprovação da LAI, em 2012, até fevereiro de 2023, 113.190 solicitações, uma média de 1.689 registros por órgão. No total, a LAI já registrou 1.098.223 pedidos, em 306 órgãos, o que representa uma média de 3.588 pedidos por órgão, evidenciando que as universidades federais foram pouco demandadas em relação a outras instituições, conforme demonstra a figura 20.

Figura 20 – Evolução dos pedidos de informação por órgão



Fonte: CGU.

Outra informação importante disponível no painel diz respeito à evolução dos pedidos registrados via LAI. Nessa visualização está ilustrada uma linha do tempo com os pedidos de informação recebidos em cada órgão e é possível comparar, não só com os órgãos da mesma categoria, como a média geral de pedidos registrada pelo Governo Federal. Na figura 20 é possível verificar que, a evolução dos pedidos registrados pelas universidades no geral, estão bem abaixo da média de pedidos registrados em outros órgãos do Governo Federal.

3.2.2 Coleta de dados no Painel Monitoramento de Dados Abertos

O levantamento realizado no painel “Monitoramento de Dados Abertos”, em fevereiro de 2023, identificou a vigência do PDA de cada universidade e as bases de dados abertas pelas universidades federais. O levantamento feito nas 69 universidades federais que devem disponibilizar seus dados no *Portal Brasileiro de Dados Abertos*, mostra, conforme consta na tabela 5, que apenas oito universidades divulgam algum dado sobre suas bibliotecas, sendo majoritariamente, dados sobre repositórios institucionais e acervo físico e digital.

A tabela 5 foi elaborada com as informações coletadas no painel “Monitoramento de dados abertos” em duas etapas distintas analisando os dados de cada universidade

individualmente; em 2022, para qualificação do projeto de pesquisa, foram coletadas as informações sobre a vigência do PDA, quantidade de bases disponíveis e existência de dados sobre as bibliotecas; os mesmos dados foram coletados em 2023, propiciando a comparação entre os dois anos, a evolução da abertura das bases, da publicação dos PDAs e presença das bibliotecas no painel, além da preservação do histórico da pesquisa.

Tabela 5 – Levantamento comparativo de dados realizado no painel “Monitoramento de dados abertos” em 2022 e 2023

Universidade	PDA em 2022	PDA em 2023	Bases em 2022	Bases em 2023	Bases - biblioteca em 2022	Bases - biblioteca em 2023
FUNRei	PDA expirado.	Sem PDA				
FURG	set.21	Sem PDA	29 abertas; 3 em atraso			
UFABC	dez.21	Sem PDA	42 abertas			
UFAC	PDA expirado.	Sem PDA				
UFAL	PDA expirado.	Sem PDA				
UFAM	PDA expirado.	PDA publicado - vigência 2024		19 bases abertas; 9 previstas; 6 em atraso;		2 bases - teses e dissertações; fichas catalográficas emitidas
UFAPE*	Não consta no painel.	Não consta no painel.				
UFBA	PDA expirado.	Sem PDA				
UFC	PDA expirado.	Sem PDA				
UFCA	PDA expirado.	Sem PDA				
UFCat	PDA expirado.	Sem PDA				
UFCEG	PDA expirado.	Sem PDA				
UFCSPA	set.22	Sem PDA	27 abertas		1 base - Repositório institucional	
UFDFPar*	Não consta no painel.	Não consta no painel.				

UFERSA	PDA expirado.	Sem PDA				
UFES	dez.21	Sem PDA	5 abertas			
UFESBA	PDA expirado.	Sem PDA				
UFF	PDA expirado.	Vigência do PDA - dez. 24		8 bases abertas; 10 previstas; 5 em atraso	2 bases- Repositório institucional; sistema de bibliotecas;	
UFFS	set.22	Sem PDA	7 abertas		1 base - Acervo - em atraso	
UFG	PDA expirado.	Sem PDA				
UFGD	abr.22	Sem PDA	20 abertas			
UFJ	PDA expirado.	Sem PDA				
UFJF	PDA expirado.	Sem PDA				
UFLA	out.22	Sem PDA	42 abertas		1 base - Dissertações, teses e trabalhos de conclusão de curso	
UFMA	PDA expirado.	Sem PDA				
UFMG	jan.23	Vigência último PDA jan. 2023	11 abertas		1 base - Produção bibliográfica 2021	
UFMS	PDA expirado.	PDA publicado - vigência 2024		17 bases abertas; 3 previstas		
UFMT	abr.23		49 em atraso; 1 aberta	1 aberta, 1 prevista, 48 em atraso		
UFNT*	Não consta na listagem.	Não consta na listagem.				
UFOB	jul.22	PDA publicado - vigência 2024	40 abertas	69 bases abertas, 11 previstas, 13 em atraso	2 bases - Dissertações defendidas; Trabalhos de conclusão de curso defendidos	3 bases - acervo da biblioteca; dissertações defendidas; Trabalhos de conclusão de curso defendidos
UFOP	PDA expirado.	Sem PDA				
UFOPA	PDA expirado.	Sem PDA				

UFPA	PDA expirado.	Sem PDA		
UFPB	PDA expirado.	Sem PDA		
UFPE	PDA expirado.	PDA publicado - vigência 2023		27 bases abertas, 3 previstas, 4 em atraso
UFPEL	PDA expirado.	PDA publicado em novembro de 2022 - bases ainda não disponibiliza das		
UFPI	PDA expirado.	Sem PDA		
UFPR	ago.22	Sem PDA	21 abertas	2 bases - Acervo digital; Acervo impresso
UFR*	Não consta na listagem.	Não consta na listagem.		
UFRA	PDA expirado.	Sem PDA		
UFRB	PDA expirado.	Sem PDA		
UFRGS	PDA expirado.	Sem PDA		
UFRJ	PDA expirado.	Sem PDA		
UFRN	PDA expirado.	PDA publicado - vigência 2024		68 bases abertas; 2 em atraso 3 bases - tccs, dissertações, monografias, teses; acervo da biblioteca; empréstimos dos acervos das bibliotecas
UFRPE	PDA expirado.	PDA publicado - vigência 2024		6 bases previstas; 4 em atraso
UFRR	PDA expirado.	Sem PDA		
UFRRJ	PDA expirado.	Sem PDA		
UFS	maio.23	Vigência PDA maio 23	5 abertas; 9 previstas	8 abertas; 1 prevista; 5 em atraso

UFSC	PDA expirado.	Sem PDA			
UFSCAR	jul.23	Vigência PDA - julho 23	9 (em atraso)	9 bases abertas	
UFSM	PDA expirado.	Sem PDA			
UFT	dez.21	Sem PDA	9 em atraso		
UFTM	dez.21	PDA publicado em janeiro de 23	25 abertas	27 bases abertas, 6 previstas	
UFU	PDA expirado.	PDA publicado em março de 22		48 bases em atraso	7 bases - acervo de periódicos da UFU; acervo do repositório institucional; consulta ao acervo; devolução; empréstimo; acervo da biblioteca; dados sobre o funcionamento da biblioteca;
UFV	dez.22	Vigência do último PDA dez. 22	42 abertas; 13 previstas		3 bases - Acervo; Produção técnico-científica; Teses e dissertações
UFVJM	PDA expirado.	Vigência do último PDA jul. 20			
UNB	PDA expirado.	Vigência PDA out. 23		49 bases abertas; 20 previstas; 1 atraso	
UNIFAL	PDA expirado.	Vigência do PDA abr. 24		9 bases abertas; 2 previstas; 3 em atraso	
UNIFAP	PDA expirado.	Sem PDA			
UNIFEI	jul.22	Sem PDA	23 abertas		
UNIFESP	PDA expirado.	Vigência do PDA dez. 24		9 bases abertas; 60 previstas	5 bases - acervo biblioteca; empréstimos biblioteca; produção acadêmica;

				teses e dissertações; trabalhos de conclusão de curso
UNIFESSPA	PDA expirado.	Sem PDA		
UNILA	jul.22	Sem PDA	57 em atraso; 4 previstas	1 base - Produção bibliográfica (prevista)
UNILAB	PDA expirado.	Sem PDA		
UNIPAMPA	PDA expirado.	Sem PDA		
UNIR	nov.22	mesma	7 em atraso	
UNIRIO	PDA expirado.	Vigência do PDA mar. 24		5 previstas; 28 em atraso
UNIVASF	fev.22	Sem PDA	34 abertas	
UTFPR	PDA expirado.	Sem PDA		

Fonte: elaborado pela autora.

Foi possível identificar que os principais conjuntos de dados divulgados pelas universidades no painel “Monitoramento de dados abertos”, referem-se à informações sobre orçamento, contratações, quadro de servidores, projetos de extensão e assuntos relacionados à comunidade discente, como restaurantes universitários, habitação estudantil e relação de alunos na graduação, pós-graduação e ex-alunos; nenhuma base de dados específica para bibliotecas; os poucos conjuntos de dados sobre este setor, referem-se exclusivamente às listas de acervo e bibliotecas digitais.

Enquanto, em 2022, o levantamento realizado no painel não foi muito frutífero, uma vez que quatro universidades não constavam no painel, e outras 45 estavam com os PDAs expirados, em 2023, 26 universidades, das 45 que estavam com o *status* “PDA expirado” em 2022, permaneceram na mesma situação. Já as outras 19 universidades, que também constavam com PDA expirado em 2022, tiveram seus documentos publicados e suas bases de dados disponibilizadas no painel – destas, apenas cinco abriram bases com dados sobre suas bibliotecas.

Em relação a quantidade de bases de dados abertas, sem considerar as previstas ou em atraso, em 2022 o painel contabilizava 374 bases de dados, em 2023, esse número

caiu para 320; já para as bibliotecas houve uma ligeira melhora, enquanto em 2022, eram 12 bases abertas no total, esse número passou para 22 em 2023, ainda que essa quantidade de bases de dados sobre bibliotecas represente menos de 10% do total recursos disponíveis no painel.

3.2.3 Coleta de dados no *Portal Brasileiro de Dados Abertos*

No levantamento realizado no *Portal Brasileiro de Dados Abertos* foi possível localizar mais informações sobre as universidades federais, do que no levantamento anterior, no painel “Monitoramento de dados abertos”. Os conjuntos de dados disponibilizados pelas universidades versam majoritariamente sobre relação de alunos e docentes, informações sobre pesquisa e propriedade intelectual; recursos e gastos no geral.

A tabela 6 foi elaborada em dois momentos, no primeiro, para a qualificação do projeto de pesquisa, coletou as informações sobre o conjunto de dados disponíveis no *Portal Brasileiro de Dados Abertos* em 2022; os mesmos dados foram coletados em 2023 para manter a linearidade da pesquisa e permitir a observação da evolução entre os dois períodos; a coleta dos dados foi feita de maneira individual para cada universidade.

O levantamento considerou as duas variáveis quantitativas “conjunto de dados geral” e “conjunto de dados sobre biblioteca” abertos no *Portal Brasileiro de Dados Abertos*, além de especificar o formato de cada conjunto de dados, conforme o esquema proposto por Berners-Lee.

Tabela 6 – Levantamento comparativo no *Portal Brasileiro de Dados Abertos* em 2022 e 2023

Levantamento - <i>Portal brasileiro de dados abertos</i>						
Sigla	Conjunto de dados - 2022	Conjunto de dados - 2023	Conjunto de dados biblioteca - 2022	Conjunto de dados biblioteca - 2023	Detalhamento	Formato
FUNRei	12	12	0	0		
FURG	119	152	0	0		
UFABC	44	43	0	0		
UFAC	Não apresenta	Não apresenta				

	conjunto de dados	conjunto de dados				
UFAL	Não apresenta conjunto de dados	Não apresenta conjunto de dados				
UFAM	13	28	2	2	2 conjuntos de dados: fichas catalográficas (2 arquivos); quantidades de teses e dissertações (2 arquivos)	CSV
UFAPE	Não apresenta conjunto de dados	Não apresenta conjunto de dados				
UFBA	Não apresenta conjunto de dados	Não apresenta conjunto de dados				
UFC	2	3	0	0		
UFCA	45	54	0	0		
UFCat	Não apresenta conjunto de dados	Não apresenta conjunto de dados				
UFCEG	Não apresenta conjunto de dados	Não apresenta conjunto de dados				
UFCSPA	27	30	1	1	1 conjunto: repositório institucional (2 arquivos)	CSV; ODT
UFDF	Não apresenta conjunto de dados	Não apresenta conjunto de dados				
UFERSA	14	14	1	4	1 conjunto: biblioteca (4 arquivos)	CSV
UFES	5	5	0	0		
UFESBA	Não apresenta conjunto de dados	Não apresenta conjunto de dados				
UFF	14	22	0	0		
UFFS	14	16	0	1		
UFG	Não apresenta	25		1		

	conjunto de dados					
UFGD	19	33	0	0		
UFJ	Não apresenta conjunto de dados	Não apresenta conjunto de dados				
UFJF	7	11	0	0		
UFLA	36	21	2	1	2 conjuntos: Trabalhos de conclusão de curso stricto sensu aprovados (6 arquivos); dissertações e teses defendidas (1 arquivo)	XLSX; CSV; HTML
UFMA	21	21	2	2	2 conjuntos: defesas de dissertação e tese (9 arquivos); Trabalhos de conclusão de curso defendidos (9 arquivos)	CSV; PDF
UFMG	14	15	2	2	2 conjuntos: acervo bibliográfico (2 arquivos); produção científica (8 arquivos)	CSV; PDF; XLS; XML
UFMS	35	39	0	0		
UFMT	Não apresenta conjunto de dados	Não apresenta conjunto de dados				
UFNT	Não apresenta conjunto de dados	Não apresenta conjunto de dados				
UFOB	45	45	3	3	3 conjuntos: acervo da biblioteca (3 arquivos); trabalhos de conclusão de curso defendidos (5 arquivos); dissertações	CSV

					defendidas (4 arquivos)	
UFOP	99	104	0	0		
UFOPA	Não apresenta conjunto de dados	Não apresenta conjunto de dados				
UFPA	Não apresenta conjunto de dados	Não apresenta conjunto de dados				
UFPB	Não apresenta conjunto de dados	Não apresenta conjunto de dados				
UFPE	24	38	0	0		
UFPEL	28	28	0	0		
UFPI	30	31	0	0		
UFPR	21	21	2	2	2 conjuntos: acervo digital (4 arquivos); acervo impresso (4 arquivos)	CSV; PDF
UFR	Não apresenta conjunto de dados	Não apresenta conjunto de dados				
UFRA	Não apresenta conjunto de dados	Não apresenta conjunto de dados				
UFRB	19	22	0	0		
UFRGS	11	11	0	0		
UFRJ	1	1	0	0		
UFRN	92	94	7		7 conjuntos: TCC graduação (2 arquivos); TCC stricto sensu (2 arquivos); TCC lato sensu (2 arquivos); acervo aquisição (2 arquivos); acervo biblioteca (5 arquivos); trabalhos de	CSV; PDF

						conclusão de curso (2 arquivos); empréstimos dos acervos das bibliotecas (41 arquivos)
UFRPE	Não apresenta conjunto de dados	Não apresenta conjunto de dados				
UFRR	128	Não apresenta conjunto de dados	0			
UFRRJ	Não apresenta conjunto de dados	Não apresenta conjunto de dados				
UFS	17	17	0	0		
UFSC	Não apresenta conjunto de dados	Não apresenta conjunto de dados				
UFSCAR	Não apresenta conjunto de dados	9		0		
UFSM	16	37	2	2	2 conjuntos: biblioteca - total de títulos e exemplares (3 arquivos) - biblioteca - total de empréstimos por vínculo (3 arquivos)	CSV; PDF; XLS; HTML
UFT	Não apresenta conjunto de dados	Não apresenta conjunto de dados				
UFTM	26	29	0	0		
UFU	Não apresenta conjunto de dados	Não apresenta conjunto de dados				
UFV	23	37	0	2		
UFVJM	21	21	0	0		
UNB	33	47	0	0		
UNIFAL	9	9	0	0		
UNIFAP	Não apresenta	Não apresenta				

	conjunto de dados	conjunto de dados				
UNIFEI	24	24	0	0		
UNIFESP	Não apresenta conjunto de dados	11		0		
UNIFESS PA	32	32	1	1	1 conjunto: acervo bibliográfico adquirido (2 arquivos)	CSV; PDF
UNILA	Não apresenta conjunto de dados	Não apresenta conjunto de dados				
UNILAB	56	56	0	0		
UNIPAM PA	2	2	2	2	2 conjuntos: bibliotecas (4 arquivos); Acervo bibliográfico (6 arquivos)	CSV; PDF
UNIR	Não apresenta conjunto de dados	Não apresenta conjunto de dados				
UNIRIO	1	1	0	0		
UNIVASF	71	71	0	0		
UTFPR	Não apresenta conjunto de dados	Não apresenta conjunto de dados				

Fonte: elaborado pela autora.

No total, 41 universidades compartilham seus dados no portal, somando 1270 conjuntos de dados abertos; destes, apenas 27 – menos de 3% do total de conjuntos de dados disponibilizados - são referentes às bibliotecas, e são compartilhados por 12, das 69 universidades pesquisadas. São bibliotecas presentes em quatro regiões do Brasil, algumas na capital do estado, outras no interior – apenas a região Centro-Oeste não está representada na lista; sem características em comum que determinem a abertura de seus dados.

Uma consideração relevante sobre o Portal Brasileiro de Dados Abertos versa sobre a atualização e revisão dos dados publicados. Foi possível encontrar conjunto de

dados com informações sobre listas de bolsistas de 2003 e alunos matriculados de 2008; além disso, foram encontradas diversas pastas duplicadas, evidenciando a falta de refinamento e/ou controle de qualidade.

Os arquivos podem ser disponibilizados nos formatos PDF, CSV, HTML, XLS, JSON, DOC, ODT⁶. De acordo com o esquema de classificação criado por Berners-Lee, nenhum desses formatos está classificado com cinco estrelas e não foram identificados conjuntos de dados no formato LOD – *Linked Open Data*.

No que tange ao formato dos dados, segundo a classificação de 5 estrelas de Berners-Lee, nenhum conjunto de dados sobre biblioteca disponibilizado no *Portal Brasileiro de Dados Abertos* alcançou a graduação máxima no esquema; todas as bibliotecas que compartilham seus dados no portal, os fornecem no formato CSV, recebendo três estrelas, conforme a classificação.

3.2.4 Cruzamento de dados entre o painel “Monitoramento de dados abertos” e “Portal Brasileiro de Dados Abertos”

A tabela 7 foi elaborada a partir das informações levantadas em cada universidade individualmente, tanto no painel “Monitoramento de dados abertos”, como no Portal Brasileiro de Dados Abertos, oportunizando o cruzamento dos dados disponíveis em ambos. Das 69 universidades 22 – quase 32% não disponibilizam seus dados em nenhum dos portais. 46 estão sem PDAs publicados, mas 26 delas apresentam conjunto de dados no portal e outras 26 não tem conjuntos de dados, porém 4 delas estão com suas bases abertas no painel. Apenas 15 universidades têm seus dados disponibilizados em ambos os locais, um pouco mais de 21% do total.

⁶ **PDF (Portable Document Format)**: formato de arquivo que preserva a formatação original do documento; **CSV (Comma-Separated Values)**: formato de arquivo simples que armazena dados em formato tabular, onde os valores são separados por vírgulas; **HTML (Hypertext Markup Language)**: linguagem de marcação usada para criar páginas da web; **XLS (MS Excel Spreadsheet)**: associado ao Microsoft Excel, usado para armazenar planilhas de dados; **JSON (JavaScript Object Notation)**: formato de intercâmbio de dados que utiliza uma sintaxe leve e fácil de ler; **DOC (MS Word Document)**: associado ao Microsoft Word, usado para armazenar documentos de texto; **ODT (Open Document Text)**: formato aberto usado para documentos de texto associado a suítes de escritório, como o LibreOffice.

Tabela 7 - Cruzamento de dados Painel "Monitoramento de dados abertos" versus "Portal Brasileiro de Dados Abertos"⁷

Universidade	Painel Monitoramento de dados abertos	Portal Brasileiro de Dados Abertos
FUNRei	Sem PDA	12
FURG	Sem PDA	152
UFABC	Sem PDA	43
UFAC	Sem PDA	Não apresenta conjunto de dados
UFAL	Sem PDA	Não apresenta conjunto de dados
UFAM	34	28
UFAPÉ*	Não consta no painel	Não apresenta conjunto de dados
UFBA	Sem PDA	Não apresenta conjunto de dados
UFC	Sem PDA	3
UFCA	Sem PDA	54
UFCat	Sem PDA	Não apresenta conjunto de dados
UFCG	Sem PDA	Não apresenta conjunto de dados
UFCSPA	Sem PDA	30
UFDPAr*	Não consta no painel	Não apresenta conjunto de dados
UFERSA	Sem PDA	14
UFES	Sem PDA	5
UFESBA	Sem PDA	Não apresenta conjunto de dados
UFF	23	22
UFFS	Sem PDA	16
UFG	Sem PDA	25
UFGD	Sem PDA	33
UFJ	Sem PDA	Não apresenta conjunto de dados
UFJF	Sem PDA	11
UFLA	Sem PDA	21
UFMA	Sem PDA	21
UFMG	11	15
UFMS	20	39
UFMT	50	Não apresenta conjunto de dados
UFNT*	Não consta no painel	Não apresenta conjunto de dados
UFOB	93	45
UFOP	Sem PDA	104
UFOPA	Sem PDA	Não apresenta conjunto de dados
UFPA	Sem PDA	Não apresenta conjunto de dados
UFPB	Sem PDA	Não apresenta conjunto de dados
UFPE	34	38
UFPEL	44	28
UFPI	Sem PDA	31
UFPR	Sem PDA	21
UFR*	Não consta no painel	Não apresenta conjunto de dados
UFRA	Sem PDA	Não apresenta conjunto de dados
UFRB	Sem PDA	22

⁷ O PAINEL "Monitoramento de dados abertos" monitora o que foi inventariado e aberto via PDA – somente se o rito da legislação em vigor no Brasil foi seguido e o PDA instituído; no Portal Brasileiro de Dados Abertos o órgão pode fazer a catalogação de seus conjuntos de dados ainda que não esteja submetido ao cumprimento da legislação brasileira vigente sobre a obrigatoriedade de publicar o PDA.

UFRGS	Sem PDA	11
UFRJ	Sem PDA	1
UFRN	70	94
UFRPE	10	Não apresenta conjunto de dados
UFRR	Sem PDA	Não apresenta conjunto de dados
UFRRJ	Sem PDA	Não apresenta conjunto de dados
UFS	14	17
UFSC	Sem PDA	Não apresenta conjunto de dados
UFSCAR	9	9
UFSM	Sem PDA	37
UFT	Sem PDA	Não apresenta conjunto de dados
UFTM	33	29
UFU	48	Não apresenta conjunto de dados
UFV	Sem PDA	37
UFVJM	Sem PDA	21
UNB	70	47
UNIFAL	14	9
UNIFAP	Sem PDA	Não apresenta conjunto de dados
UNIFEI	Sem PDA	24
UNIFESP	69	11
UNIFESSPA	Sem PDA	32
UNILA	Sem PDA	Não apresenta conjunto de dados
UNILAB	Sem PDA	56
UNIPAMPA	Sem PDA	2
UNIR	7	Não apresenta conjunto de dados
UNIRIO	33	1
UNIVASF	Sem PDA	71
UTFPR	Sem PDA	Não apresenta conjunto de dados

Fonte: elaborado pela autora.

Importante destacar que, se o PDA do órgão não foi elaborado conforme as etapas listadas na figura 13 e não foi instituído de acordo com as exigências do Decreto 10.332, ela não aparecerá no Painel “Monitoramento de dados abertos”; por se tratar de uma alteração regimental relativamente nova, os órgãos podem eventualmente estar disponibilizando seus PDAs de acordo com a legislação antiga, não estando atentos ao fato de que o PDA não foi efetivamente validado pela CGU. Tal fato, justifica a discrepância dos dados descritos na tabela 7.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS ETAPA 1

Na análise dos dados coletados na etapa 1 da metodologia, que buscou informações sobre as solicitações mais recebidas pelas universidades via LAI, as bases de dados que estão abertas no Painel “Monitoramento de Dados Abertos” e os conjuntos

de dados que estão disponíveis no *Portal Brasileiro de Dados Abertos*, foi possível identificar a fragilidade no sistema de indexação por palavras-chave, para definir os temas demandados; a palavra-chave “acesso à informação” figura entre os principais temas entre praticamente todas as universidades, no entanto, representa um tema vago, pois não discrimina que tipo de informação está sendo solicitada.

Na atualização do painel de dados abertos, foi possível identificar um atraso entre a disponibilização do PDA e a publicação do documento no painel, uma vez que, analisando rapidamente o *site* das universidades é possível observar a existência de PDAs atualizados e não publicados pela CGU. Como demonstrado na Figura 11, o órgão deve comunicar à CGU a publicação do seu PDA, e a equipe responsável dentro da CGU faz a atualização do painel, não sendo um procedimento automático.

Sobre a disponibilização dos dados no *Portal de Dados Abertos*, a quantidade de conjuntos de dados nem sempre reflete a situação atual do órgão, e por vezes redundante e desatualizada. É preciso um engajamento maior dos órgãos ao disponibilizar seus dados no portal de dados abertos, promover um refinamento desses dados, a atualização das informações.

3.4 Coleta de dados na 2ª etapa metodológica

O instrumento de pesquisa utilizado na segunda etapa metodológica, foi elaborado na plataforma *Forms* do Microsoft Teams, e está estruturado em cinco blocos de questões, com 29 perguntas objetivas, de resposta obrigatória, e uma pergunta subjetiva, de resposta não obrigatória. A versão final do questionário se encontra no Apêndice B.

A seguir, no quadro 3, são mostrados os relacionamentos das perguntas com os objetivos da pesquisa. Os blocos de questões 1 e 5 foram destinados à identificação do perfil da biblioteca e do respondente da pesquisa, não se aplicando aos objetivos específicos da pesquisa.

Quadro 3 - Instrumento de coleta de dados relacionado com os objetivos da pesquisa

Bloco de questões	Objetivo da pesquisa
Bloco 3 - <i>Lei de Acesso à Informação</i> e Plano de Dados Abertos; Bloco 4 - Abertura dos dados da biblioteca	Identificar no painel “Monitoramento de dados abertos” quantas e quais bases de dados sobre bibliotecas universitárias estão abertas e disponíveis
Bloco 3 - <i>Lei de Acesso à Informação</i> e Plano de Dados Abertos; Bloco 4 - Abertura dos dados da biblioteca	Identificar no <i>Portal Brasileiro de Dados Abertos</i> , quantos e quais conjuntos de dados com informações sobre as bibliotecas das universidades federais estão abertos
Objetivo atendido na etapa 1 da metodologia	Levantar quais os dados sobre universidades federais foram mais solicitados pela sociedade via LAI
Bloco 2 - Coleta e publicação de dados sobre a biblioteca (ou sobre o sistema de bibliotecas)	Identificar quais são os dados coletados pelas bibliotecas universitárias sobre uso, espaço físico, acervos, produtos e serviços
Bloco 4 - Abertura dos dados da biblioteca	Analisar o envolvimento das bibliotecas com a política de dados abertos da instituição.

Fonte: elaborado pela autora.⁸

3.4.1 Realização de pré-testes com o instrumento de coleta de dados – questionário

O instrumento de pesquisa foi pré-testado com cinco bibliotecários atuantes e dois profissionais de nível médio que trabalham em bibliotecas, com níveis variados de conhecimento de dados abertos, no dia 23 de junho de 2022; as respostas foram recebidas até o dia 24 de junho de 2022. Entre as sugestões apresentadas e acatadas, estavam:

- A inclusão da opção “Não sei opinar” na questão 8;
- A inclusão da opção “Youtube” como meio de comunicação na questão 14;
- A alteração no título da questão 4 – para acrescentar a informação de “sistema de bibliotecas”, “junto à biblioteca central”;

⁸ O questionário foi enviado por *e-mail* e pode ser aberto pelo *link* <https://forms.office.com/Pages/ResponsePage.aspx?id=oZs17AtjK024M8jm1l-AWQSaP9yL9XhOmA89G9ANb6RURUNGUDBUWddIMjBVOVRFQUNYNDVGM0oxSC4u>

- A alteração dos enunciados do bloco de questões 2, para acrescentar a informação de “sistema de bibliotecas”, “junto à biblioteca central” nas questões de 8 a 13;
- A especificação de que a pesquisa está direcionada para as bibliotecas de universidades federais, na introdução do questionário.

Após o recebimento das respostas, a plataforma *Forms* emitiu um relatório com o tempo médio para conclusão de leitura e preenchimento das respostas, conforme a figura 21; foi possível verificar que o tempo médio para resposta, inicialmente previsto para 10 minutos, teve que ser alterado para 15 minutos.

Figura 21 – Relatório da plataforma *Forms* sobre o tempo de preenchimento do questionário



Fonte: dados da pesquisa.

3.4.2 Aplicação do questionário

A etapa de aplicação do questionário foi iniciada imediatamente após a aprovação do projeto pela banca examinadora, no dia 26 de agosto de 2022 e ficou aberto para o recebimento de respostas até 31 de dezembro de 2022. Foram feitos seis envios do questionário para os representantes das 69 bibliotecas envolvidas no universo da pesquisa; a tabela 8 apresenta a ordem de recebimento das respostas de acordo com a data do envio.

Tabela 8 – Devolução dos questionários enviados

Envio	Data	Respostas recebidas
1	26 de agosto	8
2	14 de setembro	17
3	03 de outubro	5
4	03 de novembro	1
5	25 de novembro	6
6	27 de dezembro	4
Total de respostas recebidas		41

Fonte: elaborado pela autora.

No total, a pesquisa registrou 41 respostas, totalizando 59,42% do universo de participantes; a tabela 9 apresenta a quantidade de bibliotecas que participaram da pesquisa, organizadas por sua localização geográfica.

Tabela 9 – Respostas coletadas por região

Região	Respostas esperadas	Respostas recebidas	Percentual de respostas recebidas
Centro-Oeste	8	6	75%
Nordeste	20	11	55%
Norte	11	3	27,2%
Sudeste	18	12	66,6%
Sul	12	9	75%
Total	69	41	

Fonte: dados da pesquisa.

As regiões que registraram menor participação na pesquisa foram a região Norte, com menos de 30% das respostas esperadas e região Nordeste, com um pouco mais de 50%. Juntas, as duas regiões representam 45% do universo da pesquisa.

Para entender a baixa participação da região Norte na pesquisa, foram abertos pedidos de informações em cada uma das universidades que não responderam ao questionário, solicitando a quantidade de bibliotecários e a divisão da biblioteca em sistema, para descobrir se e em quantas unidades setoriais o sistema se divide. As respostas recebidas não evidenciam qualquer característica que justificasse o baixo índice de participação nesta pesquisa, indicando então uma possível deficiência na metodologia, que utilizou apenas o questionário como instrumento de coleta de dados.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS NA ETAPA 2

A etapa 2 da metodologia refere-se à aplicação do questionário (Apêndice B), enviado para as bibliotecas das 69 universidades federais brasileiras, que compõe o universo da pesquisa. O número total de respostas obtidas foi 41, e estas serão submetidas à análise subsequente, seguindo a estrutura previamente estabelecida, composta por cinco blocos de questões.

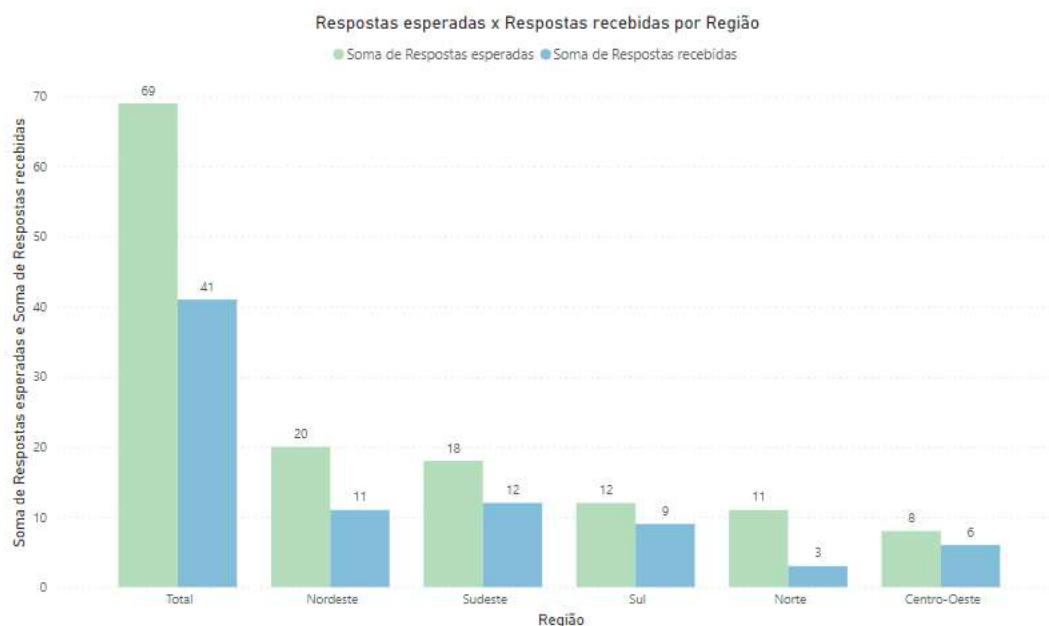
O objetivo desta análise é resumir a essência da pesquisa, transformando os dados coletados em *insights* significativos, além de lançar luz sobre as questões, hipóteses e objetivos de pesquisa que orientaram todo o estudo.

3.5.1 BLOCO 1 DE QUESTÕES: perfil das bibliotecas

O bloco 1 de questões do questionário, abrangendo as perguntas de 1 a 6. As seis questões, todas de natureza objetiva, visaram criar um retrato completo das bibliotecas, abordando aspectos como sua estrutura organizacional como parte do sistema universitário, localização geográfica, organização interna, e o número de servidores envolvidos no setor.

A primeira questão desse bloco tinha como objetivo principal identificar a universidade à qual a biblioteca respondente estava vinculada. Para preservar o sigilo das informações, as bibliotecas foram agrupadas por região. Foi registrada a participação de universidades de todas as cinco regiões brasileiras, conforme ilustra a figura 22.

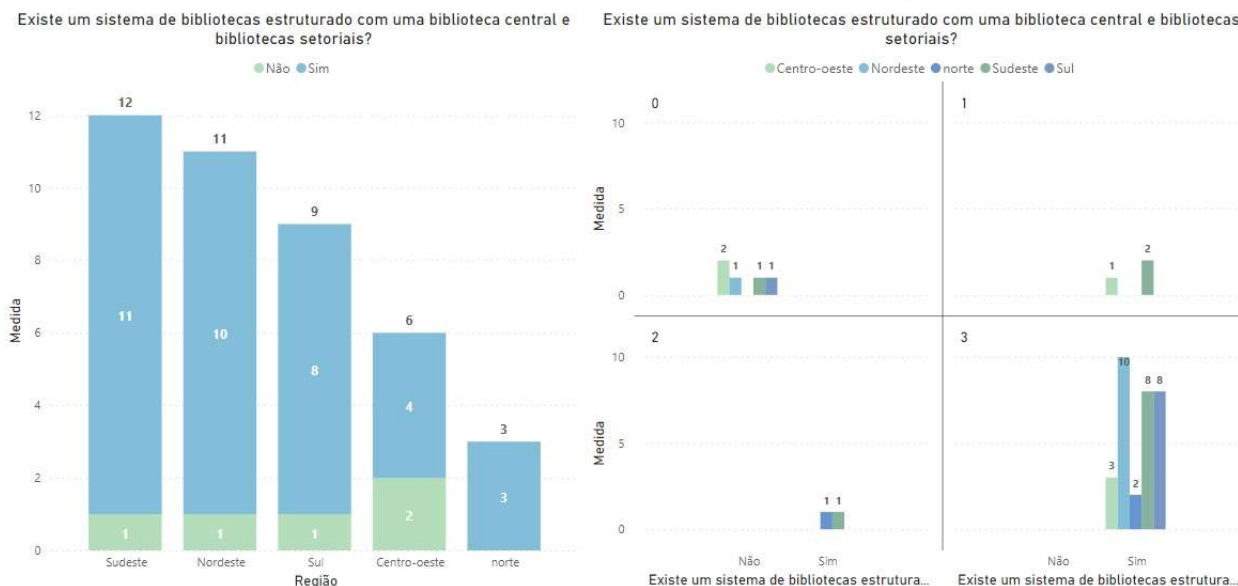
Figura 22 – Distribuição das bibliotecas respondentes por região



Fonte: dados da pesquisa.

A questão 2 buscou saber como está organizado o sistema de bibliotecas da universidade, caso ele exista, ou se existe apenas a biblioteca central. Majoritariamente, as bibliotecas estão organizadas em um sistema de bibliotecas, somando 36 respostas afirmativas; destas, na maioria, o sistema é dividido em três ou mais bibliotecas setoriais, somando 31 das 41 respostas; três bibliotecas possuem apenas uma biblioteca setorial em sua divisão; outras duas funcionam com duas setoriais e, em apenas cinco, das 41, existe somente a biblioteca central, sem outras unidades, conforme apresenta a figura 23.

Figura 23 – Divisão das bibliotecas em bibliotecas setoriais por região



Fonte: dados da pesquisa.

A divisão das bibliotecas em bibliotecas setoriais está de acordo com o crescimento urbano observado no Brasil na última década, movimento seguido pelas universidades e sua expansão em novos *campus*, conseqüentemente em novas bibliotecas, considerando o que preceitua a Lei nº 12.244 de 2010, onde “as instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do país contarão com bibliotecas” (Brasil, 2010).

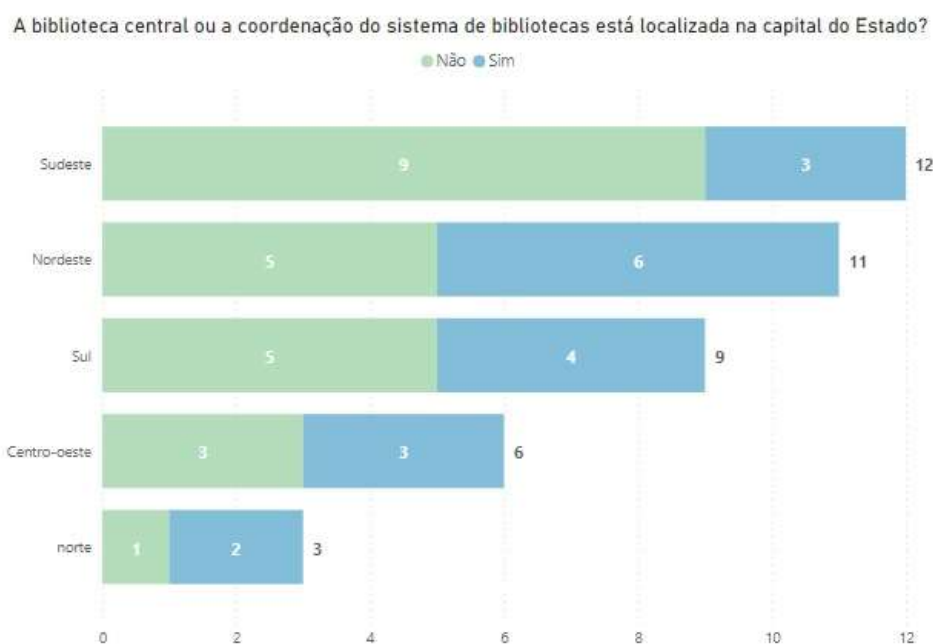
O Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI criado pelo Decreto nº 6.096, foi responsável pela mudança na estrutura das universidades e sua divisão em novos *campi*, já que o objetivo da primeira fase do Programa era interiorizar o Ensino Superior, fortalecendo o modelo *multicampi*, segundo dados do MEC, o número de municípios com *campus* de universidades federais subiu de 114 em 2003, para 237 em 2011.

Em relação à localização geográfica da biblioteca central ou do sistema de bibliotecas, ponto abordado pela questão 3, as respostas ficaram divididas, com uma ligeira diferença para as que estão localizadas fora da capital do estado; estas, sendo

representadas por quase 60% dos respondentes – 24 no total, enquanto 18 delas localizam-se na capital estadual.

A divisão nas respostas ocorreu também entre as regiões; enquanto na região Centro-oeste a quantidade de biblioteca dentro e fora da capital está igual; as regiões Nordeste e Norte têm mais bibliotecas localizadas na capital, e as regiões Sul e Sudeste, concentram mais respostas fora dela, como demonstra a figura 24.

Figura 24 – Localização geográfica das bibliotecas



Fonte: dados da pesquisa.

Em resumo, os dados mostram uma distribuição geográfica variada das bibliotecas, evidenciando novamente o movimento de expansão das universidades para o interior do país, especialmente nas regiões Nordeste e Sudeste, como demonstra a tabela 10. Para ilustrar o exposto, com base na lista de universidades, listadas no Apêndice A, o estado da Bahia por exemplo, possui uma universidade em Salvador e três universidades em outras partes do estado; o mesmo acontece em Minas Gerais: o estado conta com apenas uma universidade na capital Belo Horizonte, e soma outras nove universidades, em diferentes cidades do interior do estado.

Tabela 10 – Distribuição das universidades pelo país

Região	Capital	Interior	Total
Centro-oeste	4	4	8
Nordeste	8	12	20
Norte	7	4	11
Sudeste	5	13	18
Sul	4	8	12
	28	41	69

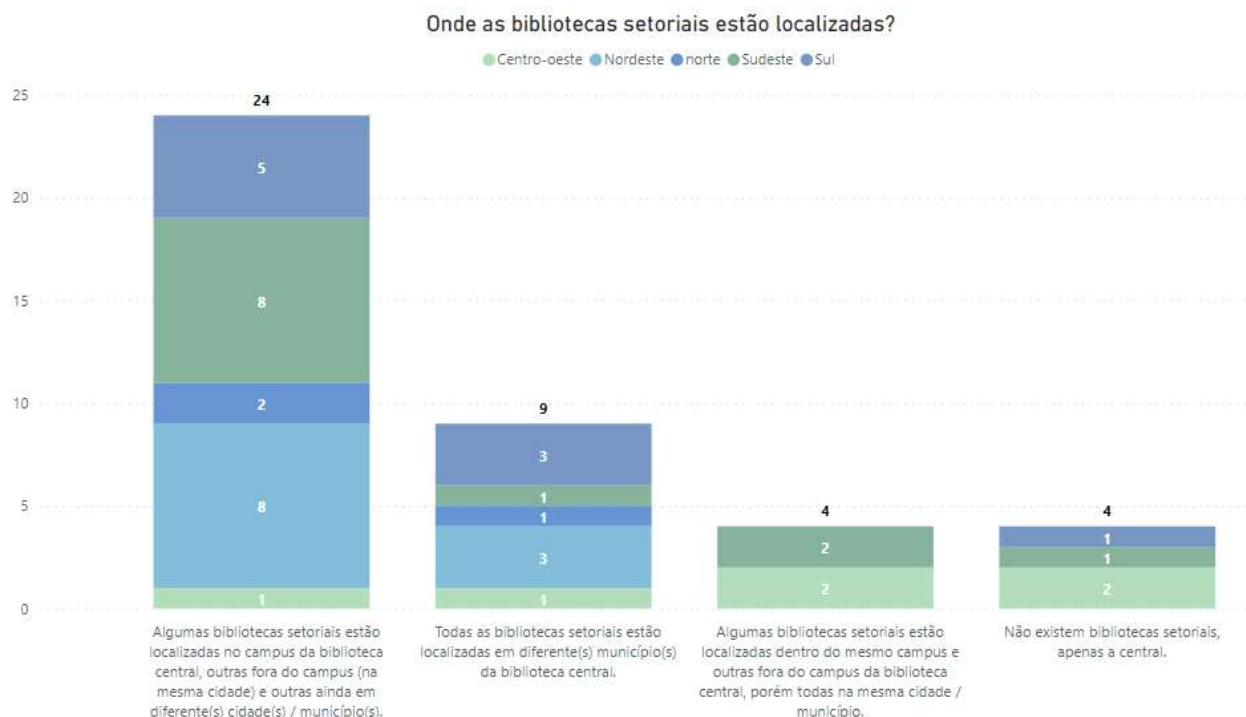
Fonte: elaborado pela autora.

No total, as universidades localizadas no interior dos estados representam quase 60% do total de universidade registradas no país. De acordo com dados extraídos do Portal do MEC, até 2003, o Brasil contava com 45 universidades federais, distribuídas em 114 municípios, totalizando 148 *campi* universitários. Entretanto, após a criação do REUNI, estes números aumentaram exponencialmente, acompanhando o movimento de interiorização das universidades; em 2010, o país havia implantado 14 novas universidades federais em 229 municípios, somando 126 novos *campi* universitários; o programa ganhou continuidade e, no Governo Dilma, foram criadas mais quatro universidades.

Todas as regiões foram beneficiadas pelo REUNI, sendo a que mais recebeu novas universidades a região Nordeste, com a criação de seis universidades; seguida da região Sul, com cinco novas universidades; a região sudeste, que ganhou quatro universidades, Norte, com duas novas universidades e por fim, a região Centro-Oeste, que recebeu uma nova universidade.

Na questão 4 o objetivo era descobrir onde as bibliotecas setoriais estão localizadas, se no mesmo *campus*, na mesma cidade ou em outras localidades diferentes da biblioteca central. A opção mais selecionada por mais de 58% dos respondentes - 24 no total, aponta que a divisão do sistema de bibliotecas é composta majoritariamente por “bibliotecas setoriais localizadas tanto no mesmo *campus* da biblioteca central, como fora do *campus*, mas na mesma cidade e ainda, em diferentes municípios”. A análise, quando feita por região, segue a mesma linha, com exceção da região Centro-oeste, como mostra a figura 25.

Figura 25 – Localização das bibliotecas setoriais



Fonte: dados da pesquisa.

Os dados obtidos na questão 4, seguem os resultados alcançados nas questões 2 e 3 no que diz respeito a diversidade geográfica das universidades. É interessante notar que nenhuma das 31 bibliotecas que possuem bibliotecas setoriais, as possui exclusivamente no mesmo *campus* da biblioteca central. Isso pode indicar uma tendência em direção a uma distribuição mais ampla dessas bibliotecas para atender a múltiplas e novas demandas.

Analisando os dados da região Centro-oeste, que apresentou resultados divergentes das demais regiões, tendo uma distribuição equitativa das suas bibliotecas setoriais, com algumas universidades tendo bibliotecas setoriais no mesmo *campus* da biblioteca central e outras fora do *campus*, mas na mesma cidade, é possível inferir que a dinâmica ainda urbana presenciada na região, difere de outras regiões, mais interiorizadas, seguindo a mesma tendência encontrada nas questões 2 e 3.

A questão 5, buscava identificar em quais/quantos setores a biblioteca (ou o sistema de bibliotecas) está estruturado. Na análise geral das respostas obtidas nessa

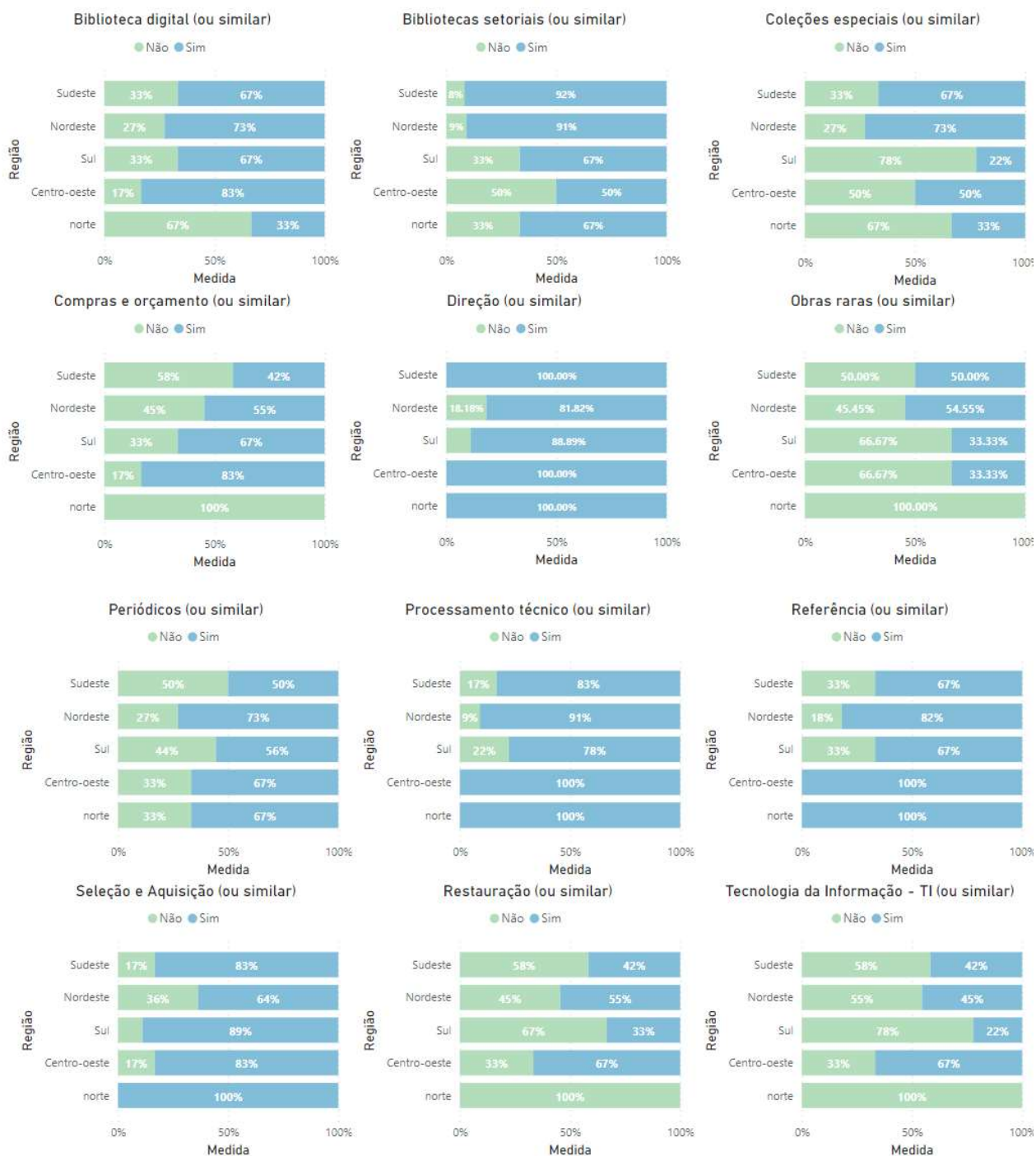
questão, foi possível verificar que os cinco setores mais presentes nas divisões internas das bibliotecas respondentes, com pelo menos 78% de marcações afirmativas são: direção, seleção e aquisição; referência; processamento técnico e bibliotecas setoriais.

Já os setores menos presentes nas estruturas internas das bibliotecas são coleções especiais, obras raras, restauração e Tecnologia da Informação; este último sendo o setor menos presente entre todos os respondentes é o de TI, constante em apenas 16 bibliotecas, representando menos de 40% do total.

Na região Norte, todas as três bibliotecas respondentes estão estruturadas em: direção, processamento técnico, referência, e seleção e aquisição. Nenhuma das três possuía em sua divisão interna os setores de TI, de compras, de restauração e obras raras e apenas uma possui o setor de bibliotecas digitais.

A figura 26 apresenta em quais setores as bibliotecas estão estruturadas, mostrando os que estão mais presentes e os que obtiveram menos incidência nas respostas recebidas.

Figura 26 – Divisão da estrutura interna das bibliotecas

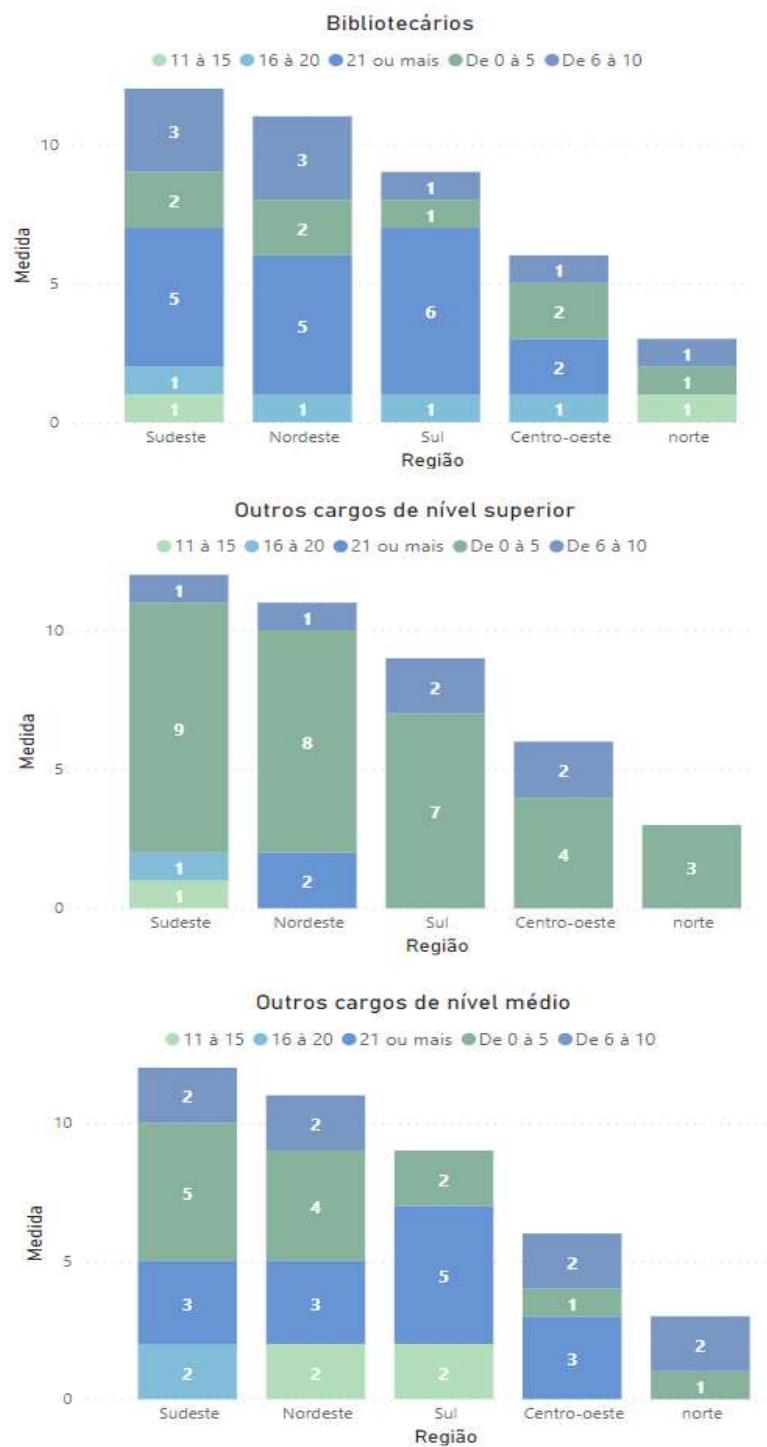


Fonte: dados da pesquisa.

Os dados coletados na questão 5, convergem com a divisão mais clássica das bibliotecas, organizadas em setores mais tradicionais, voltados para atender às necessidades dos usuários e manter a coleção organizada como seleção e aquisição, processamento técnico e referência, desconsiderando os setores mais modernos, relacionados a serviços digitais, mídias sociais e tecnologia de informação – aqui se encaixa o trabalho com dados abertos, atividade cada vez mais presente nos contextos da biblioteca.

A questão número 6, última deste bloco, visava analisar quantos servidores atuam na biblioteca ou no sistema de bibliotecas. Os dados gerados pela questão revelam que a quantidade de bibliotecários e servidores de nível médio apresentam certo grau de similaridade; já que a opção de “21 ou mais bibliotecários” e “21 ou mais servidores de nível médio”, soma a maioria das respostas em todas as regiões, com exceção da região Norte, cujo número máximo de bibliotecários foi 15 e servidores de nível médio foi 10. Já a quantidade de servidores de “outros cargos de nível superior” foi a minoria entre todos os respondentes, de todas as regiões, registrando majoritariamente a opção de “0 a 5”, conforme demonstrado pela figura 27.

Figura 27 – Quantidade de servidores na equipe das bibliotecas



Fonte: dados da pesquisa.

Os dados obtidos na última questão demonstram que a quantidade de servidores no quadro das bibliotecas ser composta, em sua maioria, por bibliotecários e outros cargos de nível médio está totalmente de acordo com o plano de carreira da administração pública federal, uma vez que os dois cargos prioritários para compor as equipes das bibliotecas são o de bibliotecário (nível superior) e auxiliar de biblioteca (nível médio).

3.5.1.1 CONCLUSÕES SOBRE O BLOCO 1

Antes de seguir com o fechamento da análise das questões do bloco 1, é importante mencionar que houve uma divergência entre as respostas apresentadas entre as questões 2 e 4, referente a existência de biblioteca setoriais. Enquanto na questão 2, cinco respondentes afirmaram que existe apenas a biblioteca central; na questão 4, foram quatro os respondentes que afirmaram não existir bibliotecas setoriais.

Correlacionando todas as seis questões do bloco 1, foi possível observar que as bibliotecas respondentes possuem um perfil bastante heterogêneo; a diversidade é evidente em termos de estrutura organizacional, localização geográfica, divisão interna e quadro de servidores. Os dados gerados neste bloco vão ao encontro do estudo conduzido por Weber (2019), relatado na revisão de literatura, no que diz respeito ao perfil bastante diversificado das bibliotecas em pesquisa similar sobre o tema.

Ainda que heterogêneo, esta pesquisa conseguiu definir o perfil majoritário das bibliotecas como sendo, bibliotecas estruturadas em um sistema de biblioteca, com três ou mais bibliotecas setoriais, que contam com 21 ou mais bibliotecários em seus quadros, com exceção das bibliotecas da Região Norte, que contam com no máximo, 15 bibliotecários em suas equipes, que não contam com o setor de TI em sua divisão interna.

O movimento de interiorização das universidades, somado ao crescimento de municípios longe das capitais brasileiras e a presença das bibliotecas fora da capital do estado e, em maior número de setoriais em diferentes cidades, evidencia que as universidades estão acompanhando as necessidades educacionais da população e buscando garantir que os recursos e serviços de biblioteca estejam acessíveis a um

público amplo, independentemente de sua localização geográfica, isso é particularmente importante em um país vasto e com inúmeras diferenças regionais como o Brasil.

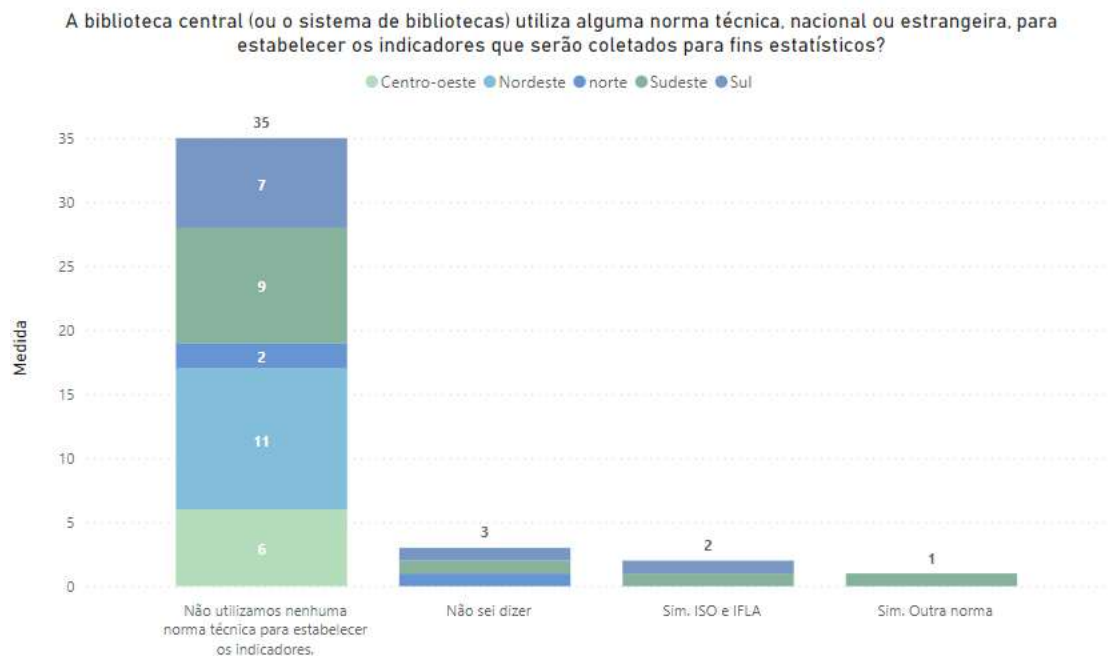
Nos próximos blocos será possível permear esse perfil em conjunto com a coleta de dados estatísticos produzidos pelas bibliotecas e sua participação nas ações que envolvem os dados abertos da instituição, e mais detalhadamente mostrará se, o fato de o setor de TI ser o menos presente na estrutura interna das bibliotecas representa algum impacto no trabalho com dados abertos ou não.

3.5.2 BLOCO 2 DE QUESTÕES: dados estatísticos coletados pelas bibliotecas

Este segundo bloco, composto pelas questões de 7 a 12 – todas objetivas, tinha como objetivo investigar como as bibliotecas universitárias coletam, processam e em quais canais de comunicação disponibilizam os seus dados estatísticos.

A primeira questão do bloco, de número 7, buscava saber qual instrumento a biblioteca utiliza para selecionar os indicadores de coleta de dados; 35 dos 41 respondentes – quase 90% do total, afirmaram não utilizar nenhuma norma técnica para estabelecer os indicadores estatísticos que são coletados pela biblioteca. Três respondentes não sabem dizer se a biblioteca utiliza alguma norma técnica; duas bibliotecas utilizam as normas ISO e IFLA – uma na região Sudeste e outra na região Sul, e apenas uma utiliza outra norma – não especificada – para estabelecer seus indicadores. As respostas seguem o mesmo padrão quando são segmentadas por região, como ilustra a figura 28.

Figura 28 – Uso de instrumento para escolha de indicadores



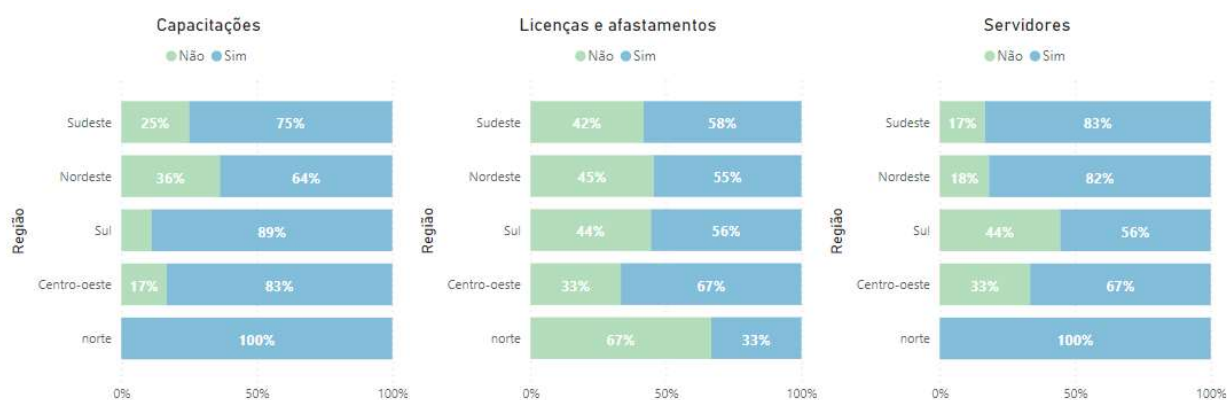
Fonte: dados da pesquisa.

O fato de as bibliotecas não utilizarem nenhuma norma técnica ou instrumento para estabelecer os indicadores estatísticos que são coletados pode representar uma dificuldade quando se trata da disponibilização de dados no contexto do governo aberto, uma vez que a ausência de normas técnicas pode levar a uma falta de padronização na coleta e na apresentação dos dados tornando difícil a comparação de informações entre as bibliotecas, o que pode levar ainda a uma inconsistência na coleta desse dados, onde diferentes bibliotecas podem estar medindo as mesmas métricas de maneiras distintas, dificultando a interpretação e a tomada de decisões baseadas em dados.

Na questão 8, a intenção era descobrir quais dados estatísticos as bibliotecas coletam sobre suas equipes. O indicador mais utilizado entre os respondentes é o de capacitações, com 78% de respostas afirmativas – 32 no total, seguido pelo indicador de servidores, que soma 75% -- totalizando 31 respostas e, por último, o indicador sobre licenças e afastamentos, que recebeu 23 respostas, o único indicador da questão com menos de 50% de respostas afirmativas.

Destaca-se que 22 bibliotecas – 53% do total, coletam dados sobre os três indicadores listados na questão e, seis bibliotecas - uma na região Centro-oeste, duas no Nordeste, duas no Sudeste e uma no Sul - não coletam nenhuma das três informações sobre servidores. As bibliotecas que não coletam os dados são relativamente pequenas, possuem uma quantidade limitada de bibliotecários em seus quadros – no máximo 10, cinco delas estão localizadas fora da capital e apenas uma não possui bibliotecas setoriais, de acordo com o perfil obtido no bloco 1. A figura 29 demonstra a similaridade entre a coleta de dados sobre esse indicador entre os respondentes.

Figura 29 – Coleta de dados estatísticos sobre servidores



Fonte: dados da pesquisa.

A coleta de dados estatísticos sobre uso foi abordada na questão 9; 100% das bibliotecas afirmaram coletar dados sobre circulação – que envolve as atividades de empréstimos e devoluções e quase 60% do total de respondentes – 24 bibliotecas (5 na região Centro-oeste, 6 na região Nordeste, 1 na região Norte, 9 no Sudeste e 3 no Sul), coletam simultaneamente dados sobre todos os oito indicadores listados na questão.

Sobre uso das bases de dados, do espaço físico, uso das bibliotecas digitais e cursos e treinamentos ofertados, 90% das bibliotecas respondentes fazem a coleta desses dados; já 80% dos participantes coletam dados sobre cadastro de usuários, atendimentos de referência e uso do repositório institucional.

Na região Centro-Oeste, apenas o indicador sobre uso do repositório institucional não é coletado por 100% dos respondentes; já nas regiões Nordeste e Sul, apenas o

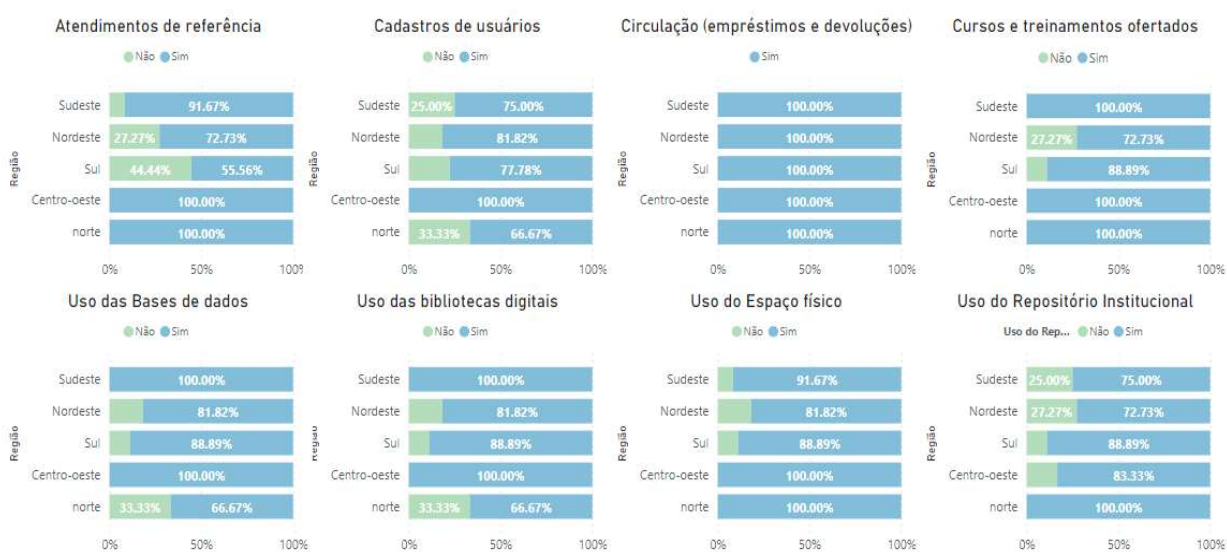
indicador sobre circulação é coletado por 100% dos participantes; seis bibliotecas na região Nordeste fazem a coleta simultânea de todos os indicadores listados na questão, na região Sul, o número de bibliotecas cai para apenas três.

Os indicadores de atendimento de referência, circulação, cursos e treinamentos ofertados, uso do repositório institucional e uso do espaço físico são coletados em todas as bibliotecas da região Norte; cadastro de usuários, uso das bases de dados e uso das bibliotecas digitais, são coletados por duas bibliotecas.

No Sudeste, 100% das bibliotecas coletam dados de quatro indicadores: circulação, cursos e treinamento ofertados, uso das bases de dados e uso das bibliotecas digitais; os dois indicadores menos utilizados na região, mas ainda sim com mais de 75% de respostas afirmativas são: cadastro de usuários e uso do repositório institucional.

Os oito indicadores listados nesta questão têm alto índice de coleta pelas bibliotecas de todas as regiões, conforme mostrado pela figura 30.

Figura 30 – Coleta de dados estatísticos sobre uso



Fonte: dados da pesquisa.

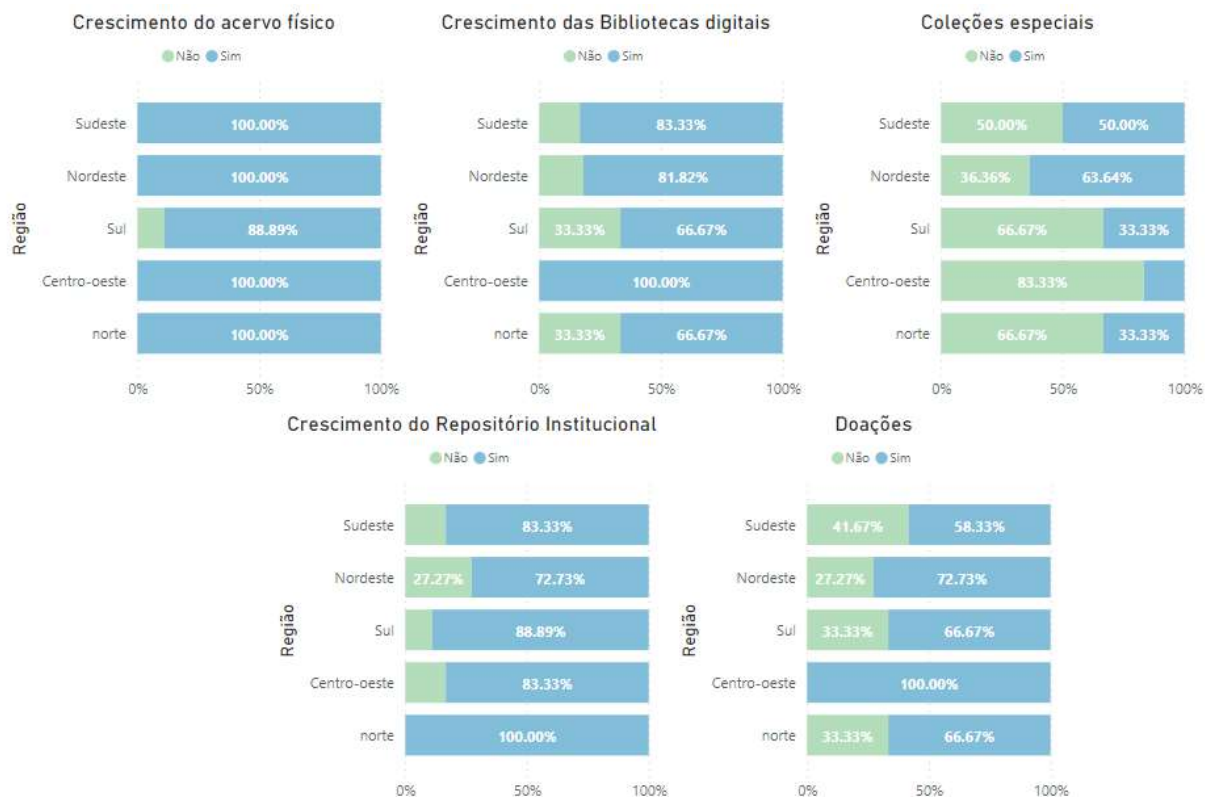
É notável que quase 60% das bibliotecas coletam dados sobre todos os oito indicadores listados na questão, indicando um alto interesse em monitorar suas

estatísticas de uso. É importante destacar que, mesmo que a maioria das bibliotecas ainda não trabalhe com o setor de Biblioteca Digital, em suas respectivas estruturas internas, como visto no bloco 1, elas oferecem esse serviço e fazem a devida coleta de dados estatísticos sobre ele.

Sobre os dados coletados para o acervo, na questão 10, o indicador de “crescimento do acervo físico” é coletado por praticamente 100% das bibliotecas em todas as regiões, com exceção de uma biblioteca apenas – na região Sul, que não faz a coleta desse indicador. Das 41 bibliotecas participantes, 15 coletam simultaneamente dados sobre os cinco indicadores incluídos na questão; apenas uma biblioteca não coleta dados para nenhum dos indicadores apresentados.

Os três indicadores mais utilizados nesta questão são: acervo físico, com 40 respostas; seguido do “crescimento do repositório institucional”, com 34 respostas e “crescimento das bibliotecas digitais”, com 33 respostas, todos os três indicadores receberam mais de 80% de respostas afirmativas cada um. Já o indicador menos utilizado foi o de “coleções especiais”, com 23 respostas negativas, representando 56% do total. A figura 31 ilustra o nível de coleta dos dados indicados na questão, segmentados por região.

Figura 31 – Coleta de dados estatísticos sobre acervos



Fonte: dados da pesquisa.

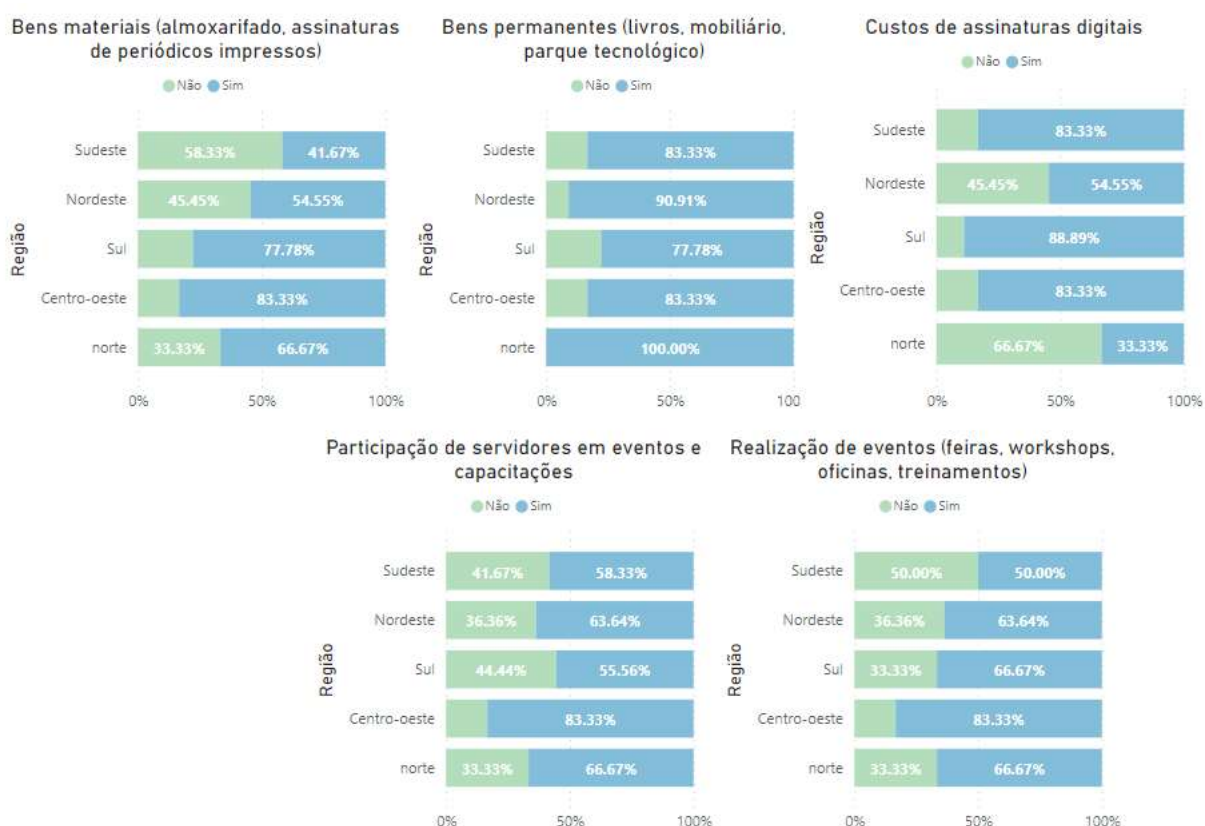
O fato de o indicador sobre crescimento do acervo ser coletado por quase todas as bibliotecas corrobora o perfil tradicional nas bibliotecas identificado no bloco 1 de questões; cabe observar, contudo, um movimento em direção a uma mudança em como o acervo das bibliotecas está sendo estruturado, uma vez que os indicadores sobre doações e coleções especiais são menos coletados que o crescimento de seus acervos digitais (Repositórios institucionais e bibliotecas digitais).

Os dados sobre investimentos de recursos foram abordados na questão 11, e, diferentemente das questões anteriores, nenhum indicador listado neste grupo é coletado em 100% das bibliotecas. Ainda assim, a coleta sobre “dados de investimentos” é feita pela maioria das bibliotecas. O indicador mais utilizado é o de “bens permanentes”, com 35 respostas – 85% do total; em segundo lugar, o indicador “custos de assinaturas digitais”, recebeu 30 repostas, 73% do total; os indicadores “realização de eventos” e

“participação de servidores”, receberam 26 respostas cada um – 60% do total; e o menos utilizado foi o de “bens materiais”, com 25 respostas cada – 60% do total de respostas.

Os cinco indicadores listados na questão 11 são coletados simultaneamente por 17 bibliotecas. Apenas duas bibliotecas – uma na região Centro-oeste e outra na região Nordeste, não coletam nenhum dado sobre os indicadores listados nesta questão. A figura 32 demonstra de que maneira a coleta dos indicadores da questão se comporta em cada região.

Figura 32 – Coleta de dados estatísticos sobre investimentos



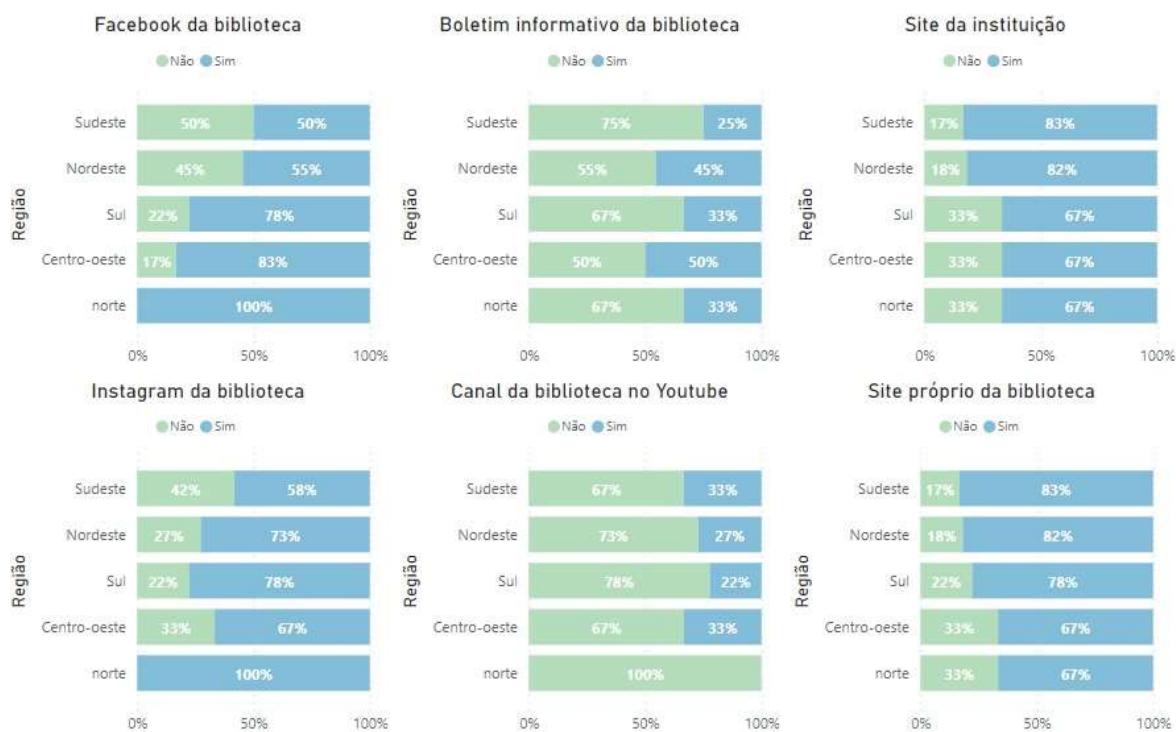
Fonte: dados da pesquisa.

Os dados sobre investimentos poderiam ser mais explorados e utilizados, já que indicam diretamente de que forma a biblioteca está utilizando os recursos que lhe são destinados a partir do orçamento da universidade e de outras fontes de receitas,

colaborando assim com a disponibilização de um dos principais dados de interesse público sobre os dados abertos governamentais que é o gasto público.

A questão 12, última deste bloco, procurava descobrir em qual/quais canais a biblioteca disponibiliza todos os dados que foram coletados, identificados nas questões 8, 9, 10 e 11. A figura 33 mostra que os três instrumentos mais utilizados para divulgação são: em 1º lugar: *site* da biblioteca, com 32 respostas; em 2º lugar, *site* da instituição, com 31 respostas e, em 3º lugar a rede social Instagram, com 27 respostas; todos os três indicadores receberam mais de 70% de respostas afirmativas. Já as três opções menos utilizadas foram canal do Youtube, com 11 respostas apenas; boletim informativo da biblioteca, com 15 respostas e Facebook, com 27 respostas; a opção “outros canais” recebeu 13 respostas afirmativas e não entrou no rol por não ser um indicador especificado.

Figura 33 – Uso de canais de comunicação para disponibilização de dados



Fonte: dados da pesquisa.

É importante mencionar que apenas três bibliotecas – uma na região Sul, uma na região Nordeste e outra na região Sudeste, utilizam os seis meios de divulgação listados nas opções e duas delas ainda utilizam outros canais; 19 bibliotecas – 46% do total de respondentes, fazem uso simultâneo de, pelo menos, os três meios de divulgação mais utilizados citados anteriormente.

Nenhuma biblioteca na região Centro-oeste faz uso concomitante de todos os indicadores; quatro, das seis bibliotecas da região utilizam as duas redes sociais – Facebook e Instagram – para divulgar seus dados; três produzem seu próprio boletim de serviços; e quatro possuem *site* próprio onde divulgam os seus dados.

Na região Norte, as três bibliotecas respondentes fazem uso das duas redes sociais (Facebook e Instagram) para divulgar seus dados; nenhuma possui canal no Youtube; apenas uma edita boletim de serviços e duas divulgam os seus dados em *site* próprio; nenhuma biblioteca da região faz uso concomitante de todos os indicadores listados.

No Nordeste, o canal mais utilizado é o uso do *site* próprio para divulgar seus dados é utilizado por nove bibliotecas; o uso da rede Instagram – oito no total, é ligeiramente maior que o uso da rede Facebook – seis no total, e essas bibliotecas fazem uso concomitante das duas redes; apenas cinco bibliotecas produzem seus boletins de serviços e apenas cinco possuem canal no Youtube.

No Sudeste, sete bibliotecas respondentes possuem perfil no Instagram e seis delas também faz uso da rede Facebook; essas bibliotecas também utilizam *site* próprio e o da instituição para divulgar seus dados; apenas quatro delas possui canal no Youtube e somente três, produz seu boletim de serviços.

A diversificação na utilização de canais de comunicação para disponibilizar os dados estatísticos coletados pelas bibliotecas sugere um esforço para alcançar diferentes públicos e tornar os dados mais acessíveis para a sociedade. Fatores positivos para as bibliotecas, foram a presença de perfis e o uso das redes sociais para a divulgação dos seus próprios dados pois, de acordo com as últimas estatísticas apresentadas no portal *Statista*, o Facebook continua sendo a rede social mais utilizada no mundo inteiro e atingiu em 2023, a marca de 3 bilhões de usuários ativos, seguido do Youtube, com 2,5

bilhões de usuários e, em terceiro lugar, o Instagram, com 2 bilhões de usuários cadastrados. Cabe aqui a observação de que o Youtube ainda é uma rede pouco explorada pelas bibliotecas respondentes.

De acordo com o portal *Statista*, o Brasil ocupava em 2023, o terceiro lugar em número de usuários no Instagram, com 113 milhões e no Youtube, com 142 milhões e a quarta posição em usuários no Facebook, com 109 milhões. Esses dados revelam o enorme potencial que a utilização das redes sociais possui no alcance dos usuários.

Para Fong *et al.* (2020), um dos principais propósitos para as bibliotecas acadêmicas fazerem uso das mídias sociais é estabelecer um vínculo com seus usuários, e incentivar o uso de seus serviços e participação em seus eventos. Os autores afirmam que as mídias sociais podem ser consideradas como “uma plataforma *online* que permite que os usuários entrem em contato para comunicar, colaborar e compartilhar conteúdos” (idem, 2020, p. 1).

Nesse sentido, a presença das bibliotecas nas redes sociais desempenha um papel crucial na era digital e pode ser um recurso alavancador de visualizações e interação com os usuários e não usuários destes espaços. Além disso, as redes sociais oferecem uma plataforma interativa que permite o engajamento direto com a comunidade, ampliando o compartilhamento de informações, facilitando assim o trabalho com dados abertos.

3.5.2.1 CONCLUSÕES SOBRE O BLOCO 2

Os dados obtidos no bloco 2 evidenciam que todas as bibliotecas respondentes estão direcionando esforços para a coleta e organização de seus próprios dados estatísticos, com destaque para o fato de que oito bibliotecas coletam simultaneamente todos os 21 indicadores elencados nas questões 8, 9, 10 e 11 – totalizando quase 20% dos respondentes. Ainda que não façam uso de nenhum instrumento oficial para a seleção dos indicadores, as bibliotecas conseguiram estruturar uma lista que atendesse minimamente os quatro grupos incluídos na norma ISO 11640:2014, e aos ditames sugeridos pela CGU para abertura de dados.

Além disso, coletar indicadores sobre visitantes, uso e empréstimos de materiais e dados orçamentários podem, de acordo com Ayre (2017, p. 176, tradução nossa), “ser acessados por jornalistas, acadêmicos, grupos governamentais e cidadãos interessados em saber como é gasto o dinheiro dos contribuintes”, sendo dados bastante úteis para publicação e disponibilização.

Os dados coletados neste bloco de questões refletem uma disposição geral das bibliotecas em direção à transparência e ao compartilhamento de suas informações, agindo de forma bastante proativa ao produzir dados estatísticos sobre si mesma, e divulgá-los de alguma maneira, indo ao encontro aos dados que foram sugeridos pela CGU no manual de elaboração do PDA para abertura e disponibilização, conforme ilustrado nas Figuras 1 e 2, na introdução deste trabalho.

Nos próximos blocos será possível traçar um panorama entre o perfil das bibliotecas identificado no bloco 1, os dados estatísticos que elas coletam no setor e a disponibilização desses dados no âmbito dos dados abertos governamentais.

3.5.3 BLOCO 3 DE QUESTÕES: pedidos de informação

O bloco 3, com as questões de 13 a 20 – todas objetivas, se concentrou em levantar informações sobre os pedidos de informação mais usualmente recebidos pelas bibliotecas, o conhecimento, a participação e as práticas da biblioteca adotadas em relação a LAI e ao plano de dados abertos da instituição que fazem parte.

A pergunta 13 avaliou quais os pedidos de informação via LAI são solicitados para as bibliotecas, especificados em elogios, pedidos de informação, reclamações e sugestões. Esses tipos de pedidos de informação tiveram comportamento parecido entre as respostas, navegando entre “nunca recebe” e “recebe ocasionalmente”; já pedido de informação, ficou entre “recebe frequentemente” e “recebe sempre”, evidenciando a abrangência e generalidade do termo “pedido de informação”. O comportamento dessas variáveis permaneceu o mesmo ao segmentar os dados coletados por região.

Os três indicadores mais selecionados na variável “elogios” foram: “nunca recebe”, com 13 respostas; “recebe ocasionalmente”, com 12 respostas e “recebe raramente”, com 9 respostas – totalizando 34 respostas;

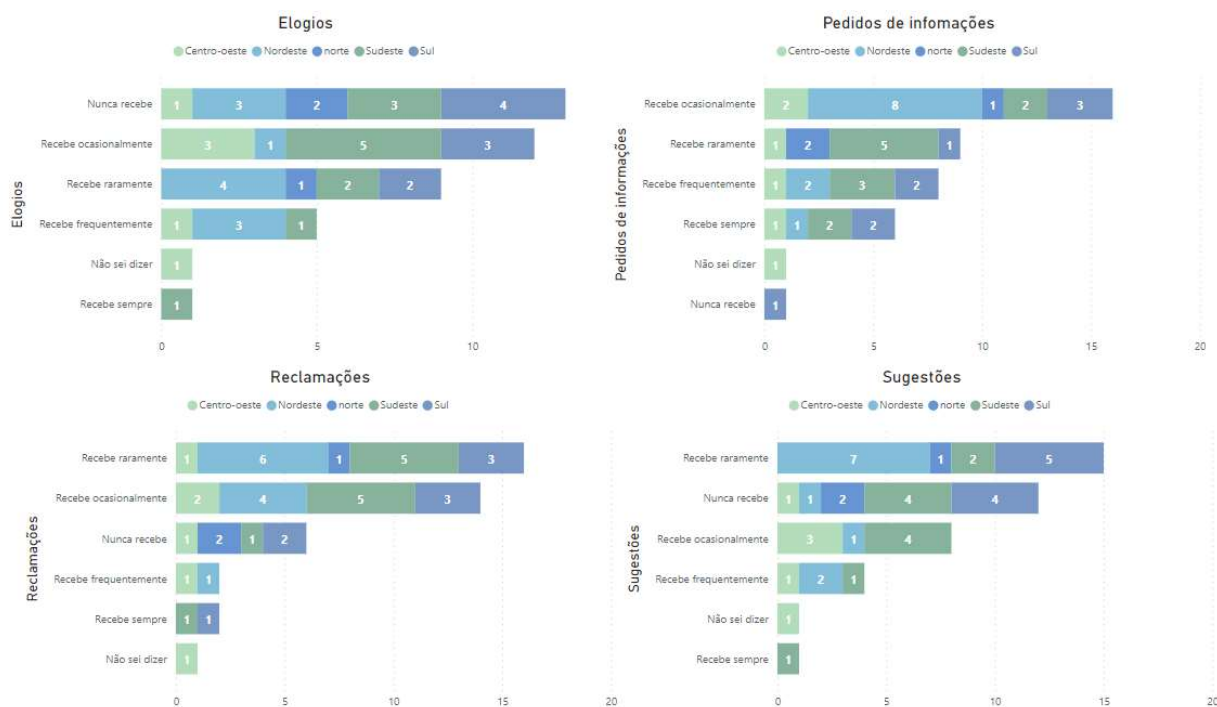
Para a variável “Pedidos de informação” os três indicadores mais selecionados foram: recebe ocasionalmente, com 16 respostas, recebe raramente, com nove respostas, e recebe frequentemente, com oito respostas, totalizando 33 respostas.

A variável “sugestões, recebeu a maioria de respostas nos seguintes indicadores: recebe raramente, 15 respostas; nunca recebe, 12 respostas; recebe ocasionalmente, oito respostas – totalizando 35 respondentes do total de 41.

Por fim, a variável “reclamações”, registrou o máximo de respostas nos indicadores a seguir: recebe raramente, com 16 respostas; recebe ocasionalmente, com 14 respostas e nunca recebe, com seis respostas – totalizando 36 respostas.

Em nenhuma região, para nenhum indicador, as opções de respostas “recebe sempre” ou “recebe frequentemente” apareceram entre as três opções mais utilizadas pelas bibliotecas respondente, como mostra a figura 34. Apenas uma biblioteca, na região Sudeste, afirmou receber sempre, tanto “elogios”, quanto “pedidos de informação”, “reclamações” e “sugestões”. E uma biblioteca, na região Centro-oeste selecionou a opção “não sei dizer” para nenhuma das quatro variáveis.

Figura 34 – Pedidos de informações recebidos via LAI por região



Fonte: dados da pesquisa.

A região Centro-oeste possui duas, das mais novas universidades do país, pode não ter havido tempo hábil suficiente para o registro de pedidos de informações, ou de elogios, sugestões e até reclamações por parte da comunidade, por essa razão, é plausível que o respondente não tenha sabido responder à questão.

A pergunta 14 buscava relacionar os dados mais solicitados com os quatro grupos de indicadores – investimentos, pessoal, atendimento e acervo. As variáveis tiveram comportamento parecido tanto na análise geral, quanto na segmentação por região. Na análise dos dados obtidos na questão, o marcador “nunca recebe” foi o mais utilizado para definir os pedidos de informações sobre gastos - 21 bibliotecas, e demandas de informações sobre equipe - 19 bibliotecas.

Pedidos de informações sobre acervos e coleções transitaram igualmente entre “recebe frequentemente – ocasionalmente e raramente”, com nove respostas cada um. Já para os pedidos de informações gerais, foi observado um comportamento diferente:

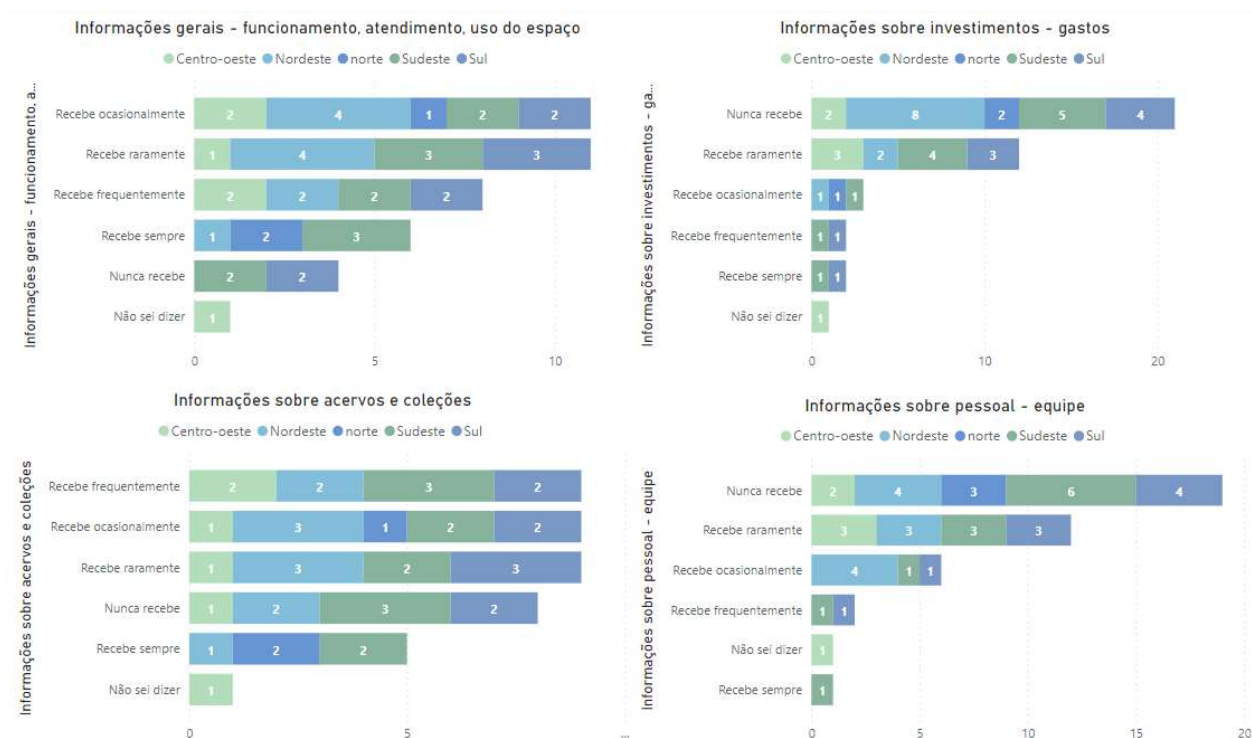
os marcadores mais utilizados foram “recebe ocasionalmente e raramente” 11 respostas para cada um.

As informações sobre investimentos/gastos não são solicitadas “nunca”, em 21 bibliotecas e “raramente” em 12 bibliotecas, representando quase 80% das total. Comportamento parecido para as demandas de informações sobre equipe, onde os marcadores “nunca recebe”, com 19 respostas e “recebe raramente” com 12 respostas, somam 75% do total de respostas do indicador.

Uma ligeira melhora foi observada nos marcadores das demandas sobre informações gerais: os dois marcadores mais utilizados “recebe ocasionalmente” e “recebe raramente”, somam 11 respostas cada um, representando mais de 53% do total. O indicador que teve o melhor desempenho foi o de acervos, os marcadores mais utilizados foram “recebe frequentemente” e “recebe ocasionalmente” receberam nove respostas cada um, totalizando quase 44% das respostas.

A região Centro-oeste não utilizou o marcador “recebe sempre” em nenhum dos quatro tipos de pedidos de informações. A mesma região registrou também o único uso do marcador “não sei dizer” em todos os tipos de pedido de informações, talvez pela mesma razão exposta na análise da questão 13. A figura 35 ilustra o comportamento das quatro variáveis analisadas na questão separadas por região.

Figura 35 – Informações mais demandadas via LAI



Fonte: dados da pesquisa.

Os dados obtidos nas questões 13 e 14 evidenciam o baixo interesse da população em obter dados e informações sobre as bibliotecas de uma maneira geral, situação observada de norte ao sul do país. Fato preocupante, já que, como levantado na literatura, o primeiro fator motivador para que o órgão promova a abertura dos seus conjuntos de dados é, justamente, “o grau de relevância para o cidadão”, obtido através dos pedidos de informação recebidos via LAI e pelo resultado da consulta pública.

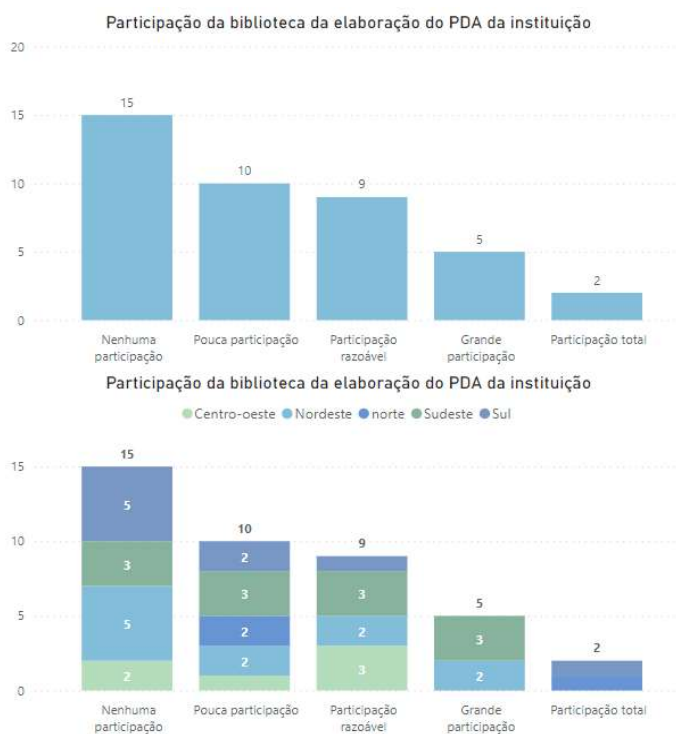
Percebe-se que, se não há um movimento de transparência passiva em direção aos dados das bibliotecas – quando a população solicita as informações via LAI, dificilmente haverá um movimento de transparência ativa, quando o órgão as disponibiliza por conta própria; logo, é improvável que esses dados sejam considerados nos inventários de dados do órgão ou priorizados na matriz de priorização para futura abertura.

A baixa procura da sociedade pelos dados das bibliotecas pode ser resultado de uma falta de conscientização sobre os benefícios e o valor dessas informações. Isso pode ser abordado por meio de ações de divulgação que demonstrem como os dados da biblioteca podem ser úteis para estudantes, pesquisadores e o público em geral, ação esta que as bibliotecas já desempenham, como observado no bloco 2 de questões.

A questão 15 versava sobre a participação da biblioteca na elaboração do Plano de Dados Abertos da instituição e, surpreendentemente, 25 respondentes, representando mais de 60% do total, afirmaram que a biblioteca tem pouca ou nenhuma participação nesse processo. O comportamento da variável na análise geral e na segmentação por região se mantém parecido, sem alterações.

Apenas duas bibliotecas – menos de 5% do total, afirmam ter total participação na elaboração do PDA da instituição – uma na região Sul, com 21 ou mais bibliotecários em sua equipe, e outra na região Norte – com no máximo seis bibliotecários no quadro de servidores, como ilustra a figura 36.

Figura 36 – Participação das bibliotecas na elaboração do PDA da instituição



Fonte: dados da pesquisa.

Se por um lado a população não demonstra interesse nos dados das bibliotecas – informação obtida nas questões 13 e 14, por outro, as bibliotecas não estão marcando presença nos Grupos de Trabalho e discussões realizadas nas etapas iniciais de elaboração do PDA, já que quase 60% dos respondentes afirmam que a biblioteca tem pouca ou nenhuma participação na elaboração do PDA.

Tal fato dificulta ainda mais a abertura dos dados da biblioteca, pois não há o movimento de transparência passiva (informações solicitadas pela sociedade) e com o resultado da questão 15, também não há o movimento de transparência ativa, sem a biblioteca presente nas primeiras etapa de elaboração do PDA para apresentar, defender e sugerir a abertura de seus próprios dados dentro do inventário de dados da instituição.

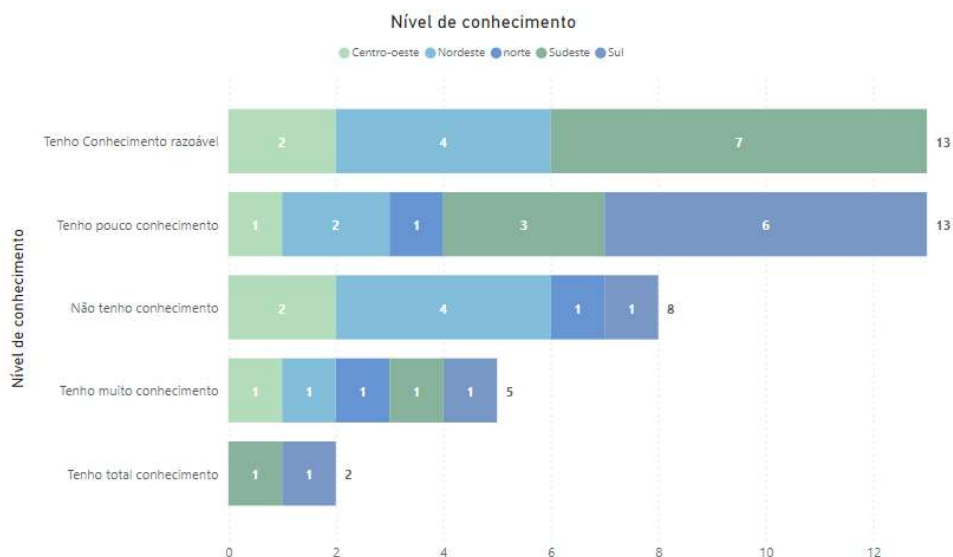
A questão 16 tinha por objetivo analisar o conhecimento dos gestores das bibliotecas sobre o PDA publicado pela instituição. Apenas dois gestores afirmaram ter “total conhecimento” sobre o PDA – um na região Sul e outro na região Sudeste. As duas opções que mais receberam respostas – 13 cada uma, foram: “tenho pouco conhecimento” ou “tenho conhecimento razoável”. A terceira opção mais utilizada foi “não tenho conhecimento” com surpreendentes oito respostas, totalizando quase 20% do total; apenas a região Sudeste não está entre os respondentes nessa opção.

Como levantado na literatura, as bibliotecas possuem um envolvimento natural com políticas de acesso aberto e são uma das maiores incentivadoras na criação de repositórios institucionais dentro de suas instituições, logo, é surpreendente observar a falta de conhecimento expressada pelos respondentes quando o assunto é o PDA da própria instituição.

No Sudeste, a variável mais selecionada pelos gestores foi “tenho conhecimento razoável” – com sete respostas; no Nordeste, oscilou entre “não tenho conhecimento” para “tenho conhecimento razoável” com quatro respostas cada; no Centro-Oeste, as variáveis mais utilizadas também transitaram entre não tenho conhecimento” para “tenho conhecimento razoável” – com duas respostas cada; no Sul, a variável mais marcada foi “tenho pouco conhecimento” com seis respostas” e na região Norte, não tenho, tenho pouco e tenho muito conhecimento, receberam uma marcação cada. A figura 37 ilustra

de que maneira o nível de conhecimento sobre o PDA das instituições se comporta em cada região.

Figura 37 – Conhecimento do gestor sobre o PDA da instituição



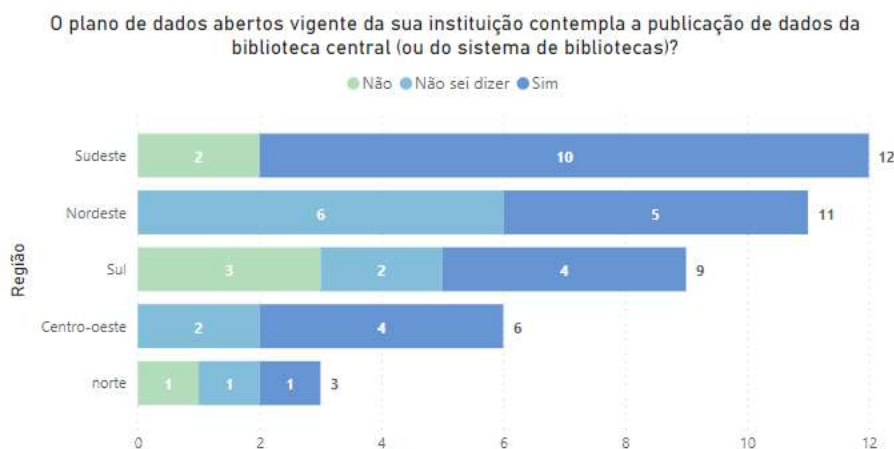
Fonte: dados da pesquisa.

O resultado da questão 16 novamente evidencia a soma de fatores já observada nas questões 13, 14 e 15; a sociedade não busca os dados das bibliotecas, a biblioteca não participa da elaboração do PDA e para completar, os gestores afirmam não ter muito conhecimento sobre o documento elaborado pela instituição em que estão vinculados; relacionando todas as quatro questões, se alcança fortes evidências de que, na prática, a *Política de Dados Abertos* do Governo Federal ainda não faz parte da cultura das bibliotecas no dia a dia.

A pergunta 17, buscava saber se o PDA da instituição contemplava os dados da biblioteca. Quase 60% dos respondentes – 24 no total, afirmaram que sim, o PDA contempla os dados das bibliotecas; seguido de 11 respondentes que não sabem dizer e seis que afirmam, que não, os dados da biblioteca não estão presentes no PDA da universidade. Ao categorizar por região, o padrão de respostas segue o mesmo, com exceção da região Nordeste, que concentra mais respostas na opção “não sei dizer” e da

região Norte, cujas respostas transitaram igualmente entre “sim”, “não” e “não sei dizer”, como demonstra a figura 38.

Figura 38 – Presença dos dados das bibliotecas no PDA da instituição

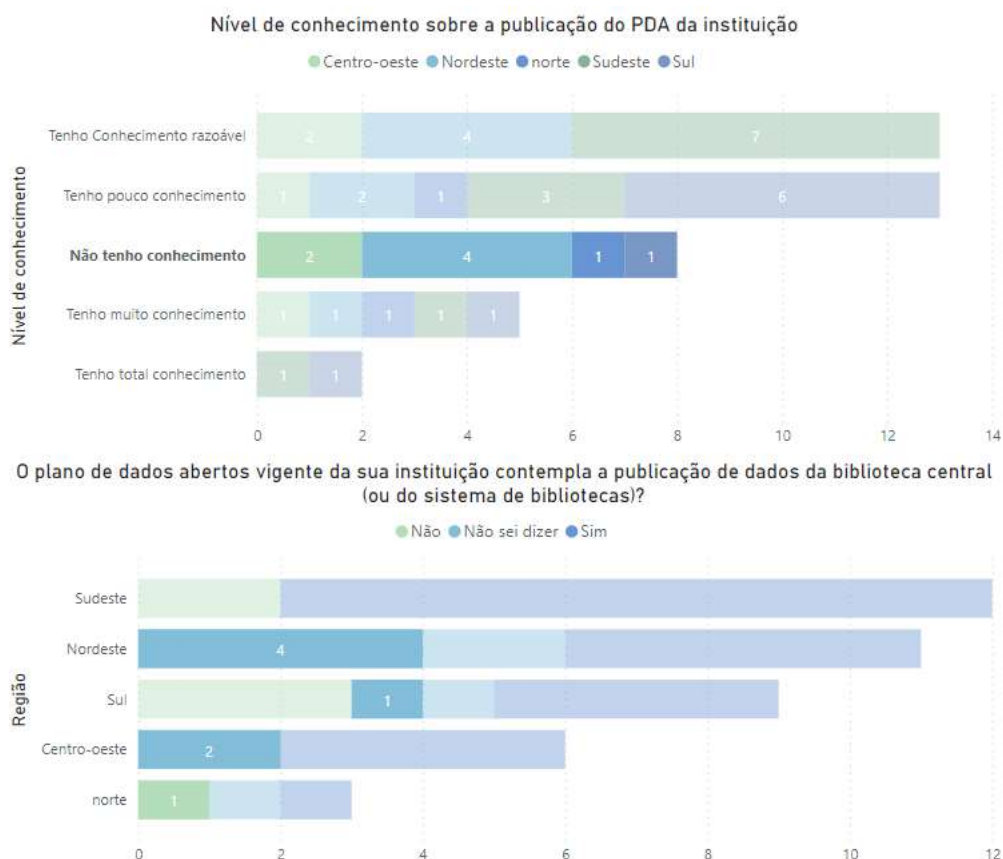


Fonte: dados da pesquisa.

É interessante observar que a maioria dos respondentes afirmou que o PDA contempla a publicação dos dados das bibliotecas, mas será que eles saberiam dizer quais dados estão previstos para abertura, uma vez que afirmam ter pouco ou nenhum conhecimento sobre o documento?

Para aprofundar o debate, um cruzamento foi feito entre as questões 16 e 17, buscando saber se, os oito respondentes que afirmaram não ter conhecimento sobre o PDA, mantiveram suas posições ao serem indagados sobre a presença dos dados das bibliotecas no documento, como ilustra o comparativo na figura 39

Figura 39 – Conhecimento sobre o PDA x disponibilização dos dados da biblioteca



Fonte: dados da pesquisa.

A análise mostrou que cada uma das duas questões receberam oito respostas cada, e todos os respondentes apresentaram o mesmo padrão de respostas – não tem conhecimento sobre o PDA e não sabe dizer se o documento contempla os dados da biblioteca.

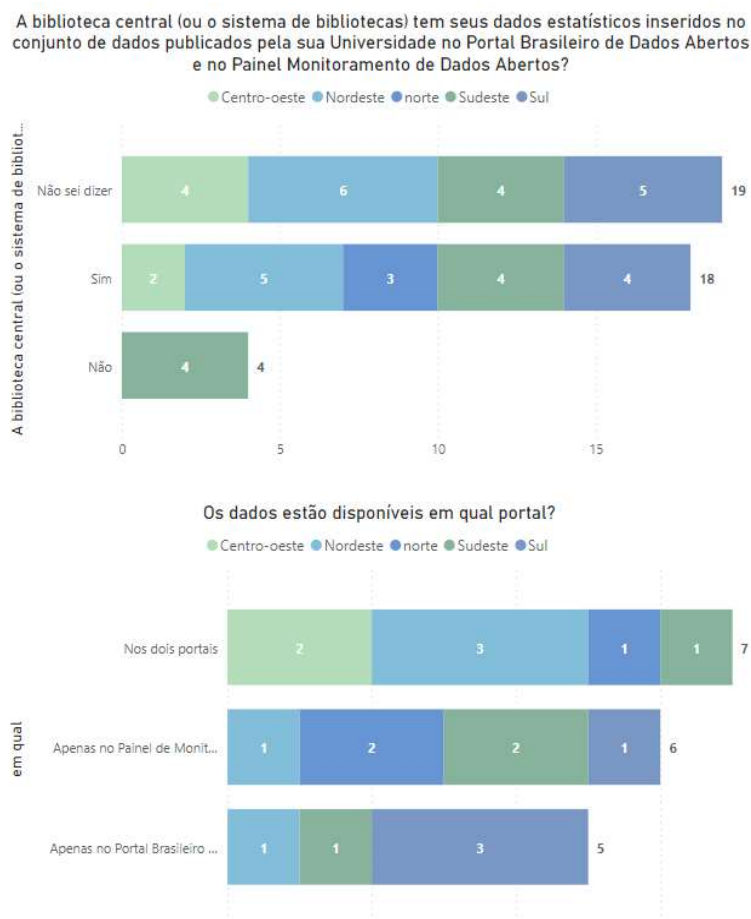
Já na pergunta 18, o objetivo era identificar se as bibliotecas têm seus conjuntos de dados inseridos no *Portal Brasileiro de Dados Abertos* ou *Painel Monitoramento de Dados Abertos* e em quais portais esses dados estão disponíveis.

Na análise geral, quase 50% dos respondentes – 19 no total, afirmou que não sabe dizer se os dados estão inseridos nos conjuntos de dados disponibilizados pela universidade; seguido de 18 respondentes, que afirmaram que sim, os dados estão inseridos nos conjuntos e, apenas quatro – todas na região na Sudeste, afirmam que os dados não estão inseridos nos portais descritos.

As segmentar por região, as respostas seguem a mesma tendência: a maioria dos respondentes afirma não saber dizer; as exceções ficam com a região Norte, onde as três bibliotecas respondentes afirmaram que sim, seus dados estão disponíveis, e a região Sudeste, que as respostas ficaram equiparadas entre “não saber”, “sim” e “não”, com quatro respondentes cada uma.

Em apenas sete, das 41 bibliotecas, os dados estão disponíveis nos dois portais, duas bibliotecas na região Centro-oeste, três no Nordeste, uma no Norte e uma no Sudeste; oito bibliotecas tem seus dados apenas no *Painel Monitoramento de Dados Abertos* e outras cinco, apenas no *Portal Brasileiro de Dados Abertos*, como demonstra a figura 40.

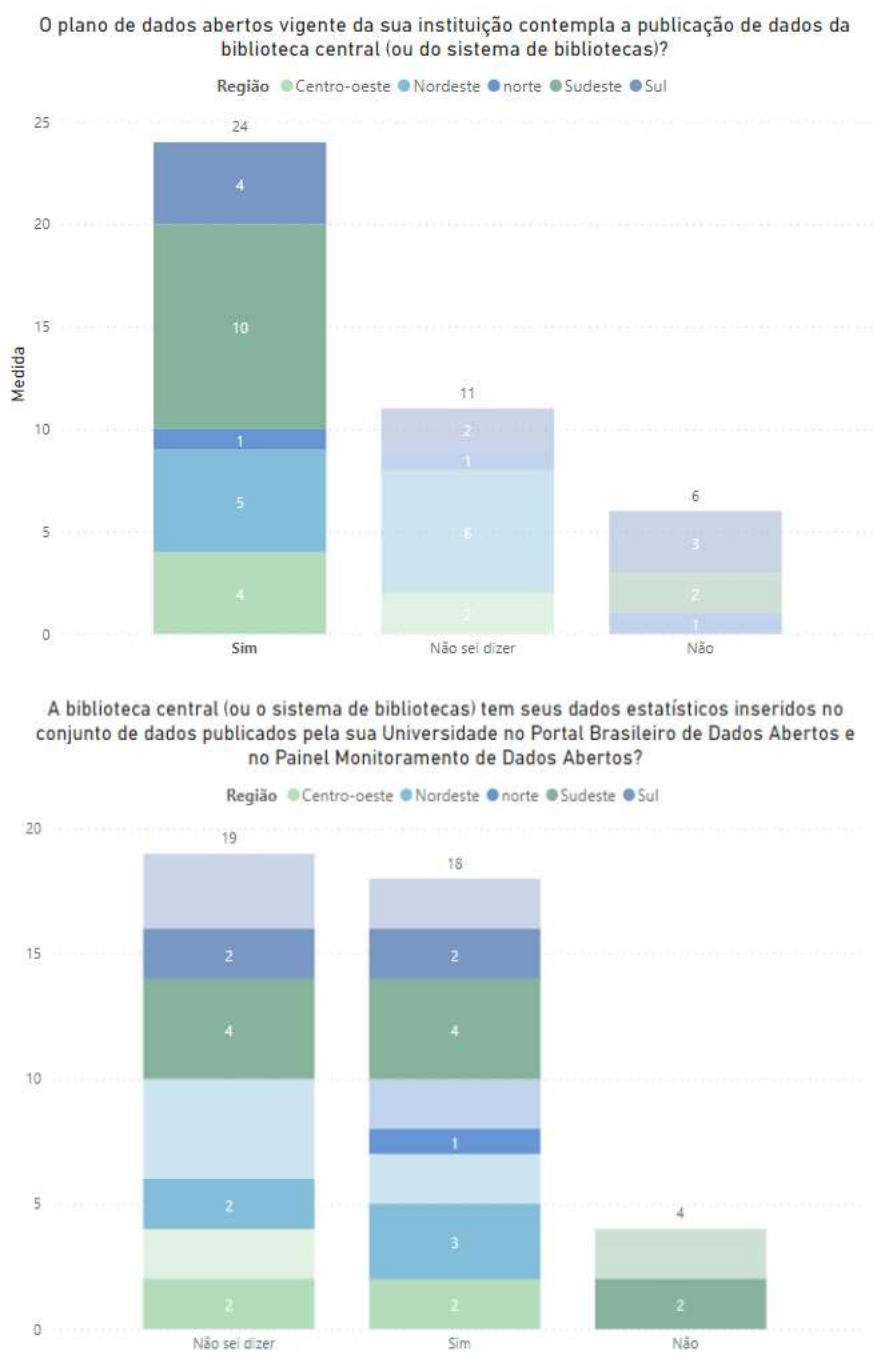
Figura 40 – Inserção dos dados das bibliotecas no *Painel Monitoramento de Dados Abertos* e no *Portal Brasileiro de Dados Abertos*



Fonte: dados da pesquisa.

Adicionalmente, para aprofundar a análise de dados do bloco, foi feito um cruzamento entre as respostas obtidas nas questões 17 e 18; e algumas incongruências foram encontradas, como aponta a figura 41.

Figura 41 – Cruzamento de informações das questões 17 e 18



Fonte: dados da pesquisa.

É mister indagar onde estão os dados das bibliotecas e se eles realmente estão disponíveis, uma vez que, na questão 17, 24 respondentes afirmaram que os dados das bibliotecas estão contemplados no PDA da instituição, porém, destes, na questão 18, apenas 12 afirmaram que sim, os dados estão disponíveis, 10 não sabem dizer se estão disponíveis e dois afirmam que não estão disponíveis; entre os 11 que responderam não saber dizer se o PDA contempla os dados da biblioteca, três afirmaram na questão 18 que os dados estão disponíveis; e, entre os seis que afirmaram que o PDA não contempla os dados da biblioteca, três afirmaram que os dados estão disponíveis.

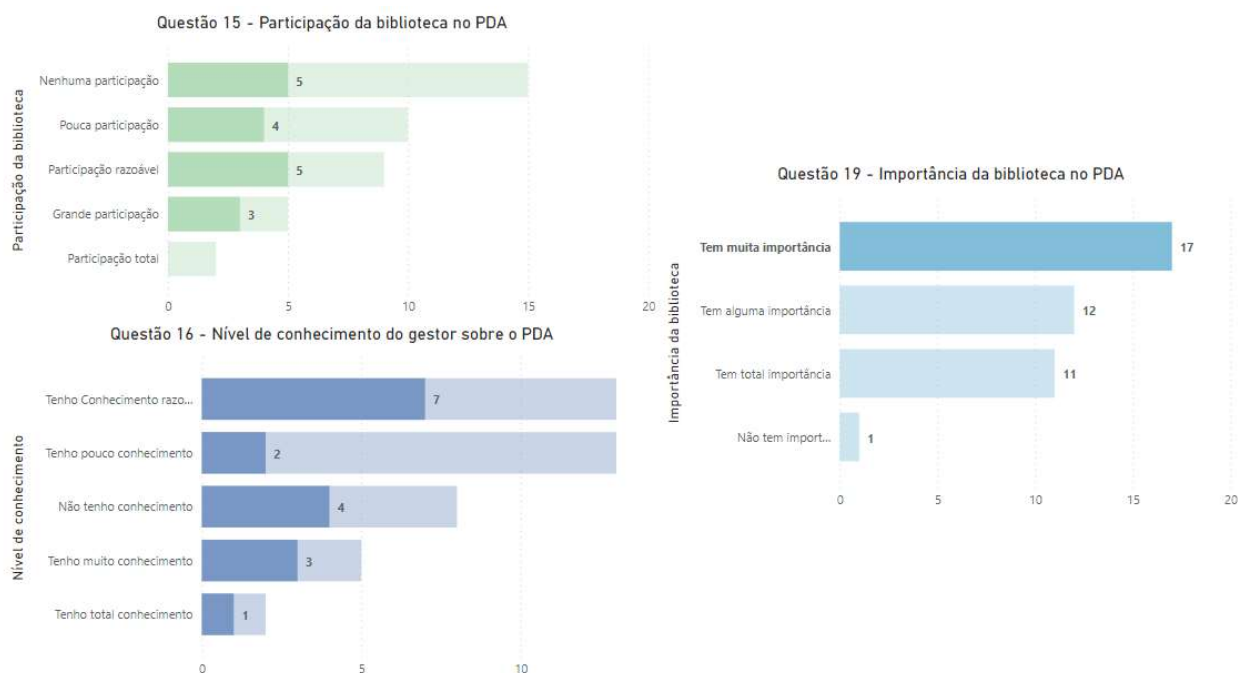
Novamente, parece haver uma confusão sobre a disponibilização dos dados e um desconhecimento sobre a elaboração do PDA, uma vez que é impossível os dados estarem disponíveis no *Portal Brasileiro de Dados Abertos* se não estiverem listados no PDA da instituição; logo, não é prudente afirmar que os dados estão disponíveis em algum dos portais sem ter o conhecimento do PDA publicado pela universidade.

Por outro lado, obviamente é possível fazer uma busca nos portais e verificar se os dados estão disponibilizados, independente de se ter conhecimento sobre o PDA ou não; e os dados podem de fato estarem disponibilizados em algum dos portais, nesse caso, a biblioteca não estaria fazendo a gestão dos dados custodiados por ela, uma vez que, sem participar da elaboração PDA, como os conjuntos de dados da biblioteca foram inventariados no PDA e disponibilizados pela instituição?

Para explorar mais a fundo a relação sobre as questões que envolvem o PDA, foi realizado um cruzamento entre as informações obtidas nas questões 15, 16 e 19 – todas sobre o PDA da instituição – para verificar se a importância da biblioteca na elaboração do PDA da instituição, se refletia no comportamento dos gestores, no que se refere ao nível de conhecimento dele sobre o PDA publicado pela instituição e na participação da biblioteca na elaboração do documento.

A comparação mostra que os dados das três questões são inversamente proporcionais; enquanto a biblioteca tem muita importância na elaboração do PDA – resposta dada por 17 respondentes, sua participação na elaboração do documento é pouca ou nenhuma, somando 25 respostas e o conhecimento do gestor sobre o PDA é pouco ou nenhum, com 21 respostas, como ilustra a figura 42.

Figura 42 – Comparação entre as questões 15, 16 e 19 relacionadas ao PDA

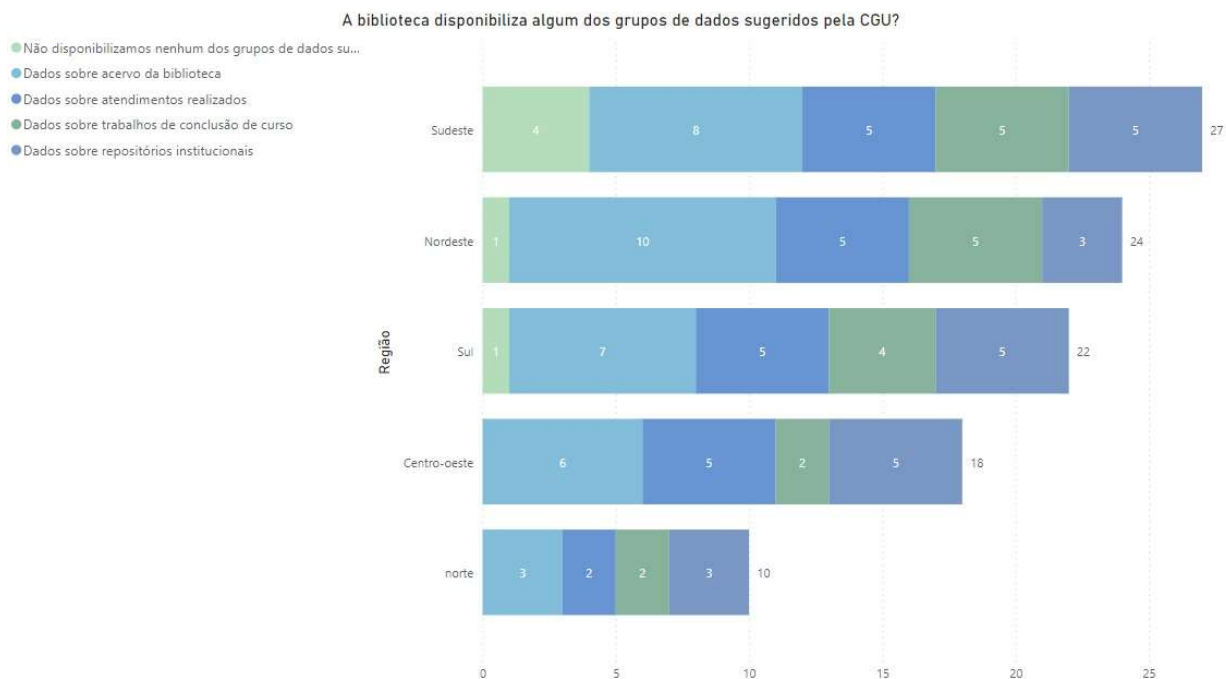


Fonte: dados da pesquisa.

Os dados obtidos no cruzamento das questões 15, 16 e 19 estão de acordo com a realidade vivenciada na universidade como um todo. Albano, Craveiro, Gaffré (2021, p. 15) citam a importância de uma “equipe multidisciplinar para atuar em todo o processo de abertura de dados, composta por profissionais da área de TIC, arquivistas, profissionais que atuam na gestão de documentos, profissionais que atuam junto à legislação”.

A última questão deste bloco, a de número 20, buscou saber quais dados, dentre os sugeridos pela CGU são disponibilizados pelas bibliotecas. Nesta questão os respondentes poderiam marcar quantas opções desejassem. Conforme a figura 43, dos 41 respondentes, 34 bibliotecas disponibilizam dados sobre seus acervos; 22 disponibilizam dados sobre atendimentos realizados; 21 dados sobre seus repositórios institucionais; 18 disponibilizam dados sobre banco de trabalhos de conclusão de curso e apenas seis afirmam não disponibilizar nenhum dado – quatro na região Sudeste, uma no Nordeste e outra no Sul.

Figura 43 – Disponibilização dos conjuntos de dados sugeridos pela CGU



Fonte: dados da pesquisa.

Os quatro tipos de dados sugeridos pela CGU para abertura, são compartilhados simultaneamente por 11 bibliotecas; três na região Sul, duas no Centro-oeste; duas no Nordeste; uma na região Norte e três na região Sudeste.

Segmentando as informações por região, o cenário permanece o mesmo, em todas as regiões: o dado mais disponibilizado é o de acervos, seguido pelo de atendimento, de repositórios institucionais e por fim, o de banco de trabalhos de conclusão de curso.

Todas as seis bibliotecas da região Centro-oeste disponibilizam dados sobre acervo, e destas, cinco também compartilham dados sobre atendimentos e repositórios institucionais e apenas duas delas compartilham dados sobre banco de trabalho de conclusão de curso. Das seis bibliotecas da região, apenas duas disponibilizam os quatro tipos de dados simultaneamente.

Na região Nordeste, 10 das 11 bibliotecas participantes da pesquisa, disponibilizam dados sobre acervo; destas, cinco também abrem seus dados sobre atendimentos realizados e bancos de TCC e três delas disponibilizam dados sobre RI. Apenas duas bibliotecas da região disponibilizam os quatro tipos de dados simultaneamente.

No Norte, todas as três bibliotecas respondentes disponibilizam dados sobre acervo e sobre RI, destas, duas também abrem os dados sobre atendimentos realizados e uma sobre banco de TCC; no total duas bibliotecas disponibilizam os quatro tipos de dados simultaneamente.

Na região Sudeste, das 12 bibliotecas respondentes, oito compartilham dados sobre seus acervos, e apenas 3 três bibliotecas disponibilizam os quatro tipos de dados simultaneamente. Por fim, na região Sul, sete bibliotecas disponibilizam dados sobre acervo, cinco sobre atendimentos realizados e dados sobre RI e três, dados sobre bancos de TCC. Das oito bibliotecas participantes da pesquisa, quatro disponibilizam os quatro tipos de dados simultaneamente.

3.5.3.1 CONCLUSÕES SOBRE O BLOCO 3

Como ficou demonstrado na etapa 1 da metodologia, a baixa frequência na quantidade de pedidos recebidos via LAI pelas bibliotecas, padrão observado pelas demandas de informações registradas pelas universidades no geral, evidencia que a comunidade ainda não manifesta interesse em contribuir ou participar das atividades desses espaços. Considerando a recente aplicação da LAI – pouco mais de 10 anos, e seu foco no combate à corrupção e a transparência pública – ações intimamente ligadas a questões de orçamento e gastos públicos, somadas à pandemia de Covid-19 que mobilizou a população em busca de informações sobre vacinas, compra de medicamentos, entre outros assuntos relacionados, é compreensível que as bibliotecas ainda estejam sendo pouco solicitadas.

De acordo com os últimos dados publicados pelo *Indicador de Analfabetismo Funcional* – INAF, em 2018 o Brasil tinha uma taxa de 30% da população sendo

considerada analfabetos funcionais. Além disso, 48% da população não possui o hábito da leitura, conforme a quinta edição do estudo “Retratos da leitura do Brasil”, publicado em 2020. Assim, somadas as duas estatísticas, tem-se conseqüentemente uma baixa frequência de usuários nas bibliotecas, daí então a baixa participação ativa da comunidade no envio de sugestões e demandas de informações não só para as bibliotecas, como visto nas questões 13 e 14 do bloco 3, e nas universidades no geral, como demonstrado nas tabelas 3 e 4 na etapa 1 da metodologia.

Os dados obtidos neste bloco de questões evidenciam que as bibliotecas estão avançando no que diz respeito a disponibilizar seus dados, inclusive de acordo com o que sugere a CGU, contribuindo para uma gestão mais eficaz e responsável de seus recursos e coleções, ajudando a promover a cultura da transparência e incentivando o envolvimento da comunidade em suas atividades.

Os resultados sugerem que a biblioteca tem um papel limitado na criação do PDA em suas instituições e que essa limitação também se reflete no nível de conhecimento dos gestores sobre esses documentos. Ao declararem pouco ou nenhum conhecimento no PDA publicado pela universidade, os gestores não estão cumprindo o seu papel de liderança, mesmo tendo a percepção da importância da biblioteca na elaboração do PDA da instituição.

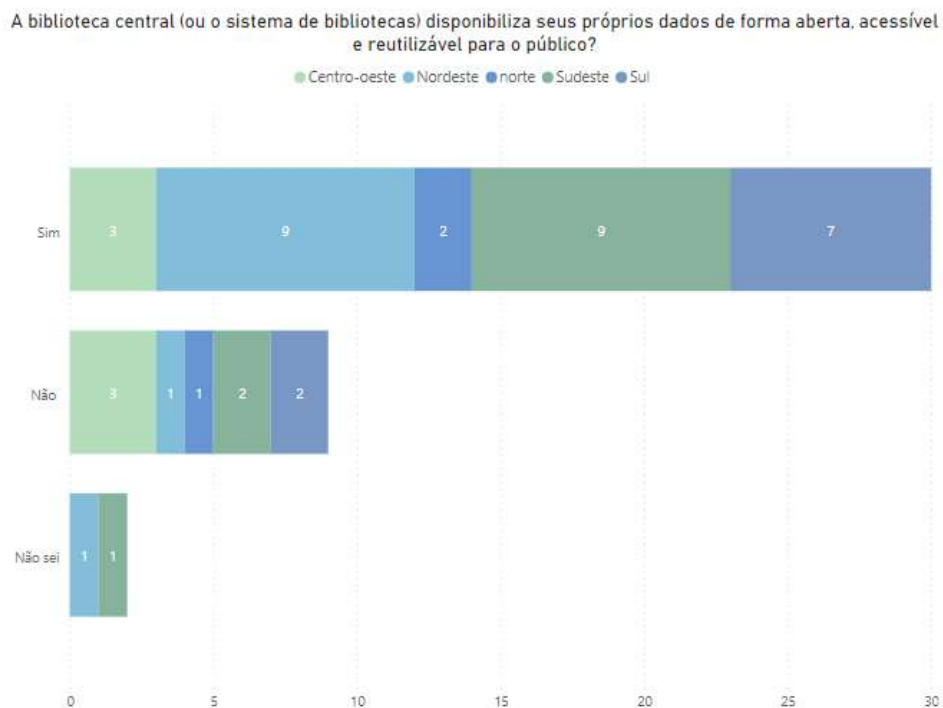
No geral, os dados indicam que as bibliotecas estão se esforçando para atender aos requisitos de transparência e abertura de dados, porém, há bastante espaço para a participação destes espaços no processo de elaboração do PDA, seja integrando os Grupos de Trabalho, participando das discussões sobre os dados sugeridos para abertura ou até mesmo incentivando a comunidade à solicitar os dados das bibliotecas por meio do e-SIC ou da consulta pública; somente a partir daí poderá ser observada a participação efetiva das bibliotecas nos processos institucionais de elaboração de PDAs e a proposição de melhorias na padronização da coleta e disponibilização de suas informações.

3.5.4 BLOCO 4 DE QUESTÕES: abertura de dados da biblioteca

No bloco 4, onde foram feitas as perguntas de 21 a 27 – todas objetivas, o propósito era levantar informações sobre a abertura e disponibilização dos dados da biblioteca, e a percepção dos gestores sobre a importância da *Política de Dados Abertos*, os benefícios dos dados abertos e as dificuldades encontradas no trabalho com os dados abertos.

A questão 21 indagava se as bibliotecas disponibilizam seus dados de forma aberta, acessível e reutilizável para o público. Conforme a figura 44, entre os 41 participantes, 30 afirmaram que sim, os dados são disponibilizados, enquanto nove indicaram que não disponibilizam seus dados. É importante destacar que dois respondentes – um da região Nordeste e outro do Sudeste, marcaram a opção “não sei”, sinalizando o desconhecimento sobre a prática em seu próprio setor.

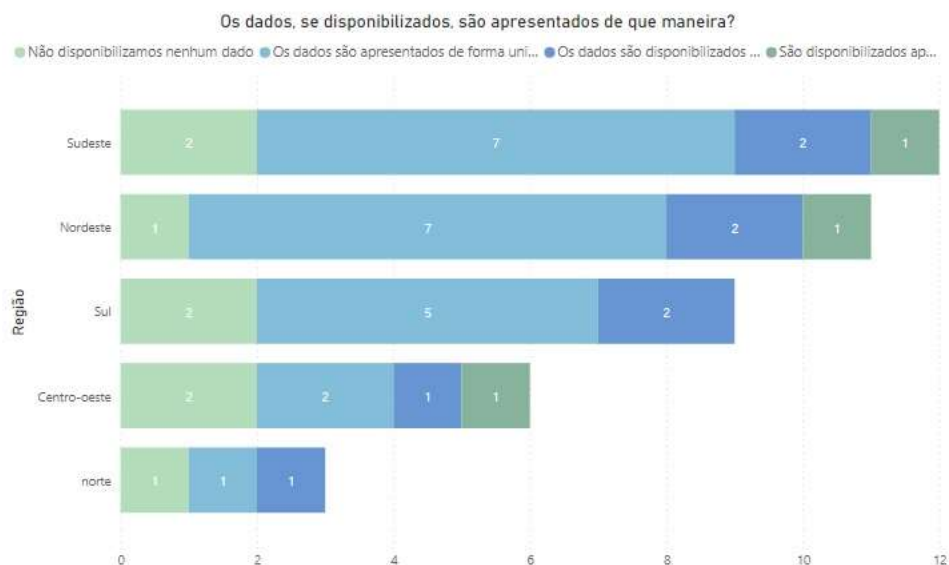
Figura 44 – Disponibilização dos dados das bibliotecas por região



Fonte: dados da pesquisa.

No que se refere à apresentação dos dados, ponto abordado na questão 22, é interessante observar as diferentes práticas adotadas pelas bibliotecas: enquanto oito participantes não disponibilizam nenhum dado, outras três disponibilizam apenas os dados da biblioteca central e outras oito, disponibilizam os dados separadamente por biblioteca. A opção que obteve o maior número de respostas e representa 53% das bibliotecas – 22 no total, são as que disponibilizam seus dados de forma unificada, de todas as bibliotecas que fazem parte do sistema. A análise segue a mesma tendência quando estratificada por região, como demonstra a figura 45.

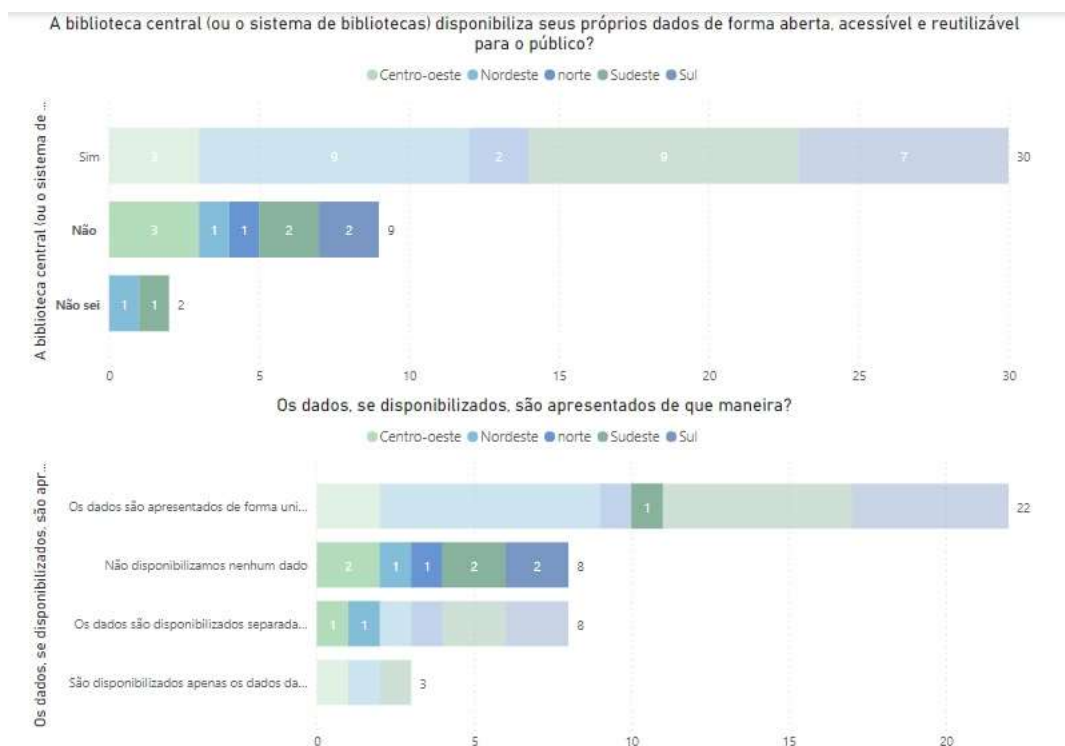
Figura 45 – Forma de disponibilização dos dados das bibliotecas por região



Fonte: dados da pesquisa.

É importante destacar que, conforme a figura 46, foi observado incongruência entre os dados obtidos na questão 21 e na questão 22. Na questão 21, respondentes de nove bibliotecas afirmaram não disponibilizar dado e dois afirmaram não saber; já na questão 22, o número de respostas na opção “não disponibilizamos nenhum dado” foi de oito respondentes.

Figura 46 – Cruzamento dos dados das questões 21 e 22

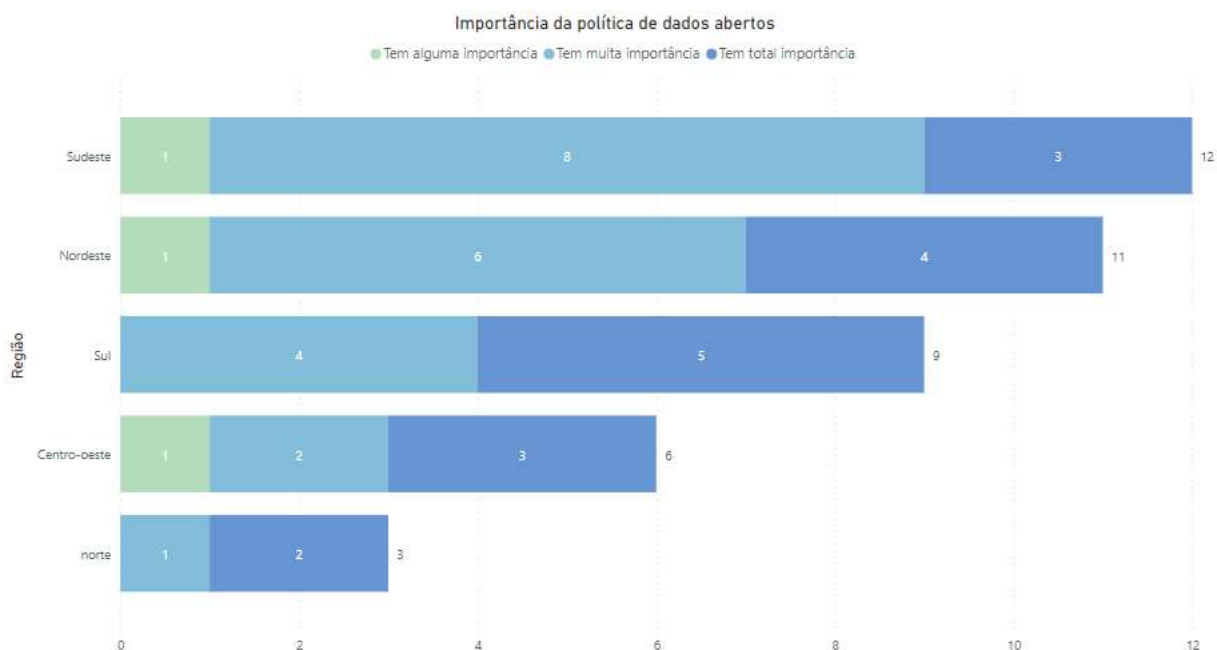


Fonte: dados da pesquisa.

Quando questionados sobre a importância da *Política de Dados Abertos* do Governo Federal como forma de ampliar o conhecimento do cidadão sobre as ações da biblioteca na questão 23, 41% dos participantes - 17 bibliotecas no total, afirmaram ser de total importância; mais de 50%, somando 21 respondentes, consideram ter muita importância e outros três percebem com alguma importância. Vale ressaltar que as opções “têm pouca importância” e “não tem importância” não foram selecionadas por nenhum participante, destacando o consenso dos gestores sobre a importância da *Política de Dados Abertos* do Governo Federal.

Cabe destacar ainda que a opção “tem muita importância” foi alavancada pelas regiões Nordeste e Sudeste, pois nas demais regiões, a opção “tem total importância” foi selecionada pela maioria dos participantes, como ilustra a figura 47.

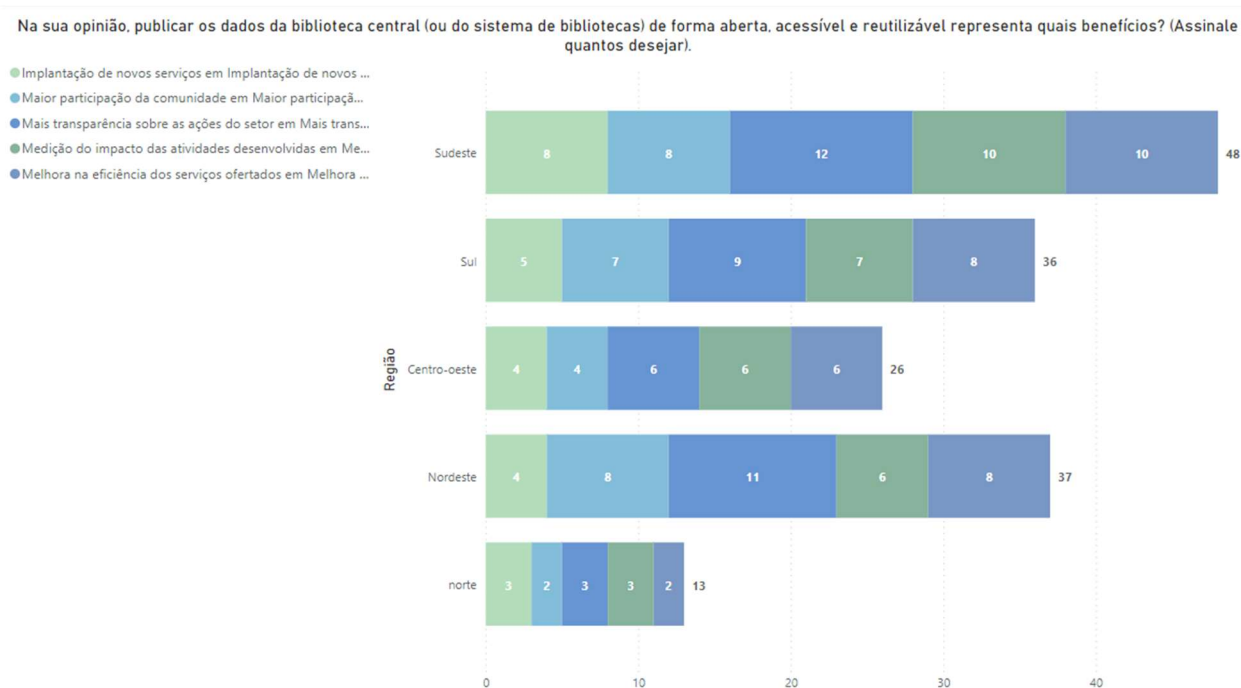
Figura 47 – Importância da Política de Dados Abertos por região



Fonte: dados da pesquisa.

A questão 24, versava sobre os benefícios em se publicar os dados da biblioteca de forma aberta, acessível e reutilizável; era possível marcar quantas opções o respondente julgasse necessário, e a resposta unânime, marcada pelos 41 respondentes, foi o benefício de “maior transparência sobre as ações do setor”, o que mostra a proximidade dos gestores com a proposta do governo aberto. A opção “não traz benefícios diretos” não foi marcada por nenhum respondente, o que evidencia a percepção dos participantes sobre os benefícios dos dados abertos, como mostra a figura 48.

Figura 48 - Percepção dos participantes sobre os benefícios dos dados abertos

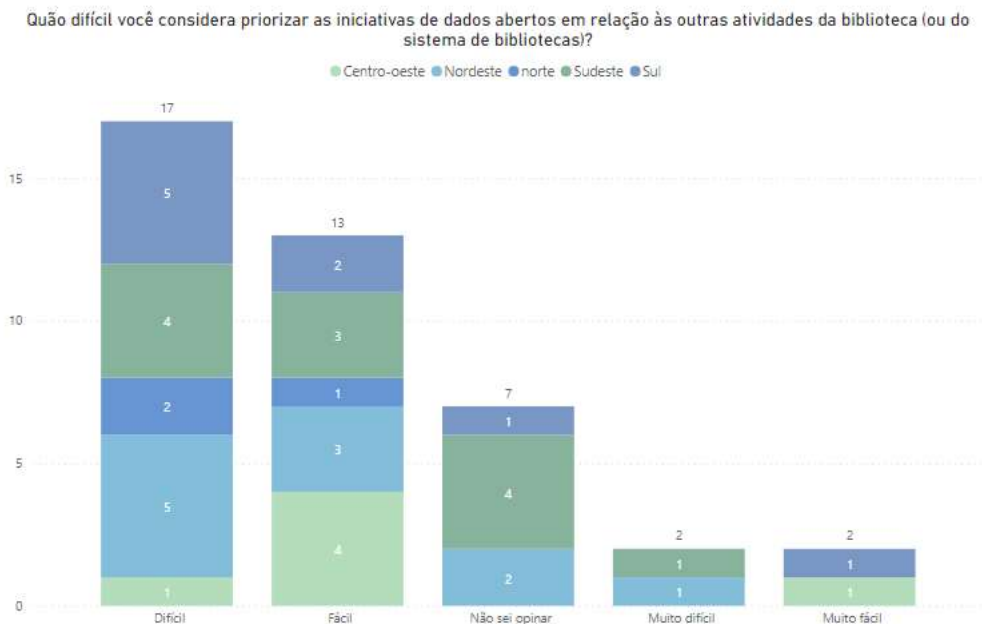


Fonte: dados da pesquisa.

Na pesquisa conduzida sobre o tema por Janssen; Charalabidis; Zuidewijk (2012), os benefícios encontrados pelos autores para estimular a publicação dos dados abertos versam principalmente sobre a sua contribuição para os valores públicos (transparência e responsabilidade), benefícios similares aos encontrados nesta pesquisa.

Indagados na questão 25 sobre o quão difícil o gestor considera priorizar as iniciativas de dados abertos frente à outras demandas do setor, as respostas oscilaram entre difícil para 41% dos respondentes e fácil, para 31% dos participantes. Tanto a análise geral como a estratificada por região apresentaram comportamento semelhante, com exceção da região Centro-oeste, onde a maioria dos respondentes considera ser fácil priorizar a atividade de dados abertos, como ilustra a figura 49.

Figura 49 – Grau de dificuldade em priorizar o trabalho com dados abertos



Fonte: dados da pesquisa.

A maioria dos gestores (41%) considera difícil priorizar as iniciativas de dados abertos em relação a outras demandas do setor. Isso sugere que há desafios percebidos na alocação de recursos e esforços para promover a abertura de dados. No entanto, é notável que 31% dos participantes achem fácil priorizar essas atividades.

A região Centro-oeste se destaca, com a maioria dos respondentes considerando fácil a priorização de iniciativas de dados abertos, o que pode refletir diferenças regionais nas condições e percepções dos gestores em relação às atividades que envolvem dados abertos ou ainda a visão estratégica dos gestores sobre o tema; talvez por serem bibliotecas mais novas, recém-criadas em virtude do REUNI, a universidade já tenha sido inaugurada com a cultura da LAI e adequado suas ações conforme a *Política de Dados Abertos* do Governo Federal, incorporando o trabalho com dados abertos na cultura da instituição.

Sobre o que seria necessário para progredir na publicação dos dados das bibliotecas, na questão 26, onde também era possível marcar quantas opções o

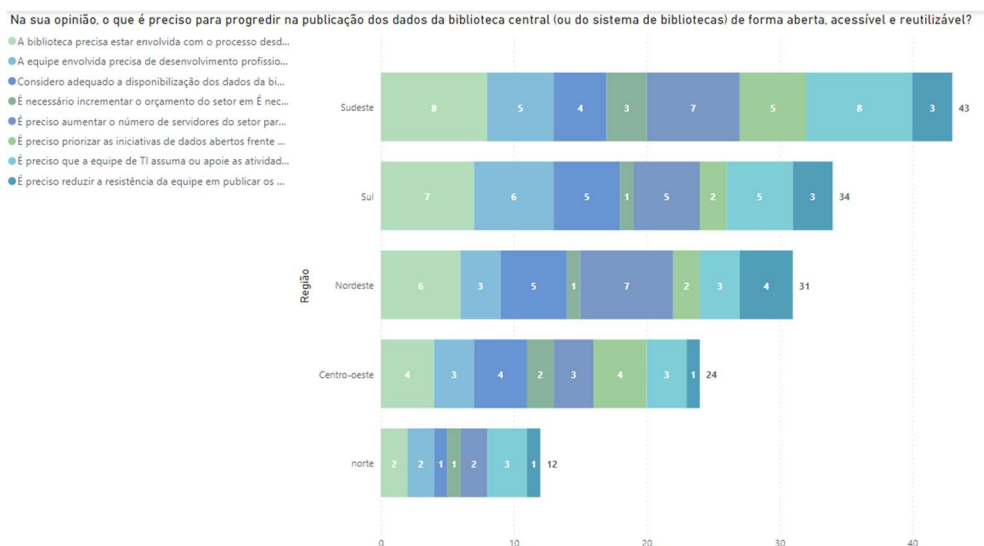
respondente julgasse necessário, as opções mais selecionadas pelos respondentes foram:

- “A biblioteca precisa estar envolvida com o processo desde a elaboração do Plano de Dados Abertos da instituição”, com 27;
- “É preciso aumentar o número de servidores do setor para atuar nessa linha de trabalho”, com 24;
- “é preciso que a equipe de TI assuma ou apoie as atividades de dados abertos”, com 22;
- o orçamento foi a menos considerada, sendo marcada por apenas oito respondentes.

Nenhuma biblioteca selecionou simultaneamente, conforme a figura 50, as oito opções sugeridas na questão e, curiosamente, 46% dos participantes - 19 bibliotecas no total, consideraram adequada a disponibilização dos dados do setor.

Surpreendentemente, o orçamento não configura como umas das dificuldades enfrentadas para otimizar o trabalho com dados abertos, visto que a opção foi marcada por apenas oito respondentes, o que representa menos de 12% do total.

Figura 50 – Quesitos para progredir na publicação dos dados abertos da biblioteca

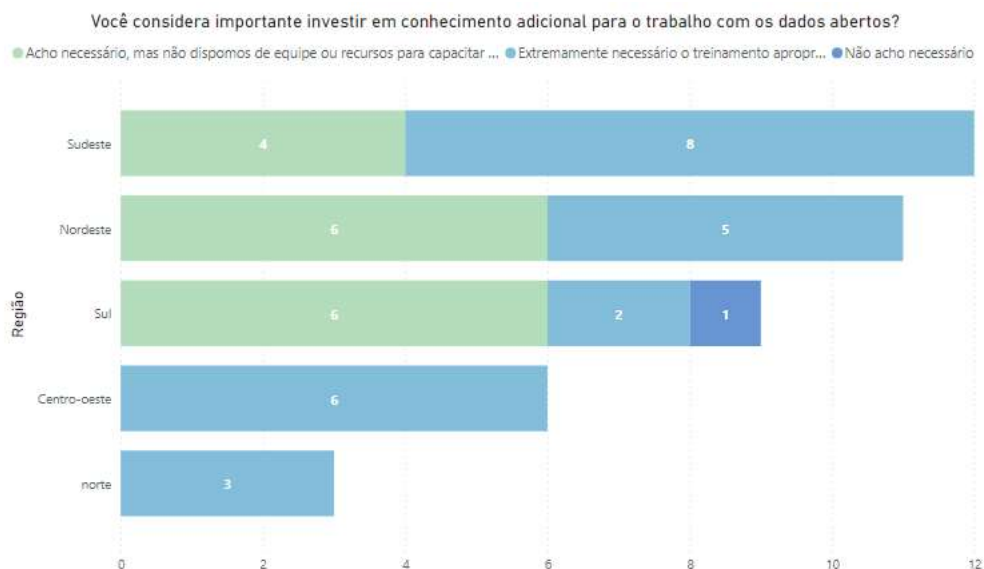


Fonte: dados da pesquisa.

No mesmo estudo, citado na análise da questão 24, Janssen; Charalabidis; Zuidewijk (2012) encontraram diversas barreiras no trabalho com dados abertos. Estas barreiras se relacionam principalmente com complexidade da tarefa de manuseio dos dados, uso de dados abertos e participação no processo de dados abertos, legislação, qualidade da informação e nível técnico; mesmas dificuldades encontradas por esta pesquisa.

Na questão 27 – última deste bloco, sobre a importância de se investir em conhecimento adicional para trabalhar com os dados abertos, mais da metade dos respondentes, conforme a figura 51, afirmaram achar “extremamente necessário o treinamento apropriado”, com 24 respostas. Em seguida, 16 respondentes afirmaram achar necessário, porém não dispõe de equipe ou recursos no momento; um respondente afirmou não achar necessário o investimento para atividade. Importante destacar que nenhuma biblioteca dispõe de equipe capacitada para trabalhar com dados abertos.

Figura 51 – Necessidade de conhecimento adicional para o trabalho com dados abertos



Fonte: dados da pesquisa.

3.5.4.1 CONCLUSÕES SOBRE O BLOCO 4

A análise geral dos dados obtidos neste bloco de questões evidencia que há alguma conscientização sobre a importância das políticas de dados abertos governamentais, considerando que a necessidade mais destacada pelos gestores é de que as bibliotecas estejam envolvidas no processo desde a elaboração do Plano de Dados Abertos da instituição, ainda que mais da metade dos gestores considerem ser difícil priorizar a atividade de dados abertos frente às outras demandas da biblioteca.

Considerando que no Brasil, o direcionamento de esforços para o trabalho com dados abertos teve seu início em 2016, estando ainda em fase de amadurecimento e, como pondera Janssen; Charalabidis; Zuiderwijk (2014), sendo os dados abertos um fenômeno recente e, portanto, estão em um estágio inicial de desenvolvimento, somado com o perfil mais tradicionalista das bibliotecas respondentes – obtido no bloco 1, é possível entender a dificuldade em priorizar essa ação, frente à outras demandas mais enraizadas e rotineiras da biblioteca.

A transparência sobre as ações do setor ter sido apontada como o benefício mais significativo da publicação de dados de forma aberta e reutilizável, está diretamente alinhada com os princípios do governo aberto e reflete a percepção dos gestores sobre a importância da prestação de contas e da comunicação eficaz com a comunidade. É notável que 46% dos participantes considerem adequada a disponibilização de dados do setor. Isso pode indicar que muitas bibliotecas já estão tomando medidas efetivas na disponibilização de dados, o que é um sinal positivo.

Sobre o envolvimento da biblioteca e a priorização da atividade de dados abertos, uma boa forma de se familiarizar com o trabalho é avaliando quais informações sobre a biblioteca devem ser publicadas como dados abertos, já que as bibliotecas coletam uma grande quantidade de informações, sugestão dada por Ayre (2017, p. 180, tradução nossa) – “esta é uma ótima maneira de mergulhar sua biblioteca no ecossistema de dados abertos e ajuda a fornecer familiaridade para futuros projetos e colaborações relacionados a dados”.

Lubisco, em 2017, apontava que menos de 20% das bibliotecas disponibilizavam seus dados de forma aberta para a comunidade; os resultados obtidos no bloco 4 de

questões mostram que, aos poucos, essa realidade está mudando, com as bibliotecas abrindo e disponibilizando cada vez mais seus dados. Assim como na pesquisa sobre dados abertos em bibliotecas conduzida por Weber (2019) nos Estados Unidos, os dados encontrados nesse bloco de questões mostram que não há relação entre a localização da biblioteca, o tamanho da equipe e a prática de publicação de dados abertos.

3.5.5 BLOCO 5 DE QUESTÕES: identificação do respondente e comentários adicionais

O bloco 5, com as questões de 28 a 30, tinha por objetivo identificar o respondente e abrir espaço para quaisquer observações ou comentários adicionais ao questionário que este julgasse necessário.

A questão 28 buscava saber a formação profissional do gestor da biblioteca; em 39 bibliotecas – quase a totalidade de respostas, os respondentes marcaram a opção “bibliotecário” para especificar seu cargo na instituição; apenas um respondente é servidor de nível médio e em outra, o coordenador é cedido de outra instituição.

Na última questão, única aberta para comentários e de resposta opcional, foram registradas nove participações entre os 41 respondentes. Entre as respostas recebidas, quase unanimidade o comentário de que a biblioteca produz seus próprios relatórios estatísticos, divulgados em seus próprios portais, ou canais de comunicação, direto com o usuário. Os comentários serão transcritos a seguir.

Entre as respostas, foi possível constatar que os gestores podem estar confundindo a previsão dos dados estatísticos da biblioteca no PDA da universidade e sua efetiva disponibilização no *Portal Brasileiro de Dados Abertos*, com a publicação dos relatórios do setor, uma vez que pelo menos um respondente afirmou

“Os dados do ___ são publicados anualmente através do relatório de Gestão”; um outro respondente também parece estar confuso quanto à publicação dos dados: *“Me dei conta de que embora façamos algumas publicações sobre dados que achamos importantes não são devidamente trabalhados ou institucionalizados”*.

Esse outro respondente foi além, e pontuou que não só os dados estão disponíveis no relatório de gestão, como são mais completos que os dados disponíveis no PDA

“Desde o ano de 2015, a Biblioteca Central disponibiliza, em seu Portal, relatório com suas principais atividades desenvolvidas durante o ano; bem como, um outro relatório com as atividades desenvolvidas pelas unidades que compõem o seu Sistema de Bibliotecas, com informações muito mais abrangentes que as apresentadas no Portal de Dados Abertos da instituição”.

Outro ponto importante, levantado no bloco 3, que diz respeito ao conhecimento do gestor sobre o PDA da instituição foi levantado por dois respondentes:

“Não compreendi de fato o que é a política de dados abertos. Temos diversos meios de publicar indicadores e demais informações para a nossa comunidade e a comunidade externa. Nossos relatórios de atividades são publicados no Portal da biblioteca, para acesso público. Contribuímos institucionalmente com informações para o Boletim de Dados da ____, Autoavaliação institucional, Censo Educação Superior, Plano de Desenvolvimento Institucional, Carta de Serviços ao Cidadão, de modo que não sei exatamente a qual política de acesso aberto esta pesquisa se refere”.

Este outro pontua que repassa os dados, porém afirma não saber se são publicados, evidenciando novamente o desconhecimento a disponibilização dos dados da instituição *“Os dados estatísticos da biblioteca são passados mensalmente para a Pró-reitoria de Ensino de Graduação, a qual a Biblioteca Central é vinculada. Não sei informar se estes dados vão para publicação de dados abertos”.*

A presença da biblioteca na elaboração do PDA, ponto abordado também no bloco 3, foi levantada por um respondente, que afirmou *“A biblioteca da instituição não foi convidada a participar dessa ação que a meu ver é de grande importância, tendo em vista a relevância do assunto”.*

A equipe de TI, ponto levantado como um desafio para as bibliotecas conseguirem avançar no trabalho com dados abertos, foi citado por um respondente:

“Quero salientar que não estou na gestão da rede de Bibliotecas, mas já estive e na oportunidade fiz parte do comitê para a construção do Plano de Gestão de Dados da Instituição, que teria validade de 2020 a 2022, no entanto, fomos acometido pela pandemia o que cancelou totalmente essa organização dos dados, tivemos que dar prioridade para outras demandas surgidas com o trabalho em home office, e em 2021 houve mudança de gestão que não priorizou esse trabalho, e inclusive o nosso portal ficou fora do ar, só agora neste mês de novembro fui novamente convidada para uma reunião do comitê para retornar os trabalhos de organização dos dados para disponibilizar, por uma exigência da CGU. Reforço, que os dados que me referi que a biblioteca divulga são exclusivamente em forma de relatórios disponíveis no portal da Biblioteca, não em forma de dados brutos para acesso aberto, por falta de condições e aportes de tecnologia disponível, mas está incluído no plano e fará parte dos dados que

serão disponibilizados pela instituição no Portal de Dados assim que se conclua os trabalhos do comitê e a equipe de TI faça os ajustes necessários para publicação”.

Duas bibliotecas parecem agir por conta própria quando o assunto é dados abertos, e direcionam ações à parte do que é feito nas universidades, como afirma este respondente:

“O ___ possui um Sistema de Dados Estatísticos, de modo a centralizar a coleta de dados. Foi elaborado um painel de navegação, ainda restrito aos servidores do SiBi, mas com intenção de serem disponibilizados na web de forma aberta. Atualmente, nossos dados encontram-se dispersos no portal do SiBi e no painel de indicadores da ___, além do Portal Brasileiro de Dados Abertos. Entretanto é necessário aprimorar a coleta e disponibilização desses dados, especialmente os relativos a serviços”.

E este outro respondente também:

“Considero que as bibliotecas têm por tradição apresentar seus dados à comunidade por meio dos relatórios, mas o formato de dados abertos, ainda não é bem absorvido pelas equipes. Talvez o uso dos dois formatos possa ajudar a criar a cultura de fornecer os dados no formato de dados abertos. Acredito que uma mudança na estrutura dos sites em três grandes blocos: acesso à informação (acervos e estoques de informação); outros serviços de informação e transparência, ajudem a marcar a natureza do serviço”.

Os comentários recebidos na questão 30 reforçam o que ficou evidente com as respostas obtidas nas questões objetivas; as bibliotecas direcionam esforços na coleta e disponibilização dos seus dados estatísticos de maneira independente, à margem das ações relacionadas ao PDA e a disponibilização de dados abertos da instituição, conduzido pelos grupos de trabalho dentro das universidades, do qual, pelas respostas, a biblioteca não faz parte.

3.5.5.1 CONCLUSÕES SOBRE O BLOCO 5

As respostas obtidas no último bloco de questões destacam uma série de desafios e questões relacionadas à abertura de dados estatísticos de bibliotecas no contexto dos dados abertos. Primeiramente, há uma falta de clareza entre os gestores de bibliotecas

sobre o que exatamente constitui a *Política de Dados Abertos* do Governo Federal e como ela se relaciona com a disponibilização de relatórios estatísticos.

Além disso, o desconhecimento sobre a política de dados abertos da instituição e a falta de envolvimento das bibliotecas na elaboração do PDA evidenciam a necessidade de uma maior integração e comunicação entre os diversos setores da universidade. A colaboração entre a equipe de TI e a da biblioteca é fundamental para avançar no trabalho com dados abertos, conforme destacado por um dos respondentes. A pandemia e outras prioridades também podem ter impactado negativamente a implementação de planos relacionados aos dados abertos.

Alguns respondentes relatam o esforço independente na coleta e disponibilização de dados, evidenciando a centralização da coleta de dados e na publicação de relatórios, contrariando os preceitos dos dados abertos. A sugestão de usar tanto relatórios tradicionais quanto formatos de dados abertos para promover a cultura da transparência é interessante e pode ser uma estratégia eficaz.

As respostas recebidas nesse bloco de questões refletem a complexidade da implementação de políticas de dados abertos nas bibliotecas das universidades brasileiras, destacando a necessidade de educação, colaboração e conscientização para garantir que essas instituições possam contribuir de forma eficaz para o movimento de dados abertos e governo aberto em suas universidades.

4. CONCLUSÃO E SUGESTÕES DE ESTUDOS FUTUROS

A pesquisa desenvolvida propôs-se a analisar a abertura dos dados estatísticos das bibliotecas de universidades federais brasileiras, conforme preceituam as iniciativas de governo aberto e a legislação vigente no país, além de levantar os dados que estão abertos e disponíveis no *Portal Brasileiro de Dados Abertos*, com o intuito de compreender o envolvimento das bibliotecas com a atividade de dados abertos dentro da instituição onde estão inseridas. Os objetivos específicos propostos na pesquisa, conforme o quadro 4, foram atingidos em sua totalidade.

Quadro 4 – Objetivos alcançados com a pesquisa

Objetivo da pesquisa	Resultado alcançado
OE 1 – Levantar quais os dados sobre universidades federais foram mais solicitados pela sociedade via LAI	Objetivo alcançado na etapa 1 da metodologia – os resultados mostraram a baixa procura da população pelos dados das universidades e menos ainda, das bibliotecas
OE 2 – Identificar no painel “Monitoramento de dados abertos” as informações relacionadas ao Plano de Dados Abertos da universidades e suas bibliotecas	Objetivo alcançado na etapa 1 da metodologia – os resultados apontaram que a maioria das universidades não contempla os dados das bibliotecas em seus PDAs
OE 3 – Identificar no Portal Brasileiro de Dados Abertos quantos e quais conjuntos de dados com informações estatísticas sobre as bibliotecas das universidades federais estão abertos	Objetivo alcançado na etapa 1 da metodologia – a análise dos dados mostrou que poucas são as universidades que disponibilizam conjuntos de dados sobre as bibliotecas
OE 4 – Identificar quais dados estatísticos são coletados pelas bibliotecas universitárias sobre uso, espaço físico, acervos, produtos e serviços	Objetivo alcançado na etapa 2 da metodologia – bloco 2 de questões; os dados reunidos evidenciam que as bibliotecas coletam e disponibilizam dados estatísticos à parte do PDA da universidade
OE 5 – Analisar o envolvimento das bibliotecas com a política de dados abertos da instituição	Objetivo alcançado na etapa 2 da metodologia – blocos de questões 3 e 4; os dados sugerem que as bibliotecas estão pouco envolvidas com a abertura de dados das universidades embora considerem o trabalho muito importante

Fonte: elaborado pela autora.

Os resultados da pesquisa revelam que as bibliotecas estão direcionando esforços para coletar e disponibilizar seus dados estatísticos, através de relatórios, boletins e redes sociais, porém, o trabalho com dados abertos em si ainda é bastante imaturo e

incipiente nas atividades do setor. O fato de quase nenhuma biblioteca utilizar normas técnicas para definir seus indicadores de coleta de dados, resulta na grande diversidade de conjunto de dados encontrados no *Portal Brasileiro de Dados Abertos*, referente às bibliotecas, dificultando a seleção de pontos de dados para fins de comparação entre as instituições.

Como as estatísticas das bibliotecas estão sendo inventariadas? Quem está catalogando os dados das bibliotecas, os estatísticos e os dados de pesquisa? Como esses dados serão abertos da maneira a atender a *Política de Dados Abertos* do Governo Federal se eles não estão sendo inventariados e não fazem parte do PDA da instituição? As bibliotecas caminham bem até o levantamento dos dados de suas atividades e ações; porém, quando se trata de apresentar e divulgar institucionalmente essas informações, de maneira conjugada com os dados da instituição como um todo, há uma lacuna, o que reforça a ideia de bibliotecas como organismos isolados dentro da instituição.

A relação inversamente proporcional entre a real participação da biblioteca na elaboração do PDA ser quase zero e a importância dada à presença da biblioteca na atividade de dados abertos ser elevada, revela fragilidades no desenho que a instituição faz ao considerar quais setores participarão do grupo de trabalho e das discussões referentes à elaboração do PDA.

A tríade da baixa procura da sociedade pelos dados das bibliotecas, a baixa participação da biblioteca na elaboração do PDA da instituição e o baixo conhecimento dos gestores sobre o PDA publicado pela instituição revela um desafio significativo na promoção da transparência e na efetiva disponibilização de informações por parte da biblioteca.

Prudente lembrar que, o universo de usuários da biblioteca das universidades federais contempla não somente os estudantes e corpo técnico e docente da universidade, como também ex-alunos, futuros alunos e, obviamente, os não usuários, a população, o cidadão - pagador de impostos, que pode e deve solicitar os dados, embora não o faça, como fins de controle e participação popular. Ou seja, disponibilizar os relatórios e dados apenas em seus portais não configura uma participação plena com

foco na transparência ativa e abrangente da biblioteca na *Política de Dados Abertos* do Governo Federal.

Como reflexão do estudo, surge o questionamento: as bibliotecas estão preparadas para abrir livremente seus dados, sabendo que estão sujeitas ao julgamento de valor das atividades que exercem versus os custos e investimentos que lhe são direcionados? Será que as bibliotecas estão de fato empenhadas em liberar seus dados para a comunidade, ou seus relatórios de atividades disponibilizados são modelados para apresentar apenas a parte do trabalho que demonstra seu sucesso, sua importância, talvez com o receio de que, ao cruzar dados de servidores, custos, assinaturas e uso efetivo do espaço, o cidadão perceba que na verdade a biblioteca está custando caro aos cofres públicos?

Ao disponibilizar seus dados de modo aberto, acessível e reutilizável para o cidadão, com todas as suas fraquezas e vulnerabilidades, a biblioteca fica sujeita ao escrutínio público e como reagiria caso o usuário observasse que os custos de assinaturas digitais são muito altos para o pouco uso demonstrado nas estatísticas e sugerisse o cancelamento da assinatura em questão, argumentando o uso do dinheiro público? São questões a serem pensadas quando se fala em abrir irrestritamente os dados das bibliotecas.

Como esperado, a importância do trabalho com dados abertos é reconhecida pelos gestores das bibliotecas, porém, é necessário o envolvimento de mais pessoas, visto que a equipe de TI foi assinalada por mais da metade dos respondentes; contudo, não é competência da equipe de TI fazer o inventário dos dados, as bibliotecas são as donas dos dados e precisam assumir seu papel de detentoras e curadoras dos dados que geram ou custodiam; porém com o resultado da pesquisa fica evidente que as bibliotecas estão distantes de avançar tanto no âmbito dos dados abertos do governo quanto na gestão dos dados de pesquisa.

A reflexão final deste estudo destaca a importância de um olhar crítico e ativo em relação ao trabalho com dados abertos. A ausência de inventário e catalogação dos dados estatísticos e de pesquisa reflete uma postura inerte das bibliotecas frente às demandas contemporâneas de disponibilização digital.

A biblioteca, ao não liderar efetivamente o trabalho com dados abertos, não apenas dentro da instituição, mas também na promoção de uma rede colaborativa, perde a oportunidade de estabelecer modelos inovadores para a abertura de dados entre seus pares. Em última análise, a chamada para a reflexão é um convite à transformação e ao protagonismo das bibliotecas em um ambiente cada vez mais digital e orientado por dados.

Essa dissertação cumpriu com os objetivos delineados no Quadro 4 no que se refere a analisar a abertura dos dados das bibliotecas no contexto da *Política de Dados Abertos* do Governo Federal; no entanto, a pesquisa esbarrou na dificuldade em receber o retorno do questionário de todas as bibliotecas participantes, resultando em uma análise incompleta da realidade do trabalho com os dados abertos governamentais por estes espaços; nesse sentido, propõe-se:

- a) Ouvir todas as 69 bibliotecas universitárias vinculadas ao MEC, para que as dificuldades em relação ao trabalho com dados abertos sejam esclarecidas e a atividade possa então fazer parte da rotina do setor, engajando servidores e aproximando a biblioteca da instituição.
- b) Aprofundar os estudos que buscam compreender o baixo monitoramento e interesse da população em obter dados sobre as bibliotecas, considerando que uma das premissas para a abertura dos dados da instituição é o grau de relevância para o cidadão.
- c) Examinar o relatório de acesso à informação divulgado pela ouvidoria do órgão e verificar sua consistência com a nuvem de *tags* disponível no painel "Lei de Acesso à Informação", com o objetivo de identificar possíveis incongruências na taxonomia de dados utilizada pela CGU ao indexar os assuntos solicitados no painel;
- d) Cruzar as informações sobre o orçamento da universidade disponibilizado pelo governo federal no Portal da Transparência com os dados abertos de investimentos disponibilizados pelas bibliotecas como forma de fortalecer a necessidade de investir recursos nas bibliotecas de maneira contínua;
- e) Investigar em detalhes quais tipos de dados e em que formatos estão sendo disponibilizados e para além desta, é mister desenvolver um modelo

norteador para a coleta e o compartilhamento de dados para as bibliotecas universitárias, como forma de otimizar a organização das informações que serão disponibilizadas, de modo a padronizar a apresentação dos dados, facilitando a busca e visualização dessas informações nos portais e a comparação entre as instituições como forma de sugerir melhorias e implantar novos serviços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albano, Cláudio Sonaglio; Craveiro, Gisele da Silva; Gaffrée, João Roberto de Lima. Oferta de dados abertos em universidades federais brasileiras: um estudo dos Planos de Dados Abertos. 2021. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 1–18, 2021. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1748>. Acesso em: 31 ago. 2023.

Amorim, Michelle Ribeiro Lage de; Silva, Felipe de Souza da. Impactos da implantação da lei de acesso à informação no serviço público: uma análise das dificuldades e benefícios à cidadania. In SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 9., 2014. **Anais...** Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/8820506.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2022.

Ansari, Bahareh; Barati, Mehdi; Martin, Erika G. Enhancing the usability and usefulness of open government data: a comprehensive review of the state of open government data visualization research. **Government Information Quarterly**, v. 39, n. 1, 2022.

Araújo, Taiana Fortunato; Mello, Maria Tereza Leopardi. Avaliação da Lei de Acesso à Informação brasileira: uma abordagem metodológica interdisciplinar. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 3, n. 2, 2016.

Attard, Judie; Orlandi, Fabrizio; Scerri, Simon; Auer, Sören. A systematic review of open government data initiatives. **Government Information Quarterly**, v. 32, n. 4, p. 399-418, 2015.

Ayre, Lori Bowen; Craner, Jim. Open data: What it is and why you should care. **Public Library Quarterly**, v. 36, n. 2, p. 173-184, 2017.

Berners-Lee, T. **Linked data-design issues**. W3C, 2006. Disponível em: <https://www.w3.org/DesignIssues/LinkedData.html>. Acesso em: 15 maio 2021.

Berners-Lee, T. 5 * Open Data. Disponível em: <http://5stardata.info/>. Acesso em: 28 jun. 2021.

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 ago. 2023.

Brasil. Controladoria-Geral da União. **Avaliação da OCDE de Governo Aberto no Brasil**, 2002. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/governo-aberto-e-a-ocde/avaliacao-da-ocde-de-governo-aberto-no-brasil-1>. Acesso em: 16 abr. 2023.

Brasil. Controladoria-Geral da União. **1º plano de ação nacional em governo aberto**. Brasília 2011. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/46243>. Acesso em: 05 out. 2023.

Brasil. Controladoria-Geral da União. **4º plano de ação nacional em governo aberto**. Brasília 2018. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/46277>. Acesso em: 15 out. 2023.

Brasil. Controladoria-Geral da União. **Guia de transparência ativa para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal**. Brasília, DF: STPC/CGU, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/gta-7-guia-de-transparencia-ativa-final.pdf>. Acesso em: 27 out. 2023.

Brasil. Controladoria-Geral da União. **Manual de elaboração de planos de dados abertos (PDAs)**. Brasília, DF: STPC/CGU, 2020. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/46702>. Acesso em: 21 jan. 2023.

Brasil. Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016. Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 maio 2016. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8777.htm. Acesso em: 03 nov. 2023.

Brasil. Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020. Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 abr. 2020. Seção 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10332.htm. Acesso em 03 nov. 23.

Brasil. Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Seção 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em 03 nov. 2023.

Brasil. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Oficina do Grupo de Trabalho de elaboração do Plano de Dados Abertos 2023 – 2025**. Brasília, 15 de agosto de 2023.

Brasil. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI. **Cartilha técnica para a publicação de dados abertos no Brasil**. Disponível em: <https://cgugovbr.sharepoint.com/:b:/s/ou-stpc-dtc-cgat/Eaz3GlnxKxxBmofpquodaQkByKXPN7FkC473qtbylEilhw?e=4qddlc>. Acesso em: 10 out. 2023.

Brasil. Resolução n° 3, de 13 de outubro de 2017. Aprova as normas sobre elaboração e publicação de Planos de Dados Abertos, conforme disposto no Decreto n° 8.777, de 11 de maio de 2016. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 out. 2017. Seção 1.

Brasil. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Instrução normativa n° 4, de 12 de abril de 2012. Institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos - INDA. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 abr. 2012. Seção 1. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/legislacao/InstrucaoNormativaINDA42012.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2023.

Breitman, Karin; Salas, Percy; Casanova, Marco Antônio; Saraiva, Daniel; Gama, Vinícius Gama; Viterbo, José; Magalhães, Regis Pires; Franzosi, Ednylton; Chaves, Miriam Chaves. Open government data in Brazil. **IEEE Intelligent Systems**, v. 27, n. 3, p. 45-49, 2012.

Cardoso, Onésimo de Oliveira. Comunicação empresarial versus comunicação organizacional: novos desafios teóricos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, p. 1123-1144, 2006.

Cezar, Layon Carlos. Reflexões sobre a comunicação em políticas públicas: proposta de um modelo de avaliação da comunicação governamental. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 52-70, jan. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/6shdxQ3fVjRQmzMJRf49SZr/abstract/?lang=pt> Acesso em 19 dez. 2021.

Coneglian, C. S., ROA-MARTINEZ, S. M., FERREIRA, A. M. C. F., VIDOTTI, S. A. B. G., SANTAREM-SEGUNDO, J. E. Tecnologias da Web Semântica na arquitetura da informação. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, v. 42, n. 1, p. 23-35, 2019. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/33870/1/v42n1a3.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.

Davies, Tim G.; Bawa, Zainab Ashraf. The promises and perils of open government data (OGD). **Journal of Community Informatics**, v. 8, n. 2, p. 1-6, 2012.

Dias, Thiago Ferreira; Garcia, Anna Beatriz Rodrigues; Camilo, Nathália Lara Fagundes Souza. Um Olhar sobre o governo aberto no nível subnacional. **Grupo de Investigación en Gobierno, Administración y Políticas Públicas - GIGAPP Estudios Working Papers**, v. 6, n. 111-115, p. 83-100, 2019.

Duarte, Jorge. Comunicação pública. *In*: Lopes, Boanerges (org.). **Gestão em comunicação empresarial: teoria e técnica**. São Paulo: Atlas, 2007.

Duarte, Jorge. Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública. *In*: Kunsch, Margarida M. Krohling (org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2011. p. 121-134.

Eaves, David. **The Three Laws of Open Government Data**. 2009. Disponível em: [The Three Laws of Open Government Data | eaves.ca](http://eaves.ca). Acesso em: 12 mar. 2023.

Fong, K. C. H., Au, C. H., Lam, E. T. H., & Chiu, D. K. Social network services for academic libraries: A study based on social capital and social proof. **The Journal of Academic Librarianship**, v. 46, n. 1, p. 102091, 2020.

Gordon-Murnane, Laura. Do-It-Yourself data and tools courtesy of the government. **Online Searcher**, v. 39, n. 5, p. 16 – 22, 2015.

International Organization for Standardization. **ISO 11620:2014**. Information and documentation – libraries performance indicators. 3. ed. Geneva, Switzerland, 2014. 100 p.

Jackson, Brian. The State of Canadian Library Data. Partnership: **Canadian Journal of Library and Information Practice and Research**, v. 10, n. 1, 2015. Disponível em: <https://journal.lib.uoguelph.ca/index.php/perj/article/view/3505>. Acesso em: 29 abr. 2021.

Janssen, Marijn; Charalabidis, Yannis; Zuiderwijk, Anneke. Benefits, adoption barriers and myths of open data and open government. **Information systems management**, v. 29, n. 4, p. 258-268, 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10580530.2012.716740>. Acesso em 20 set. 2023.

Kočouski, Marina. **A comunicação pública face ao dever estatal de informar** – pra não dizer que não falei das flores: estudo de caso do Incra-SP. 2012. Dissertação (Mestrado), Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-17052013-133211/pt-br.php>. Acesso em 21 dez. 2021.

Krishnamurthy, M. Open access, open source and digital libraries. **Program**, v. 42, n. 1, 2008, p. 48-55.

Kunsch, Margarida M. Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. 4. ed. São Paulo: Summus, 2003.

Kunsch, Margarida M. Krohling. Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. *In*: Matos, Eloísa (org.) **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2012. p. 13-31.

Khurshid, Muhammad Mahboob; Zakaria Nor Hidayati; Rashid, Ammar; Ahmad, Mohammad Nazir; Arfeen, Muhammad Irfanullah; Shehzad, Hafiz Muhammad Faisal. Modeling of open government data for public sector organizations using the potential theories and determinants—a systematic review. **Informatics**, v. 7, n. 24, 2020.

Liu, Brooke Fisher; Horsley, J. Suzanne Horsley. The Government communication decision wheel: toward a public relations model for the Public Sector. **Journal of Public Relations Research**, v. 19, n. 4, p. 377-393, 2007.

Lubisco, Nídia Maria Lienert (org.). **Biblioteca universitária**: elementos para o planejamento, avaliação e gestão. Salvador, EDUFBA, 2011. 263 p.

Lui, Lizandro; Bomfim, Ana Paula; Machado, Gelia; Veloso, Maria Tereza. Os efeitos da Lei de acesso à Informação: uma revisão de literatura a partir da sua implementação no contexto da Administração Pública Brasileira. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. e6309, maio 2023. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/6309>. Acesso em 29 set. 2023.

Macedo, Vanessa Rodrigues de. Os impactos da transparência no Brasil para a gestão pública, a prestação de contas e a participação social. **Revista da CGU**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 1293-1297, 2019.

Marconi, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo, Atlas, 2010.

Matos, Heloiza; Guimarães, Patrícia. Quem é o cidadão na comunicação pública? Uma retrospectiva sobre a forma de interpelação da sociedade pelo Estado em campanhas de saúde. *In*: **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2012. p. 89-105.

Neves, O. M. DE C. Evolução das políticas de Governo aberto no Brasil. VI Congresso CONSAD de Gestão Pública. **Anais...** 2013. Disponível em: <http://consad.org.br/wp-content/uploads/2013/05/092-EVOLU%C3%87%C3%83O-DAS-POL%C3%8DTICAS-DE-GOVERNO-ABERTO-NO-BRASIL.pdf>. Acesso em: 29 out. 2021.

OECD. **Open government review of Brazil**: towards an integrated Open Government Agenda. OECD: Public Governance Review, 2022. Disponível em: https://read.oecd-ilibrary.org/governance/open-government-review-of-brazil_3f9009d4-en#page1. Acesso em 13 abr. 2023.

Okamoto, Karen. Introducing open government data. **Reference Librarian**, v. 58, n. 2, p. 111-123, 2017.

Open Government Partnership. **2020 Annual report**. Disponível em: <https://www.opengovpartnership.org/ogp-2020-annual-report/>. Acesso em 20 mar. 2022.

Open Government Partnership. **What's in the 2020 Action Plans**. Disponível em: <https://www.opengovpartnership.org/whats-in-the-2020-action-plans/>. Acesso em: 21 mar. 2022.

Open Government Partnership. **Building the Partnership's Next Chapter Together: 2022 annual report**. Disponível em: https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2023/04/OGP_Annual-Report_2022.pdf. Acesso em 23 jun. 2023.

Open Knowledge Brasil. Maturidade em Dados Abertos: entenda as 5 Estrelas, 2013. Disponível em: <https://ok.org.br/noticia/maturidade-em-dados-abertos-entenda-as-5-estrelas/>. Acesso em 12 dez. 2023.

Paula, M. A.; Vergueiro, W. C. S. Avaliação de desempenho em bibliotecas: revisão de literatura e apresentação de indicadores. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 28, n. 1, 2018. DOI: [10.22478/ufpb.1809-4783.2018v28n1.38263](https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2018v28n1.38263) Acesso em: 09 maio 2022.

Rodrigues, Agostinha Maria; Silva, Marcio Bezerra da. Estudo investigativo sobre o perfil do arquiteto da informação centrado na representação e organização da informação. **Ene**, v. 9, p. 27, 2015. Disponível em: <https://eprints.ucm.es/id/eprint/34581/>. Acesso em: 25 jan. 2022.

Santos, Ana Cristina Gomes; Freitas, Judite Antonieta Gonçalves de. Dados Abertos e Ciência Aberta: como as universidades federais brasileiras se apresentam nesse horizonte. 2020. **Biblios**, n. 78, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufra.edu.br/jspui/handle/123456789/1487>. Acesso em: 13 out. 2023.

Santos, Keyne Tanaguchi; Moro, Maria Francisca Santos Abritta. Programa Time Brasil como estratégia para o aperfeiçoamento da transparência, integridade pública e participação social em governos locais. **Cadernos Técnicos da CGU**, v. 3, 2022.

Shannon, C. E.; Weaver, W. **A teoria matemática da comunicação**. São Paulo: DIFEL, 1975. 136 p.

Silva, Clayton Ferreira da; Santos, Erick Muzart Fonseca dos; Chaves, Mônica Cotrim; Vaz, Wesley; Balaniuk, Remis. Dados abertos: uma estratégia para o aumento da transparência e modernização da gestão pública. **Revista do TCU**, Brasília, n. 131, p. 22-29, 2014. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/59/65>. Acesso em 03 maio 2021.

Silva, Patrícia Nascimento; Pinheiro, Marta Macedo Kerr. Dados governamentais abertos e a Lei de Acesso à Informação: diagnóstico nas universidades públicas federais brasileiras. *In*: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, 16., 2017. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/2695>. Acesso em 25 jan. 2022.

Tzanova, Stefka. Changes in academic libraries in the era of Open Science. **Education for Information**, v. 36, n. 3, p. 281-299, 2020. Disponível em:

<https://content.iospress.com/articles/education-for-information/efi190259>. Acesso em: 14 out. 23.

Townsdin, Suzanne R. Librarians and open government data: opening possibilities. **Public Services Quarterly**, v. 14, n. 1, p. 65-74, 2018.

W3C Escritório Brasil. **Manual de Dados Abertos**: governo. São Paulo, 2011. 58 p.

Weber, Nicholas; Norlander, Bree. Open data publishing by public libraries. In: **2019 ACM/IEEE Joint Conference on Digital Libraries (JCDL)**. IEEE, 2019. p. 158-161.

United Nations. **E-Government Survey 2020 Digital Government in the Decade of Action for Sustainable Development**. Technical Report, 2020. Disponível em: [https://publicadministration.un.org/egovkb/Portals/egovkb/Documents/un/2020-Survey/2020%20UN%20E-Government%20Survey%20\(Full%20Report\).pdf](https://publicadministration.un.org/egovkb/Portals/egovkb/Documents/un/2020-Survey/2020%20UN%20E-Government%20Survey%20(Full%20Report).pdf). Acesso em: 21 dez. 2021.

eWirtz, Bernd W.; Birkmeyer, Steven. Open government: Origin, development, and conceptual perspectives. **International journal of public administration**, v. 38, n. 5, p. 381-396, 2015.

Zubcoff, Jose; Guilló, Andrés Fuster; Garrigós, Irene; Pérez, Francisco Maciá. The university as an open data ecosystem. **International Conference on Big Data**, 2016. Disponível em: <http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/57214>. Acesso em 25 jan. 2022.

APÊNDICE A – RELAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

SIGLA	NOME
FUNRei - UFSJ	Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFAPE	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFCat	Universidade Federal de Catalão
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFCSPA	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFDFPar	Universidade Federal do Delta do Parnaíba
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFESBA	Universidade Federal do Sul da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFJ	Universidade Federal de Jataí
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto

UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFR	Universidade Federal de Rondonópolis
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UNB	Universidade de Brasília
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa

UNIR	Universidade Federal de Rondônia
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS – QUESTIONÁRIO

Dados abertos governamentais nas bibliotecas universitárias brasileiras

Esta pesquisa é orientada pelo professor Dr. Murilo Bastos da Cunha, do Programa de Pós- Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, e tem como objetivo coletar dados e informações sobre os indicadores de desempenho utilizados nas bibliotecas das universidades federais brasileiras e a disponibilização dessas informações para a população, conforme preceituam as iniciativas de Governo Aberto. A pesquisa é dividida em 5 blocos com 30 perguntas no total, e levará aproximadamente 15 minutos para ser respondida. Os dados coletados são confidenciais e o nome do respondente não será divulgado.

Agradecemos a sua participação.

Bloco 1 – Identificação e perfil da biblioteca

1. Identifique a universidade onde a sua biblioteca está vinculada.
 - a. Resposta de texto curto.
2. Existe um sistema de bibliotecas estruturado com uma biblioteca central e bibliotecas setoriais?
 - a. Sim. Existe uma biblioteca setorial vinculada à biblioteca central ou a um sistema de bibliotecas.
 - b. Sim. Existem duas bibliotecas setoriais vinculadas à biblioteca central ou a um sistema de bibliotecas.
 - c. Sim. Existem três ou mais bibliotecas setoriais vinculadas à biblioteca central ou a um sistema de bibliotecas.
 - d. Não. Existe apenas a biblioteca central.
3. A biblioteca central ou a coordenação do sistema de bibliotecas está localizada na capital do Estado?
 - a. Sim

b. Não

4. Onde as bibliotecas setoriais estão localizadas?

- a. Todas as bibliotecas setoriais estão localizadas no mesmo campus da biblioteca central.
- b. Algumas bibliotecas setoriais estão localizadas dentro do mesmo campus e outras fora do campus da biblioteca central, porém todas na mesma cidade / município.
- c. Algumas bibliotecas setoriais estão localizadas no mesmo campus da bibliotecas central, outras fora do campus (mas na mesma cidade) e outras ainda em diferente(s) cidade(s) / município(s).
- d. Todas as bibliotecas setoriais estão localizadas em diferente(s) cidade(s) / município(s).
- e. Não existem bibliotecas setoriais, apenas a central.

5. A biblioteca central (ou o sistema de bibliotecas) está dividida em setores?

	Sim	Não
Direção (ou similar)		
Seleção e Aquisição (ou similar)		
Referência (ou similar)		
Processamento técnico (ou similar)		
Biblioteca digital (ou similar)		
Obras raras (ou similar)		
Compras e orçamento (ou similar)		
Restauração (ou similar)		
Coleções especiais (ou similar)		
Bibliotecas setoriais (ou similar)		
Tecnologia da Informação – TI (ou similar)		
Periódicos (ou similar)		
Outros		

6. Qual o número total de funcionários que atuam diretamente no sistema de bibliotecas (ou na biblioteca central, se for o caso)? Mencionar apenas servidores efetivos.

	De 0 à 5	De 6 à 10	11 à 15	16 à 20	21 ou mais
--	----------	-----------	---------	---------	------------

Bibliotecários					
Outros cargos de nível superior					
Outros cargos de nível médio					

Bloco 2 – Coleta e publicação de dados sobre a biblioteca (ou sobre o sistema de bibliotecas)

7. A biblioteca central (ou o sistema de bibliotecas) utiliza alguma norma técnica, nacional ou estrangeira, para estabelecer os indicadores que serão coletados para fins estatísticos?

- Sim. ISO 11640
- Sim. Diretrizes da IFLA
- Sim. ISO e IFLA
- Sim. Outra norma
- Não utilizamos nenhuma norma técnica para estabelecer os indicadores.
- Não sei dizer

8. A biblioteca central (ou o sistema de bibliotecas) coleta dados sobre **equipe** para fins estatísticos?

	Sim	Não
Servidores		
Capacitações		
Licenças e afastamentos		

9. A biblioteca central (ou o sistema de bibliotecas) coleta dados de **uso** para fins estatísticos?

	Sim	Não
Circulação (empréstimos e devoluções)		
Uso das Bases de dados		
Uso do Espaço físico		
Uso das Bibliotecas Digitais		
Uso do Repositório Institucional		
Cadastros de usuários		
Atendimentos de referência		
Cursos e treinamentos ofertados		

10. A biblioteca central (ou o sistema de bibliotecas) coleta dados de **acervo** para fins

estatísticos?

	Sim	Não
Crescimento do acervo físico		
Crescimento das Bibliotecas digitais		
Crescimento do Repositório Institucional		
Coleções especiais		
Doações		
Repositório institucional		

11. A biblioteca central (ou o sistema de bibliotecas) coleta dados de **investimentos** de recursos para fins estatísticos?

	Sim	Não
Bens materiais (almoxarifado, assinaturas de periódicos impressos)		
Bens permanentes (livros, mobiliário, parque tecnológico)		
Custos de assinaturas digitais		
Participação de servidores em eventos e capacitações		
Realização de eventos (feiras, workshops, oficinas, treinamentos)		

12. A biblioteca central (ou o sistema de bibliotecas) divulga os resultados de suas atividades em algum meio de comunicação?

	Sim	Não
Facebook		
Instagram da biblioteca		
Site próprio da biblioteca		
Site da instituição		
Boletim informativo		
Canal da biblioteca no Youtube		
Outros canais		

Bloco 3 - Lei de Acesso à Informação e Plano de Dados Abertos

13. Com que frequência à biblioteca central (ou o sistema de bibliotecas) recebe pedidos de informações via Lei de Acesso à Informação – ouvidorias,

reclamações, elogios?

Não sei	Nunca recebe	Recebe raramente	Recebe ocasionalmente	Recebe frequentemente	Recebe sempre
---------	--------------	------------------	-----------------------	-----------------------	---------------

14. Quais informações sobre a biblioteca são mais solicitadas via Lei de Acesso à Informação?

	Nunca recebe	Recebe raramente	Recebe ocasionalmente	Recebe frequentemente	Recebe sempre	Não sei dizer
Investimentos						
Equipe						
Funcionamento						
Acervos						

15. Enquanto gestor da biblioteca central (ou do sistema de bibliotecas), julgue a participação de representantes da bibliotecas na elaboração do Plano de Dados Abertos da sua instituição.

- a. Nenhuma participação
- b. Pouca participação
- c. Participação razoável
- d. Grande participação
- e. Participação total

16. Enquanto gestor da biblioteca central (ou do sistema de bibliotecas), julgue o seu conhecimento sobre o Plano de Dados Abertos **publicado** pela sua instituição.

	Não tenho conhecimento	Tenho pouco conhecimento	Tenho conhecimento razoável	Tenho muito conhecimento	Tenho total conhecimento
Nível de conhecimento					

17. O plano de dados abertos vigente da sua instituição contempla a publicação de dados da biblioteca central (ou o sistema de bibliotecas)?

- a. Sim
- b. Não
- c. Não sei

18. A biblioteca central (ou o sistema de bibliotecas) tem seus dados estatísticos inseridos no conjunto de dados publicados pela sua Universidade no **Portal Brasileiro de Dados Abertos** e no **Painel de Monitoramento de Dados Abertos da CGU**?

- a. Sim. Nos dois portais.
- b. Sim. Apenas no Portal Brasileiro de Dados Abertos
- c. Sim. Apenas no Painel de Monitoramento de Dados Abertos da CGU
- d. Não
- e. Não sei dizer.

19. Você considera a biblioteca um ator importante na elaboração do Plano de Dados abertos da instituição?

	Não tem importância	Tem pouca importância	Tem alguma importância	Tem muita importância	Tem total importância
Importância da biblioteca					

20. O manual de elaboração do Plano de Dados Abertos publicado pela CGU, sugere a abertura de alguns dados sobre bibliotecas universitárias. Quais destes dados sugeridos são disponibilizados pela biblioteca central (ou sistema de bibliotecas)?

- a. Dados sobre acervo da biblioteca
- b. Dados sobre atendimentos realizados
- c. Dados sobre repositórios institucionais
- d. Dados sobre bancos de trabalho de conclusão de curso
- e. Não disponibilizamos nenhum dos grupos de dados sugeridos

Bloco 4 - Abertura dos dados da biblioteca

21. A biblioteca central (ou o sistema de bibliotecas) disponibiliza seus próprios dados de forma aberta, acessível e reutilizável para o público?

- a. Sim
- b. Não
- c. Não sei

22. Os dados, se disponibilizados, são apresentados de que maneira?

- a. São disponibilizados apenas os dados da biblioteca central
- b. Os dados são disponibilizados separadamente por biblioteca
- c. Os dados são apresentados de forma unificada, com as informações de todas as bibliotecas que compõe o sistema
- d. Não disponibilizamos nenhum dado.

23. Você reconhece a importância da política de dados abertos governamentais como forma de ampliar o conhecimento do cidadão sobre as ações das instituições?

	Não tem importância	Tem pouca importância	Tem alguma importância	Tem muita importância	Tem total importância
Importância da política de dados abertos					

24. Na sua opinião, publicar os dados da biblioteca central (ou do sistema de bibliotecas) de forma aberta, acessível e reutilizável traz os seguintes benefícios: (Assinale quantos desejar).

- a. Mais transparência sobre as ações
- b. Maior participação da comunidade
- c. Implantação de novos serviços
- d. Medição do impacto das atividades desenvolvidas
- e. Melhora na eficiência dos serviços ofertados
- f. Não traz benefícios diretos

25. Quão difícil você considera priorizar as iniciativas de dados abertos em relação às outras atividades da biblioteca?

- a. Muito difícil
- b. Difícil

- c. Fácil
- d. Muito fácil
- e. Não sei opinar

26. Na sua opinião, o que é preciso para progredir na publicação dos dados da biblioteca central (ou o sistema de bibliotecas) de forma aberta, acessível e reutilizável: (Assinale quantos desejar).

- a. É preciso priorizar as iniciativas de dados abertos frente às outras demandas do setor
- b. É preciso aumentar o número de servidores do setor para atuar nessa linha de trabalho
- c. É necessário incrementar o orçamento do setor
- d. É preciso que a equipe de TI assuma ou apoie as atividades de dados abertos
- e. A equipe envolvida precisa de desenvolvimento profissional prévio
- f. A biblioteca precisa estar envolvida com o processo desde a elaboração do Plano de Dados Abertos da instituição
- g. É preciso reduzir a resistência por parte da equipe em publicar os dados do setor para a comunidade
- h. Considero adequado a disponibilização dos dados da biblioteca.

27. Você considera importante investir em conhecimento adicional para o trabalho com os dados abertos?

- a. Não acho necessário
- b. Acho pouco necessário
- c. Extremamente necessário o treinamento apropriado
- d. Acho necessário, mas não dispomos de equipe ou recursos para capacitar no momento
- e. Já temos uma equipe capacitada para trabalhar com dados abertos

Bloco 5 - Identificação do respondente e últimas considerações

28. Identifique o cargo que você ocupa dentro da biblioteca?

- a. Bibliotecário

- b. Outro cargo de nível superior
- c. Outro cargo de nível médio

29. Informe seu e-mail para contato

- a. Resposta de texto curto.

30. Caso queira, registre neste espaço observações ou considerações que julgar pertinentes sobre os dados abertos e sua relação com a biblioteca.

Resposta de texto longo não obrigatória.